

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS CULTURAIS, MEMÓRIA E**  
**PATRIMÔNIO**

**MESTRADO PROFISSIONAL**

**TIAGO DE OLIVEIRA FERREIRA**

**O PATRIMÔNIO NATURAL DO MUNICÍPIO DE FORMOSA-GO: UM ESTUDO**  
**SOBRE A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL PARA A**  
**PRESERVAÇÃO DOS BENS AMBIENTAIS**

**GOIÁS – GO**  
**2022**

**TIAGO DE OLIVEIRA FERREIRA**

**O PATRIMÔNIO NATURAL DO MUNICÍPIO DE FORMOSA-GO: UM ESTUDO  
SOBRE A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL PARA A  
PRESERVAÇÃO DOS BENS AMBIENTAIS**

Relatório técnico para apresentação à banca do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio, Mestrado Profissional, da Universidade Estadual de Goiás - Campus Cora Coralina (PROMEP/UEG), como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador(a): Profa. Dra. Maria Dailza da Conceição Fagundes

**GOIÁS – GO  
2022**



## TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL (BDTD)

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Estadual de Goiás a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UEG), regulamentada pela Resolução, CsA nº 1.087/2019 sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9.610/1998, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data<sup>1</sup>. Estando ciente que o conteúdo disponibilizado é de inteira responsabilidade do(a) autor(a).

### Dados do autor (a)

Nome completo: Tiago de Oliveira Ferreira

E-mail: tiagoolifer87@gmail.com

### Dados do trabalho

Título: **O Patrimônio Natural do município de Formosa-GO: um estudo sobre a importância da educação patrimonial para a preservação dos bens ambientais**

Tipo:

Tese  Dissertação

Curso/Programa: Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP/UEG)

Concorda com a liberação documento

SIM  NÃO

<sup>1</sup>Período de embargo é de até um ano a partir da data de defesa.

Goiás-GO, 25 de abril de 2022

Assinatura do autor

Assinatura da orientadora

**DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA FONTE**

Biblioteca Frei Simão Dorvi – UEG Câmpus Cora Coralina

F383p Ferreira, Tiago de Oliveira.  
O patrimônio natural do município de Formosa-GO :  
um estudo sobre a importância da educação patrimonial  
para a preservação dos bens ambientais [manuscrito] /  
Tiago de Oliveira Ferreira. – Goiás, GO, 2022.  
167f. ; il.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Dailza da Conceição  
Fagundes.

Dissertação (Mestrado em Estudos Culturais,  
Memória e Patrimônio) – Câmpus Cora Coralina,  
Universidade Estadual de Goiás, 2022.

1. Patrimônio natural - Formosa, GO. 1.1. Educação  
patrimonial. I. Título. II. Universidade Estadual de  
Goiás, Câmpus Cora Coralina.

CDU: 504:711.37(817.3)

**TIAGO DE OLIVEIRA FERREIRA**

**O PATRIMÔNIO NATURAL DO MUNICÍPIO DE FORMOSA-GO: UM ESTUDO  
SOBRE A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL PARA A  
PRESERVAÇÃO DOS BENS AMBIENTAIS**

Relatório Técnico submetido ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP/UEG), Mestrado Profissional, para fins de Defesa como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em História. Aprovado em 31 de março de 2022, pela Banca Examinadora composta pelos seguintes docentes:

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Dailza da Conceição Fagundes - (PROMEP/UEG)  
Orientadora

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Simone Scifoni - (PPGH – USP)  
Membro Externo

---

Prof. Dr. Neemias Oliveira da Silva - (PROMEP/UEG)  
Membro Interno

---

Prof. Dr. Marcelo Augusto Gurgel de Lima - (UEG)  
Suplente Externo

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Luana Nunes Martins de Lima (PROMEP/UEG)  
Suplente Interno

Goiás, 20 de Abril de 2022.

O patrimônio natural passou a ser entendido como conquista da sociedade, como uma noção ligada às práticas sociais e à memória coletiva. Portanto, um patrimônio natural que antes de tudo faz parte da vida humana e não se opõe a ela.

Simone Scifoni.

## AGRADECIMENTOS

Sou muito grato a todos que fizeram parte desse percurso, de modo especial eu agradeço primeiramente a Deus pelo dom da vida e da capacidade do discernimento que direciona os caminhos pelos quais trilharemos, embora nem sempre eles sejam fáceis.

Minha família esteve comigo durante essa e tantas mais passagens que me levaram às conquistas, então me faço grato por eles e por tudo o que puderam contribuir, seja de modo atitudinal, ou mesmo numa aspiração de força e torcida, que impulsionaram cada etapa. Meu pai João Batista Ferreira, minha mãe Iracema de Oliveira, minhas irmãs Viviane de Oliveira e Amanda de Oliveira.

Primeiramente, agradeço à disponibilidade em direcionar o desenvolvimento desse Relatório Técnico com exímia orientação a Professora Dra. Maria Dailza da Conceição Fagundes. Conseqüentemente, agradeço aos professores, Dra. Simone Scifoni pela referência que representa ao tema pesquisado e pela valoração que traz ao meu estudo e ao Dr. Neemias Oliveira que desde o início desse percurso formativo está sempre colaborando de maneira enriquecedora com seus conhecimentos.

Meu muito obrigado também à professora Magda Helena Roland dos Reis, grande incentivadora, professora na Graduação e inspiração docente que tenho na minha atuação profissional, assim como meus amigos e também professores Hélia Maria da Silva Campos, Vanda Spolti, Andréia da Silva Campos, Vanessa Pereira Dias, Marcelo Enéas, Marilice Dalla Corte, Teresinha Guimarães, Terezinha Silveira, Evandro Machado, Ieda Macedo que foram formadores, corretores, confidentes, apoio e referências em tudo o que precisei durante o desenvolvimento desse trabalho e de tudo mais que envolve o entusiasmo da Pedagogia e sua prática.

Obrigado aos colaboradores técnicos que abriram as portas e se dispuseram a receber essa pesquisa, acreditando no potencial dela e no que ela poderia agregar à sociedade formosense, o Secretário Municipal de Meio Ambiente Ian de Moraes Thomé, a Secretária Municipal de Turismo e Cultura Pâmella de Castro Miranda Clemente, a Coordenadora Municipal de Educação das Escolas do Campo Paula Cristina de Oliveira Ferreira Corrêa pelas entrevistas e concessão de oportunidades de realização desse trabalho, bem como meus amigos pessoais que contribuíram, Dona Inês dos Santos, Riksson Victor Vieira, Mariana Gonzaga, Francislene Melo, Letícia Oliveira e Brunno Passeri com informações e complementações imprescindíveis a esse estudo.

E ao demais que colaboraram em respostas às pesquisas *online*, muito obrigado Aline Siqueira, Ana Lúcia de Deus, Andreia Campos, Bruna Ataides dos Santos, Brunno Santhyago Passeri Gontijo, Demisley Ferreira de Souza Girão, Fernando Aerre, Francislene Melo, Gabriela Cristina, Giovanna Passeri Alves, Hélia Maria da Silva Campos, Jaqueline Lopes Alvares, João Vitor Soares Gonçalves, Kelli Lopes Álvares, Leticia Santos de Oliveira, Manoela Batista de Siqueira, Márcio Vidal dos Santos, Maria do Socorro Costa, Maria Luisa Ferreira dos Santos, Mariana Gonzaga, Mariana Passeri, Maurita Ribeiro da Costa, Nilda dos Santos, Olivia Passeri Marinho, Rafaela Carvalho, Renan Ferreira Montalvão, Riksson Victor Vieira de Souza, Stanley Kelvin Medeiros Neves, Steverson Neves, Susany Ferreira de Almeida, Tauany Silva, Tiago Dantas Miranda, Vanda Spolti, Vanessa Pereira de Sousa Dias, Victor Seibel e Victorya Silva.

Sou grato pela oportunidade de trabalhar durante seis anos de serviço efetivo na Escola Municipal Deodato Gonçalves de Siqueira e tê-la escolhido para desenvolver parte do estudo de campo referente a essa pesquisa. Assim, agradeço à diretora dessa escola, Marly Monteiro, à professora Alice Pacheco e a comunidade do Distrito Bezerra que estiveram sempre receptivos e colaboraram para que fosse possível cumprir cada etapa idealizada. Aos alunos do quarto ano “B” do ano de 2021, João Pedro, a Kemilly, a Danielle, a Bruna e a Ana Beatriz, agradeço pelas participações nas oficinas e pelas belas ilustrações.

Agradeço à professora Laís Reis pela elaboração dos mapas que enriqueceram muito meu relatório e aos fotógrafos Anderson Rodrigues, Brunno Passeri e Riksson Victor pelas lindas imagens registradas da nossa cidade que compõem esse estudo. Aos pesquisadores doutorandos Danilo Celso Pereira e Felipe Bueno Crispim que se tornaram colegas e referências temáticas no Patrimônio Natural, durante todas as trocas de textos, conversas e apoio, meu muito obrigado.

Obrigado aos amigos que o Programa me deu, Ana Cristina da Silva, Poliana da Silva, Demisley Girão, Laylla Lopes, Maysa Antunes, Victor Fernandes, Jaqueline Camargo, Jaqueline Moraes, Elisângela Beltrão e Marlon Faria que compartilharam momentos semelhantes e demais angústias e vitórias comigo, sem falar das fofocas acadêmicas que muito alegraram e acompanharam nossos estudos, vocês são demais.

Por fim, agradeço à Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Estadual de Goiás, PrP/UEG, pela Bolsa *Stricto Sensu* que custeou todo o desenvolvimento dessa pesquisa e que me ajudou em muito nas expensas estudantis e, também, pessoais.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – O Parque Municipal Mata da Bica em 2018.....	24
<b>Figura 2</b> – O Parque Municipal Mata da Bica em 2021.....	24
<b>Figura 3</b> – Brasão de Formosa-GO.....	27
<b>Figura 4</b> – A Lagoa Feia.....	28
<b>Figura 5</b> – A Praça do Pau Ferro em 2015.....	36
<b>Figura 6</b> – Praça do Pau Ferro em 2021.....	37
<b>Figura 7</b> – Dona Inês dos Santos.....	38
<b>Figura 8</b> – Mata da Bica.....	65
<b>Figura 9</b> – Vista interna da Mata da Bica.....	65
<b>Figura 10</b> – Lagoa Feia.....	68
<b>Figura 11</b> – Lagunho do Vovô.....	70
<b>Figura 12</b> – Lago do Abreu.....	71
<b>Figura 13</b> – O Lago do Abreu com vista para a praça.....	71
<b>Figura 14</b> – Salto do Itiquira.....	73
<b>Figura 15</b> – Vista interna do Parque Itiquira.....	74
<b>Figura 16</b> – Mapa Bisnau Ecoturismo Rural.....	75
<b>Figura 17</b> – Sítio Arqueológico do Bisnau.....	76
<b>Figura 18</b> – Motivos geométricos do Lajedo do Bisnau.....	77
<b>Figura 19</b> – Atrativo hídrico do Bisnau.....	78
<b>Figura 20</b> – Dolina dos Maracanãs (Buraco das Araras).....	79
<b>Figura 21</b> – Imagem interna da dolina.....	80
<b>Figura 22</b> – Exemplos da biodiversidade do Parque Municipal do Itiquira.....	92
<b>Figura 23</b> – O bioma da Mata da Bica.....	96
<b>Figura 24</b> – A Escola Municipal Deodato Gonçalves de Siqueira.....	109
<b>Figura 25</b> – O Rio Urucuia.....	115
<b>Figura 26</b> – A Lagoa Feia por Kemilly, aluna do 4º ano.....	117
<b>Figura 27</b> – A Lagoa Feia por João Pedro, aluno do 4º ano.....	118
<b>Figura 28</b> – O Salto do Itiquira por Bruna, aluna do 4º ano.....	119
<b>Figura 29</b> – A Mata da Bica por Ana Beatriz, aluna do 4º ano.....	120
<b>Figura 30</b> – A Praça do Pau Ferro por Danielle, aluna do 4º ano.....	121
<b>Figura 31:</b> Capa do livro paradidático.....	125
<b>Figura 32:</b> A unidade 1 do Livro.....	128
<b>Figura 33:</b> A unidade 2 do Livro.....	129
<b>Figura 34:</b> A unidade 3 do Livro.....	129
<b>Figura 35:</b> Ilustrações realizadas pelos alunos.....	131
<b>Figura 36:</b> Apresentação do Livro Paradidático.....	136
<b>Figura 37:</b> Sugestões para os professores.....	137
<b>Figura 38:</b> Exemplo de conteúdo abordado no Livro.....	138
<b>Figura 39:</b> Proposta de atividade presente no Livro.....	149

## LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 1</b> – A representação da importância hídrica de Formosa-GO.....	23
<b>Mapa 2</b> – Localização do Parque Ecológico Mata da Bica em Formosa-GO.....	25
<b>Mapa 3</b> – Mapa turístico do estado de Goiás.....	57
<b>Mapa 4</b> – Localização dos Patrimônios Naturais em Formosa-GO que foram mapeados nesse estudo.....	60

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Órgão Federais de Proteção ao Meio Ambiente.....	48
<b>Quadro 2</b> – Entidades subordinadas ao Ministério do Meio Ambiente.....	48
<b>Quadro 3</b> – Os Principais Patrimônios Naturais de Formosa-Goiás.....	61
<b>Quadro 4</b> – Secretarias Municipais de Formosa - GO envolvidas com o Patrimônio Natural.....	82
<b>Quadro 5</b> – Leis e documentos normativos que incidem sobre o patrimônio natural de Formosa-GO.....	90
<b>Quadro 6</b> – Os lugares mencionados pelos alunos na oficina.....	115

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> – Os lugares mais visitados em Formosa-GO pelos moradores.....	62
<b>Gráfico 2</b> – Os formosenses e as leis de preservação do Meio Ambiente.....	88
<b>Gráfico 3</b> – O uso dos espaços ambientais como recursos educacionais.....	105

## **LISTA DE SIGLAS**

**CEMAm** – Conselho Estadual de Meio Ambiente

**CERHi** – Conselho Estadual de Recursos Hídricos

**CONAMA** – Conselho Nacional do Meio Ambiente

**DCN** – Diretrizes Curriculares Nacionais

**EIA – RIMA** – Estudo de Impactos Ambientais/Relatório de Impactos Ambientais

**IBAMA** – Instituto do Meio Ambiente

**ICMBIO** – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

**IDHM** – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

**IPHAN** – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

**MMA** – Ministério do Meio Ambiente

**PCN** – Parâmetros Curriculares Nacionais

**PMMB** – Parque Municipal Mata da Bica

**RIDE** – Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal

**SNUC** – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

**SISNAMA** – Sistema Nacional do Meio Ambiente

**SPHAN** – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

**TAC** – Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta

**TIC** – Tecnologia da Informação e Comunicação

**UNESCO** – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

**ZUE** – Zona de Uso Educacional

## RESUMO

Esse trabalho apresenta um mapeamento dos principais patrimônios naturais do município de Formosa-GO, mencionados a partir de entrevistas com moradores da cidade que, dialogicamente, expuseram os lugares que mais representam suas referências culturais. Permeia, também, sobre o percurso histórico formativo da cidade, considerando esses mesmos patrimônios naturais fatores condicionantes de vida e de menção aos espaços que foram denominando, aos poucos, setores, memórias, tradições e referências que se tornaram culturais, ao longo do tempo. Adiante, aborda aspectos da política pública local e como ela se preocupa em manter essas referências preservadas, na proteção do patrimônio natural. As fontes para o desenvolvimento da pesquisa foram documentos legislativos, iconográficos e fontes orais com a efetiva participação social dos envolvidos que elencaram os patrimônios naturais do município que lhes são significativos. No âmbito da Educação Patrimonial, pensando em corroborar às aspirações de proteção e cuidados para com os bens, a proposta buscou aproximar-se dos pilares basilares das finalidades da educação, como forma de instituir sentido e significados às propostas de preservação, pautando-se pela sensibilização do público participante da oficina de Educação Patrimonial desenvolvida, como ponto chave desse escopo. Assim, foi elaborado um livro paradidático, voltado aos alunos dos anos iniciais do ensino fundamental da educação básica, visando, também, atender a necessidade didática de materiais que abordem o patrimônio natural da cidade pesquisada. O livro tem o formato E-book, reforçando a pertinência em tornar os meios de aprendizagem tecnológicos e sustentáveis, além de promover a oportunidade da apreensão de conteúdos interdisciplinares em ambientes formais e não formais de ensino.

**Palavras-chave:** Patrimônio natural, Formosa-GO, Referências Culturais, Educação Patrimonial e Aprendizagens.

## ABSTRACT

This work presents a mapping of the main natural heritages of Formosa-GO municipality, obtained from interviews with city residents who, dialogically, presented the places that most represent their cultural references. It also permeates the formative historical course of the city, considering these same natural patrimonies conditioning factors of life and mention of spaces that were gradually being called sectors, memories, traditions, and references that became cultural over time. Further on, it addresses aspects of local public policy and how it is concerned with keeping these references preserved the natural heritage protection. The sources for the development of the research were legislative and iconographic official papers and oral sources with the productive social participation of those involved who listed the natural heritage of the municipality that are significant to them. In the context of Heritage Education, thinking about corroborating the aspirations of protection and care for the assets, the proposal aimed to approach the essential pillars of the purposes of education as a way of instituting sense and meanings to the preservation proposals, guided by the sensitization of the public participating in the Heritage Education workshop developed, as a key-point of this scope. Thus, a para-didactic book was prepared, aimed at students in the early years of elementary school, seeking, as well, to meet the didactic need for materials that address the natural heritage of the researched city. The book has an E-book format, reinforcing the relevance of making the means of learning technological and sustainable, promoting the opportunity to apprehend interdisciplinary content in formal and non-formal teaching environments.

**Keywords:** Natural Heritage, Formosa-GO, Cultural References, Heritage Education and Learning.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>1. O PATRIMÔNIO NATURAL DE FORMOSA-GO E SUAS ABRANGÊNCIAS HISTÓRICAS, LEGAIS E CONCEITUAIS.....</b>	<b>21</b>
1.1 O Patrimônio Natural de Formosa-GO.....	21
1.2 A trajetória conceitual e legal de Patrimônio Natural: um traçado sobre a constituição da nomenclatura.....	33
1.3 A legislação brasileira concernente ao campo do patrimônio e da educação ambiental.....	43
1.4 Os procedimentos metodológicos no estudo do patrimônio natural em Formosa-GO.....	50
<b>2. O MAPEAMENTO DO PATRIMÔNIO NATURAL EM FORMOSA-GO E SUAS RELAÇÕES COM A PRESERVAÇÃO, O TURISMO, A EDUCAÇÃO E AS PRÁTICAS SOCIAIS.....</b>	<b>56</b>
2.1 Os patrimônios naturais em Formosa-GO.....	57
2.1.1 Parque Municipal Mata da Bica.....	64
2.1.2 Lagoa Feia.....	67
2.1.3 Laguinho do Vovô.....	69
2.1.4 Lago do Abreu.....	71
2.1.5 Parque Municipal do Itiquira.....	73
2.1.6 Sítio Arqueológico do Bisnau.....	74
2.1.7 Dolina dos Maracanãs (Buraco das Araras).....	79
2.2 As secretarias ligadas aos patrimônios naturais.....	82
2.2.1 As secretarias ligadas aos patrimônios naturais.....	82
2.2.2 A Legislação Municipal de Formosa-GO e a proteção do patrimônio natural.....	87
2.3 Educação Patrimonial e a preservação do patrimônio natural em Formosa-GO.....	100
2.3.1 Os Currículos Educacionais e a oferta da Educação Ambiental com vistas ao Patrimônio Natural.....	100
2.3.2 Análise da proposta educativa da Escola do Campo.....	109
2.3.3 Oficina em Educação Patrimonial na Escola Municipal Deodato Gonçalves de Siqueira.....	113
<b>3. LIVRO PARADIDÁTICO-PEDAGÓGICO: O PATRIMÔNIO NATURAL DE FORMOSA-GO NUMA PROPOSTA DE ENSINO INTERDISCIPLINAR PARA ALÉM DA SALA DE AULA.....</b>	<b>122</b>
3.1 Apresentação e formato do produto.....	123
3.2 Público-alvo.....	130
3.3 O impacto esperado.....	132
<b>4. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO PRODUTO.....</b>	<b>134</b>
4.1 Manual de uso do Produto.....	135
4.2 Proposta de aplicação na comunidade escolar.....	140
4.3 Devolutiva para a comunidade.....	141
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>143</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>148</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>155</b>

## INTRODUÇÃO

Esse relatório tem como proposta apresentar o mapeamento do Patrimônio Natural do município de Formosa, no estado de Goiás, tendo como eixo norteador a análise desse patrimônio que se concentra na região urbana e em áreas rurais do município. Permeando esse levantamento, a pesquisa debruça-se, também, no estudo da legislação que estabelece sugestões normativas de proteção a esses bens e suas aplicabilidades.

Formosa é privilegiada pela sua localização geográfica, onde se concentram nascentes de três principais bacias hidrográficas do país: Araguaia-Tocantins, ao norte; Paraná, ao sul; São Francisco, a nordeste. Portanto, a cidade é considerada como o “berço das águas”, característica, esta, que lhe confere o status de cidade das grandes belezas naturais.

O patrimônio natural é tudo aquilo que integra e apropria pessoas, num conjunto de relações que estabelece sentido e significado à vida, a beleza, aos lugares e a peculiaridade de cada expressão da natureza, na composição cultural do homem

Assim, esse estudo tem como propósito abordar o patrimônio natural do município de Formosa-GO e, nessa perspectiva, a relevância dessa pesquisa centra-se primeiramente na identificação desses bens naturais a partir de entrevistas com moradores da cidade. Por outro lado, ressalta-se a intencionalidade de promover ações direcionadas a sua preservação, por meio da educação patrimonial, compreendida como ferramenta cabível para tornar pertencentes indivíduos e espaços, numa convergência de interdependência sustentável e equilibrada, primando pelo reconhecimento, valorização e proteção desse patrimônio.

Minha área de formação acadêmica é a Pedagogia. Assim, eu me interessei em aproximar meu campo de trabalho ao campo do patrimônio por uma vertente que fosse significativa tanto para mim, quanto para aqueles que eu puder alcançar no processo formativo educacional. Correlacionando a área da Pedagogia ao tema central dessa pesquisa é possível aproximar o campo do patrimônio natural e a educação numa vertente mais significativa às aprendizagens, quanto aos seus alcances no processo formativo educacional dos educandos.

Ao ser selecionado para o Mestrado Profissional em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio, pela Universidade Estadual de Goiás, delimitei melhor o recorte da pesquisa passando a ter como foco o patrimônio natural da cidade onde moro, Formosa-GO, considerada um berço de belezas naturais, que são referências culturais da população e que poderiam compor a objetivação do ensino, quando pensamos nas finalidades da educação: o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (LDB 9.394/96, 1996).

A principal objetividade com é demonstrar que é necessário apropriar-se das referências culturais que há no patrimônio natural de Formosa para que se possa mantê-lo preservado e protegido, lembrando que além de serem referências, são exemplos de fontes de vida, de equilíbrio do ecossistema e de biodiversidade

A relevância dessa pesquisa consiste em evidenciar a pluralidade de patrimônios naturais contidos no município abordado, destacando aqueles que são mais indicados pelos moradores da cidade como sendo os principais. A partir desse recorte e levantamento, a proposta considera as condições de preservação e proteção em que se encontram, bem como as relações que as pessoas estabelecem com ele, na perspectiva da exploração turística, da valoração como referência aos lugares, à memória e a história da cidade e levá-los às discussões no âmbito do ensino da rede pública municipal de educação de Formosa.

Outro aspecto importante da pesquisa refere-se ao produto proposto: livro paradidático-pedagógico sobre o patrimônio natural de Formosa-GO que, por conseguinte, agrega o estudo realizado às práticas educativas. Assim, a elaboração do livro paradidático-pedagógico visa promover o ensino da Educação Patrimonial na escola, corroborando aos parâmetros que norteiam a execução da educação ambiental com a ludicidade da aprendizagem significativa, exemplificando o meio ambiente em que os alunos de Formosa vivenciam, primando pela dialogicidade em tratar o Patrimônio Natural a partir de suas próprias realidades e ainda subsidiar a ação docente com uma ferramenta pedagógica.

O eixo norteador da pesquisa relaciona-se à concepção de patrimônio natural compreendido a partir da discussão acerca das leis e diretrizes que amparam esse bem cultural, dando clareza às condições de proteção e preservação deles. Ao mesmo tempo em que o acesso a esses bens naturais para atividades turísticas é estabelecido, colocando-os em condições de usufruto e exploração, há a necessidade de serem acautelados, de haver diretrizes que tratem sobre os meios de preservação e proteção destinados a eles de modo específico.

Assim, para pensar na proteção desses patrimônios naturais é imprescindível que haja ações de educação patrimonial destinadas à valorização do patrimônio natural, principalmente quando se trata de Formosa-GO, uma localidade culturalmente reconhecida pelas referências do berço de reservas hídricas e das atividades turísticas que impulsionam a economia regional.

Em se tratando dessas práticas e ações, a Educação Patrimonial fundamenta recursos, métodos e iniciativas que corroboram com a preocupação central na defesa e preservação desses bens, mencionando as condições participativas e pertencentes do reconhecimento e da

valoração dos espaços naturais como bens patrimoniais, exaltando a importância de serem devidamente protegidos no consórcio da educação escolar interdisciplinar e transversal.

Nessa circunstância de formação acadêmica, no curso de pós-graduação *Stricto Sensu*, o Mestrado Profissional promove a oportunidade da elaboração de um produto destinado à aplicabilidade social, que se reflete numa devolutiva das aprendizagens e resultados alcançados durante a pesquisa. Para subsidiar a oferta da Educação Patrimonial por meio da escola, esse trabalho visa, como produto, à disponibilização de um material paradidático-pedagógico acerca da história e do patrimônio natural do município de Formosa, que dê suporte ao trabalho docente, na proposta lúdica educativa de ensino. Esse trabalho suprirá a carência de materiais paradidáticos que representam o espaço no qual o aluno está inserido, mencionando sua própria localidade na proposta de educação e conhecimento a partir do seu espaço histórico, biológico, cultural e georreferencial.

Nessa perspectiva, a escolha do produto a ser desenvolvido, junto a este relatório, visa fornecer aporte para que as escolas públicas do município estejam minimamente alicerçadas por materiais paradidáticos e metodologias diversificadas de ensino, capazes de garantir a defesa dos espaços ambientais, bem como tonificar, por meio de um mapeamento desses bens, quais as condições em que se encontram, na relação direta com o homem e as possíveis formas de manter sustentável essa relação.

Além de atender essa carência no que se refere aos materiais didáticos, a elaboração de um livro no formato E-book aponta um mecanismo de mediação, convergindo no uso das TICs. Reproduzindo, desse modo, a realidade dos espaços sociais dos educandos, enfatizando suas vivências e proximidades diretas com os bens apresentados, como patrimônio social natural e como caráter de aprendizagens significativas.

A problemática que elucida essa pesquisa consiste em evidenciar o que é o Patrimônio Natural da cidade de Formosa, por meio de uma esquematização local, correlacionando-o com as práticas sociais e a educação. Assim, as questões que foram levantadas para nortear o direcionamento incidem em atrelar a compreensão dos pressupostos legais e suas garantias de execução, na defesa do patrimônio natural. Quais são os principais patrimônios naturais do município de Formosa-GO? Como estão sendo mantidos, preservados e como as pessoas se apropriam desses patrimônios? Que ações do poder público local legitimam a proteção e a preservação do patrimônio natural de Formosa? Como são feitas as políticas de incentivo ao turismo e a gestão dos recursos públicos destinados à promoção do patrimônio natural da cidade? Por que a Educação Patrimonial deve estar contida nos currículos educacionais de todos

os níveis de educação, principalmente na educação básica? Como a proposta educativa do patrimônio natural de Formosa-GO é trabalhada na rede pública municipal de ensino? Há projetos em desenvolvimento que deem condições às aprendizagens protetivas e preservacionistas do meio ambiente?

Considerando essas problemáticas, foram elencadas as hipóteses que satisfaçam a essas indagações acerca da real situação em que se encontram os patrimônios naturais do município de Formosa-GO, bem como é feito o uso desses espaços ambientais e pelas narrativas sociais. Ainda sobre o aspecto patrimonial, a participação da educação no desenvolvimento das abrangências acerca desse tema, de modo formal, pela escola e como se relacionam os educandos e suas práticas em defesa desses bens, serão evidenciados a partir do levantamento e pesquisa feitos, trazendo a resposta desse diálogo de pertencimento, na formulação das narrativas que satisfaçam as expectativas e o entendimento do que é o patrimônio, a partir das próprias vivências e das perspectivas circundantes ao tema.

É interessante ressaltar que, dentre as compreensões dos conceitos acerca do patrimônio, o patrimônio natural, apesar de ser politicamente desconsiderado como prioritário nos planos de salvaguarda e acautelamento, propicia o grande palco para que sejam dispostos os demais conceitos de patrimônio, antes de todos, o natural se fez, historicamente, o primórdio para os demais. Assim, esse aspecto, a priori, abre as considerações centrais do enfoque dessa tratativa e clarifica a importância que os bens ambientais têm para a cidade de Formosa e elucidada, veementemente, o empenho em discorrer sobre o tema.

O objetivo principal dessa pesquisa é levantar e evidenciar o patrimônio natural da cidade de Formosa – Goiás, num viés destinado à valorização e preservação dele, como patrimônio sociocultural e da biodiversidade existente na região, bem como analisar as práticas de defesa e proteção dos bens naturais a partir da legislação municipal.

Do mesmo modo, os demais objetivos que fomentam o estudo são: identificar os patrimônios naturais de Formosa-GO, numa proposta perceptiva a partir de entrevistas com os moradores; correlacionar à aplicabilidade das implicações legais com as políticas públicas municipais de proteção e promoção do patrimônio natural local; estabelecer um parâmetro entre as ações educativas escolares na unidade pesquisada com as propostas práticas de educação patrimonial por meio da análise do Projeto Político Pedagógico da Escola Deodato Gonçalves de Siqueira, localizada no Distrito do Bezerra, no município de Formosa e entrevistas com integrantes da comunidade escolar e representantes do poder público municipal; elaborar um livro paradidático-pedagógico concebido como um instrumento educativo-informativo, de alcance

social, para o acesso e pesquisa da comunidade, bem como suporte nas práticas de ensino em Formosa-GO.

As referências que embasaram esse estudo indicam os conceitos e trazem as interpretações correspondentes pelos precursores neste campo de pesquisas. A esse exemplo, nessa pesquisa, considera a temática do patrimônio cultural, engendrando um diálogo com a historiografia patrimonial apresentada, sobretudo, pelos seguintes autores: Márcia Chuva (2012), Simone Scifoni (2008; 2010; 2020), Sônia Florêncio (2015; 2016), Átila Tolentino (2015; 2016), Danilo Pereira (2018a; 2018b), Inês Soares (2009), dentre outros.

As obras de Simone Scifoni são as maiores referências acadêmicas que dispõem de assuntos temáticos do patrimônio natural, destacando, consideravelmente, o trabalho de estudos e pesquisas desenvolvidos por ela, em âmbito nacional, como precursora. Além dos autores supracitados, a consulta ao arcabouço legal, desde a esfera federal, até a esfera municipal, embasou as demais discussões acerca das diretrizes de proteção dos bens ambientais e alguns projetos de requalificação de espaços naturais, promovidos pela gestão pública atual em Formosa-GO.

Metodologicamente, a primeira etapa da pesquisa é a análise documental das seguintes fontes escritas, elencadas para esse estudo: a Constituição Federativa da República; a Lei Orgânica do Município de Formosa; a Lei Ordinária nº 512 do Município de Formosa; o Projeto de Requalificação do Parque Municipal Mata da Bica. Em relação aos documentos escritos, ainda será analisado o Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Deodato Gonçalves de Siqueira. Do mesmo modo, será realizada a análise de fontes iconográficas representativas dos principais patrimônios naturais municipais e privados em Formosa.

A pesquisa consiste em processar as etapas prerrogativas, permeando as fases de acesso e prática *in loco* aos espaços do patrimônio natural da cidade de Formosa-GO. Consecutivamente, análises de imagens de acervo próprio e análises de imagens de dados registrados em Formosa nos últimos anos, disponíveis nos sítios eletrônicos da página da prefeitura municipal, são fontes de pesquisas para este estudo.

Ainda em relação aos procedimentos de coletas de dados, foram realizadas entrevistas com quarenta e cinco moradores, o Secretário Municipal do Meio Ambiente de Formosa, Sr. Ian de Moraes Thomé<sup>1</sup> e a Secretária Municipal de Turismo e Cultura, Sra. Pâmella de Castro

---

<sup>1</sup> O atual Secretário Municipal de Meio Ambiente do Município de Formosa-Goiás tem formação em Geografia pela UEG (Universidade Estadual de Goiás), câmpus Formosa. Fez Agrimensura no CEFET (Centro Federal de Educação Tecnológico) de Goiânia. Cursou dois anos de biologia no IFG (Instituto Federal de Goiás). Fez estágio de dois anos e meio na EMBRAPA. Essas formações e experiências o levaram a pesquisar mais sobre meio ambiente e me engajar nas questões ambientais.

Miranda Clemente<sup>2</sup>. Do mesmo modo, nas próximas etapas, serão realizadas entrevistas com o professor Samuel Lucas<sup>3</sup>, a gestora da Escola Municipal Deodato Gonçalves de Siqueira, Sra. Marly Monteiro<sup>4</sup> e a professora Alice Pacheco de Sá<sup>5</sup>, regente da turma de alunos do quarto ano selecionados para a realização da ação educativa na escola.

Esse Relatório Técnico está estruturado em quatro partes. No item 1, intitulado **O Patrimônio Natural de Formosa-GO e suas abrangências históricas, legais e conceituais** o foco é a apresentação do município de Formosa, abordando o seu processo histórico-formativo. Do mesmo modo, são ressaltadas as características que deram à cidade o reconhecimento referencial a partir do Patrimônio Natural existente no espaço urbano e nas demais localidades do município. Ainda nesse tópico, são abordados o referencial teórico e as metodologias da pesquisa que enfocam a legislação nacional regente ao patrimônio e as competências municipais dos órgãos responsáveis pela proteção dos bens naturais locais, através do arcabouço documental.

No item 2, **O mapeamento do patrimônio natural em Formosa-GO e suas relações com a preservação, o turismo, a educação e as práticas sociais**, apresentam-se os resultados alcançados pela pesquisa. Além do levantamento e a localização dos bens naturais do município e as paisagens culturais contidas neles, são analisados quanto aos seus aspectos característicos e também por meio das percepções das pessoas que interagem com esses patrimônios naturais.

No item 3, denominado **Livro Paradidático-Pedagógico: O Patrimônio Natural de Formosa-GO numa proposta de ensino interdisciplinar para além da sala de aula** como a proposta do produto idealizado, será apresentado um livro paradidático-pedagógico, como parte concluinte desse estudo, em que o formato, o público a quem é destinado o produto e o impacto alcançado estão expostos.

Por fim, no item 4, **Proposta de um Livro Paradidático-Pedagógico**, o foco centra-se na apresentação da aplicabilidade prática do produto, contendo o manual de uso e como empregá-lo à comunidade escolar e a devolutiva social correspondente aos impactos propostos nesta conjuntura.

---

<sup>2</sup> A atual Secretária Municipal de Turismo e Cultura do Município de Formosa-Goiás é formada em Administração de Empresas pelas Faculdades Integradas IESGO. Atuou como Superintendente de turismo municipal em 2019. É membro titular do Conselho Municipal de Cultura de Formosa. Atuou como assessora na Secretaria de Meio Ambiente e Turismo de Formosa no período de maio de 2019 a 01 de maio de 2021.

<sup>3</sup> Professor historiador, Servidor Público da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Formosa-Goiás.

<sup>4</sup> Pedagoga, Gestora da Unidade Escolar Municipal Deodato Gonçalves de Siqueira.

<sup>5</sup> Pedagoga, Professora regente da turma do 4º ano do Ensino Fundamental I da Escola Municipal Deodato Gonçalves de Siqueira.

## **1. O PATRIMÔNIO NATURAL DE FORMOSA-GO E SUAS ABRANGÊNCIAS HISTÓRICAS, LEGAIS E CONCEITUAIS**

Nesse item, partindo dos enfoques que tratam do patrimônio cultural e suas categorias, são apresentados os campos de estudo e pesquisas relacionados ao patrimônio natural do município de Formosa – Goiás. Essas abordagens propõem um viés de compreensões historiográficas, das leis, desde a esfera federal até a municipal, que dão condições de cuidado e proteção a estes bens e os conceitos que culminaram na atual concepção de patrimônio.

As relações ligadas ao patrimônio natural, de valor e memória do município, convergem com as possibilidades turísticas e econômicas que estão igualmente ligadas a ele. Por fim, essa correlação e as práxis sociais com o meio ambiente encontram, na Educação Patrimonial, a promoção necessária de princípios para a preservação dos bens naturais da cidade.

As referências que norteiam o desenvolvimento deste trabalho estão, preferencialmente, contidas nos estudos que antecederam as discussões sobre o Patrimônio Natural, podendo ser acessadas em instrumentos dispostos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Desse modo, o aspecto introdutório inicia-se com uma apresentação dos patrimônios naturais de Formosa, suas características geográficas, a localização em que se encontram nas delimitações municipais. É interessante frisar que, nessa pesquisa, foram estabelecidas parcerias com os representantes do poder público local e contou com a participação efetiva da comunidade envolvida na coleta de dados e informações relacionadas ao patrimônio natural local, bem como sua preservação e o reconhecimento desses bens e seus valores socioambientais.

### **1.1 O Patrimônio Natural de Formosa-GO**

Os campos patrimoniais são espaços de conflito, disputa, interesse e política. Nessas circunstâncias, uma das premissas conceituais da educação patrimonial adotadas atualmente pelo Iphan é conceber o patrimônio cultural como um campo de conflito. Afinal, como aponta Sônia Florêncio, “o patrimônio deve ser entendido como um campo de lutas onde diversos atores comparecem, construindo um discurso que seleciona, apropria – expropria – práticas e objetos” (FLORÊNCIO, 2015, p. 68).

Desse modo, a abordagem centrada no município de Formosa<sup>6</sup>, em Goiás, permite visualizar a analogia entre patrimônio natural e as paisagens culturais com a aproximação que ambas estabelecem com os indivíduos e com algumas práticas econômicas. Assim, compreende-se que os lugares concebem diferentes formas de manifestações e representações, bem como, suscitam discussões divergentes, caracterizando os conflitos que foram mencionados, na lida com o patrimônio.

O município de Formosa é parte da Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal (RIDE), regulamentada pelo Decreto no 2.710, de 4 de agosto de 1998. É uma comarca que engloba dezenove municípios goianos e três mineiros, destinando-se à articulação da ação administrativa da União, dos Estados de Goiás e de Minas Gerais e do Distrito Federal. Essas informações são importantes para que se leve em conta a dimensão estratégica que a cidade representa, no cenário estadual e nacional.

Em relação aos dados socioeconômicos, no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) consta em dados de 2019 que Formosa possui uma população estimada 123.684 pessoas, Densidade demográfica 17,22 hab./km<sup>2</sup>, Área de unidade territorial 5.813,637 km<sup>2</sup>, IDHM 0,744 (IBGE, 2021).

Ao longo das décadas de 1910 a 1990 várias foram as mudanças legais, por meio de decretos, que demarcaram novos marcos georreferenciais ao município de Formosa. Numa dessas divisões territoriais, datada de 1995, as denominações da composição territorial da cidade ficaram demarcadas e o município foi constituído de 2 distritos: Formosa e Santa Rosa.

Por sua vez, em divisão territorial datada de 2014, consta que o município é constituído, então, por 3 distritos: Bezerra, Santa Rosa e Juscelino Kubitschek. A esse respeito, na Lei Orgânica do Município de 2018, identifica-se no artigo 6º que: “O território do Município poderá ser dividido, para fins administrativos, em distritos a serem criados, organizados ou suprimidos, observadas as regras dos artigos 18, § 4º e 30, IV, da Constituição da República e a legislação estadual.” Ainda é disposto na Lei Orgânica (2018) na Seção I da Competência Privativa que:

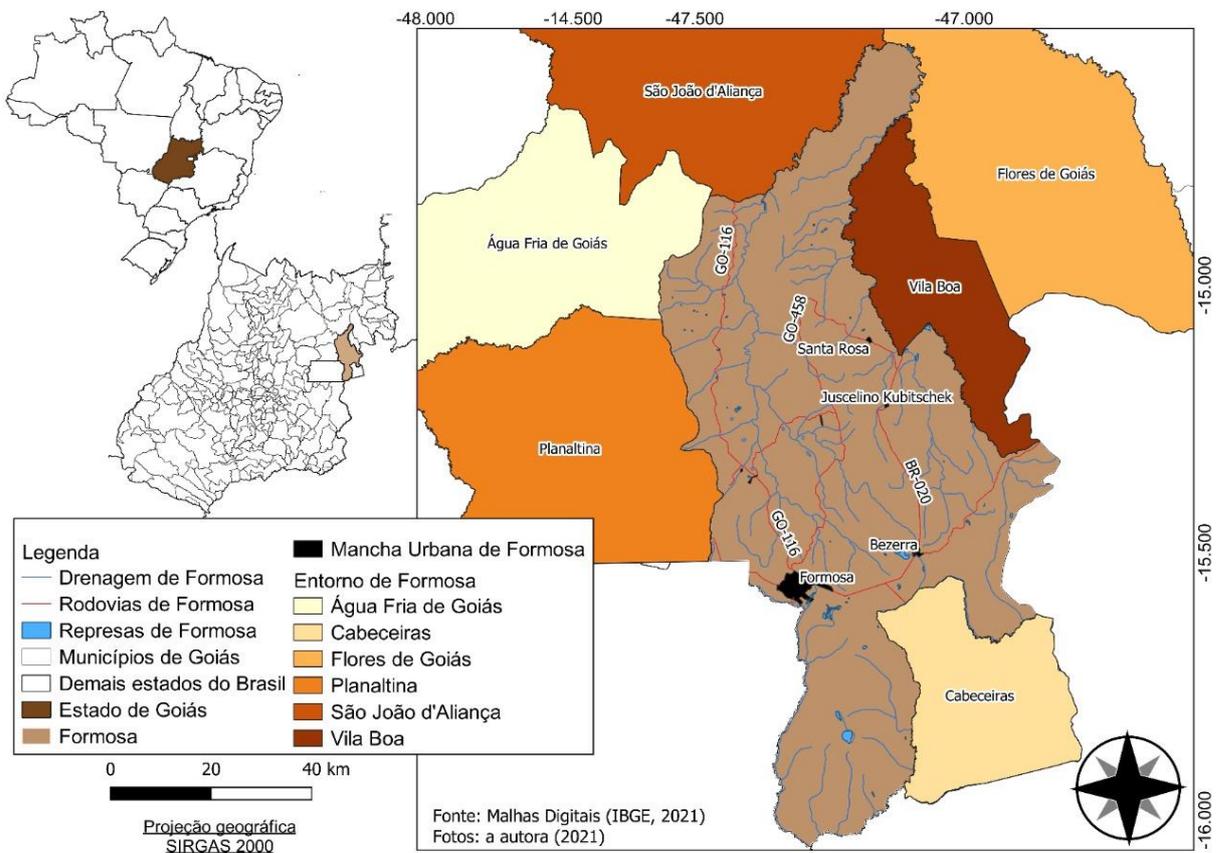
V – criar, organizar, suprimir e fundir distritos, observada a legislação estadual; [...] IX – promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo e do desenvolvimento urbano. (LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE FORMOSA, 2018, p. 03).

---

<sup>6</sup> Formosa está localizada a 280 quilômetros de Goiânia-GO, a capital do estado e a 80 quilômetros de Brasília-DF.

Essa demarcação territorial do município de Formosa abonou à cidade um diversificado e vasto território natural, compreendendo várias localidades patrimoniais significativas e representativas, tanto de valor cultural, quanto de valor ambiental. Na região estão localizadas nascentes de rios que compõem as três grandes bacias hidrográficas brasileiras (AB’SABER, 2003). No mapa abaixo, identifica-se o município de Formosa-GO e sua representatividade hídrica:

**Mapa 1:** A representação da importância hídrica de Formosa-GO



**Fonte:** Elaborado por Laís Naiara Gonçalves dos Reis, 2021.

No mapa, é perceptível a identificação do volume hídrico em Formosa-GO, conhecida como berços das águas, o que corrobora com a dialogicidade dos espaços de patrimônio natural abordados nesse contexto territorial. Assim, é possível visualizar a amplitude temática que o município revela, enquanto lugar representativo do patrimônio. Em relação às fronteiras territoriais, conforme o mapa, Formosa-GO limita-se ao Distrito Federal, ao estado de Minas Gerais e aos seguintes municípios goianos: Planaltina de Goiás, Água Fria de Goiás, Cabeceiras, Vila Boa, Flores e São João d'Aliança.

Na área urbana da cidade de Formosa-GO localiza-se um dos espaços considerado lugar de referência para os moradores, o Parque Municipal Mata da Bica, como pode ser observado na imagem a seguir:

**Figura 1:** O Parque Municipal Mata da Bica em 2018



**Fonte:** Site da Prefeitura Municipal de Formosa, 2019.

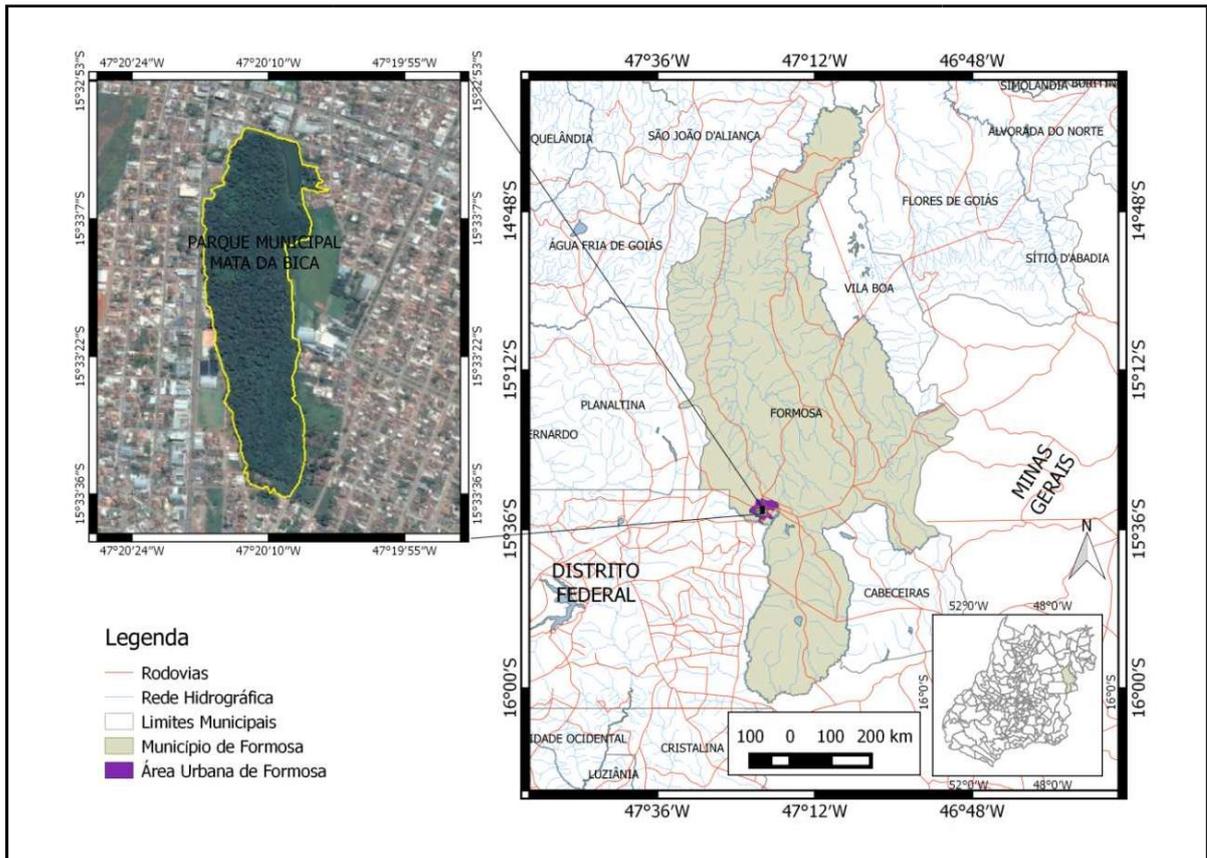
**Figura 2:** O Parque Municipal Mata da Bica em 2021



**Fonte:** Acervo próprio do autor, 2021.

O Parque Municipal Mata da Bica, concretizado como tal a partir de 1990, quando a Lei Orgânica do Município foi decretada, tem medida superficial de 25,68 hectares. Encontra-se sobre a responsabilidade da administração pública municipal e está situado na região central da cidade de Formosa, veja pelo mapa a seguir:

**Mapa 2:** Localização do Parque Ecológico Mata da Bica em Formosa-GO



Fonte: BRITO et al, 2017, p.100.

Os lugares situados no perímetro urbano de Formosa são frequentemente desconsiderados como patrimônios, tanto no que concerne ao desenvolvimento de pesquisas como também por parte dos moradores. Observa-se pela centralidade do parque, em relação ao perímetro urbano da cidade, a perspectiva de integração ambiental e social, colocando-o como foco do patrimônio natural.

Nesse sentido, cabe destacar que a própria alteração ou modelamento da paisagem de Formosa passou e ainda passa despercebida e, muitas vezes, acaba perdendo a identidade na história do local e do município, privando, também, seu valor referencial. Para Paes (2005), entender a lógica pela qual os processos de ressignificação ocorrem, requer atentar-se para:

As permanências de uma dinâmica socioespacial local e as determinações de um modelo externo que impõe uma lógica espacial globalizada e fragmentada, é importante compreender que estes planos de refuncionalização urbana das áreas centrais não são autoexplicativos; eles fazem parte de um modelo contemporâneo de urbanismo que acirra a competição entre as cidades que querem ser incluídas na rede global de cidades para se fortalecerem como polos atrativos para a captação de recursos financeiros (PAES, 2005, p. 08).

A história da cidade de Formosa se relaciona, de modo proximal, com a caracterização ambiental existente na região. O patrimônio natural abundante e diversificado deu condições sociais para que a cidade fosse, então, configurada a partir dos recursos naturais.

Em 1823, o arraial foi elevado a julgado e já se firmava como centro comercial. Em 1838, foi elevado à categoria de freguesia e, posteriormente, em 1843, diante das suas belezas naturais, foi elevado à categoria de vila, recebendo o nome de Vila Formosa da Imperatriz<sup>7</sup>. Nesse sentido, era ressaltada a riqueza e a beleza natural da cidade, num sentido de que a principal característica firmava-se sobre o arcabouço paisagístico natural de exuberante representação, logo, formando a principal referência de Formosa, a partir dos espaços naturais. No ano de 1877, passou à categoria de cidade, com o nome de Formosa. O dia 1º de agosto de 1843 ficou sendo data oficial do município (GONTIJO, 2018).

A trajetória dos marcos legal e conceitual sobre o patrimônio, em especial o patrimônio natural, deu-se conflitando opiniões e divergindo espaços, tempos e agentes. Nessa perspectiva, a cidade de Formosa não foi diferente. Tanto em seus aspectos históricos de surgimento, quanto para estabelecer a relação do homem com o meio, o campo de conflitos marcou traços da memória histórica da cidade.

A cidade de Formosa é referenciada pelos moradores e turistas como berço das águas e de paisagens naturais, exibindo a relevância do seu patrimônio natural, como menção, visibilidade e atividade econômica local, que fazem dela um lugar propício aos estudos e às pesquisas que compreendem a temática do meio ambiente.

A analogia que simboliza a imagem a seguir permite compreender a importância que a representação do volume hídrico de Formosa tem em sua composição cultural. Essa figura refere-se ao brasão da cidade de Formosa, criado em 1958, conforme pode se observar a seguir:

---

**Figura 3:** Brasão de Formosa-GO



**Fonte:** Câmara Municipal de Formosa-GO, 2019.

O Escudo é constituído por motivos simbólicos de tradição, belezas naturais, economia e acidentes geográficos. Há também um texto de mesma data que referencia à narrativa, presente na imagem, conforme observa-se na citação a seguir:

Encimado por muralhas e torres de castelo medieval, como representação de categoria de cidade e defesa alerta do seu Patrimônio secular; no centro, dois quadros representativos, o primeiro da Lagoa Feia, com uma canoa de pescadores, representando com o mais belo lago de Goiás, as belezas naturais do Município e o secular ponto de recreio de sua população; o segundo, simbolizando com uma manada de gado em verdes pastagens, o baluarte da economia Municipal, que é a pecuária. Como 4º e último motivo, vêm-se ao alto e nas partes laterais do Escudo, as indicações das três grandes Bacias hidrográficas brasileiras – a do São Francisco, a do Prata e a do Amazonas<sup>8</sup>, que têm suas nascentes no território Municipal, o que dá ao Município uma privilegiada posição geográfica (CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA, 1958).

Assim, o brasão que se encontra na simbologia gráfica cultural de Formosa, representa a composição diversificada das referências culturais da cidade e alude às belezas naturais, como os campos e as águas. A Lagoa Feia representada no Brasão e descrita na citação de 1958 está presente nos primeiros relatos históricos de Formosa que remontam a terceira década do século XVIII, quando Goiás ainda pertencia à Capitania de São Paulo, conforme inscrições

<sup>8</sup> A menção à bacia do Rio Amazonas refere-se à bacia do rio Tocantins-Araguaia, conforme os estudos contemporâneos sobre a hidrografia brasileira.

encontradas nas grutas da Fazenda Araras, as quais registram a chegada dos primeiros colonizadores. Nas proximidades da Lagoa Feia, os boiadeiros e garimpeiros que faziam o trajeto entre a Bahia e Minas Gerais, rumo às minas dos Guaiazes, escolheram em Formosa seu local de parada para descanso. Ali levantaram as primeiras choupanas cobertas e cercadas com couro de boi, dando origem ao primeiro nome da localidade: Arraial dos Couros (GONTIJO, 2018).

Pela própria história dos primeiros indícios de povoamento na cidade, percebe-se que estavam paralelamente ligados à história, à referência e à menção aos ambientes como, por exemplo, a Lagoa Feia, um dos espaços considerados como patrimônio natural local. Na história do município, esse lugar foi utilizado para caracterizar os aspectos que, posteriormente, vieram a contribuir na escolha do nome dado à Formosa.

Os primeiros relatos narrativos historiográficos do município, de origem popular, remetem à lagoa como fonte de recursos para a vida. Destacam-se as contribuições dela para o abastecimento hídrico dos primeiros povos que se assentaram na região. Na imagem a seguir, observa-se a quantidade de reserva de água da Lagoa Feia. Esse foi um grande atrativo para os primeiros habitantes se afixarem no local. Além disso, servia como abastecimento de água para os rebanhos bovinos que eram manejados entre os estados da Bahia e Minas Gerais no período das travessias de gado pelas estradas, desenvolvendo as atividades pastoris e o comércio da carne e do couro.

**Figura 4:** A Lagoa Feia



**Fonte:** Acervo próprio do autor, 2021.

O surgimento do município de Formosa está intimamente ligado à Lagoa Feia que recebeu essa denominação a partir da paisagem do local, com grande incidência de aguapés. Essa planta aquática era vista como empecilho ao acesso às águas e, segundo os primeiros povos a habitarem a região, acabavam por tornar feia a lagoa e de difícil navegação e coleta de água para consumo.

Danilo Pereira (2018a) afirma que os critérios para a inscrição de bens como patrimônio natural privilegiam aspectos ambientais e é um avanço que as paisagens culturais tenham viabilizado tal valoração, tendo em vista as paisagens naturais como parâmetro para essa designação.

Nessa perspectiva, foi a partir de uma referência paisagística, como a Lagoa Feia, que a cidade de Formosa começou a formar seu processo histórico inserida numa concepção totalmente ambiental. Desse modo, os nomes que foram atribuídos ao município seguiram as relações com os aspectos paisagísticos. A esse respeito, consta no site da prefeitura municipal a seguinte informação:

Arraial de Couros foi o primeiro nome de Formosa, criada na segunda metade do século XVIII como desdobramento do município de Luziânia, nessa época também Arraial. Sabe-se que as primeiras casas foram erguidas por negros fugindo da febre amarela, que estaria dizimando os moradores de um outro Arraial, o de Santo Antônio do Itiquira, na barra do rio Itiquira com o rio Paranã. Em 1767, o padre Antônio Francisco de Melo celebrou a primeira missa na Casa de Oração de Couros. Um marco histórico foi a instalação da Estação Fiscal de Registro da Lagoa Feia, em fevereiro de 1736, por ordem do rei de Portugal, que temia a evasão do ouro e o não pagamento dos tributos. Somente em 1843, o arraial foi elevado à categoria de vila e, pela primeira vez, apareceu o nome Formosa: Vila Formosa da Imperatriz. O município de Formosa foi instalado em 1844 e seu primeiro prefeito foi o Sr. Lázaro de Melo Álvares (FORMOSA, 2015).

Considerando a forte ligação entre as narrativas historiográficas da criação do município com a presença nítida de citações das paisagens naturais, compondo um marco memorável para a fundação da cidade, a predileção para oportunizar o enfoque do patrimônio natural nesta pesquisa evidencia a correlação indissociável entre os espaços e o homem, na formação do seu valor cultural.

Assim, a primeira conotação de valor à localidade de Formosa estava, intimamente, ligada aos valores naturais. Embora ainda estivessem à margem da mensuração do valor ambiental, como patrimônio cultural, esses bens demonstravam a salubridade do clima e a oportunidade de bons e frutíferos negócios na região, atraindo garimpeiros e fazendeiros de outras regiões que passaram a se dedicar à formação de fazendas e ao comércio de couros, na

localidade.

Essas paisagens naturais envolvidas nas construções dos espaços urbanos, embora tenham sido desconsideradas e, muitas vezes, completamente modificadas, tornaram-se preocupações ao longo do legado historiográfico e cultural não apenas para o estado. Nas menores regiões, como o caso dos municípios, busca-se uma nova perspectiva de concepções que possam propor um combinado entre ambos, minimizando os impactos que causem o avanço urbano sobre a natureza, ou espaço natural, atualmente.

A esse exemplo, o avanço demográfico urbano da cidade de Formosa, desde o século XIX, aproximou o homem e o meio, na medida em que era necessário o uso dos recursos naturais como forma de garantia de vida e de expansão da cidade, bem como para as atividades econômicas. Formosa foi, então, instituída como município a partir da:

Lei Provincial n.º 4, de 22-08-1838, Distrito criado com a denominação de Vila Formosa da Imperatriz. Elevado à categoria de vila com a denominação de Vila Formosa da Imperatriz pela Lei Provincial n.º 1, de 01-08-1843, sendo desmembrado do município de Santa Luzia. Com sede na antiga povoação de Vila Formosa da Imperatriz, foi, então, constituído de 2 distritos: Vila Formosa da Imperatriz e Santa Rosa, ambos desmembrados de Santa Luzia, e instalado em 22-02-1844 (FORMOSA, 2015).

Como já mencionado, a ligação do nome que é dado à cidade referindo-se às belezas naturais, condicionou o valor cultural atrelado à memória da paisagem natural da região, considerando assim, a relação do avanço da cidade esboçada pelo mapeamento paisagístico como patrimônio. Nesse sentido, “o conceito de patrimônio ambiental urbano procurava sintetizar elementos diversos, as ruas, as casas, a paisagem, de modo a compor a um só tempo o quadro material que dá suporte à memória e permite preservar o meio ambiente” (RODRIGUES, 2000, p.87).

Essa sistematização nada mais é do que a concepção de correlação entre o homem e o meio ambiente, numa perspectiva não mais exploratória apenas. E, como sugere Simone Scifoni (2015b), não mais opondo homem e meio, dicotomizando a ideia de ocupação e preservação e buscando uma maneira para que possam ser convergentes e sustentáveis essas relações.

Para exemplificar o que a autora propõe nessa menção, basta recorrer aos estudos geográficos que demonstram características peculiares da formação e dos aspectos físicos que as cidades apresentam. De acordo com cada georreferencial, as cidades possuem suas aparências desde a abertura de ruas, passando por construções de pontes, vias e edificações

condizentes com a estruturação física natural dos lugares, que são os pilares alicerçáveis desses organismos.

A divisão e distribuição dos bairros de Formosa seguiram, praticamente, os mesmos parâmetros que deram o nome à cidade, nomeando alguns deles a partir de um aspecto natural presente, como, por exemplo, o Setor Bosque, Setor Abreu, Parque Vila Verde, Jardim Oliveira, Setor Primavera, Jardim Bela Vista, Setor Pau Ferro, entre outros, que se caracterizam pela presença representativa de um bem natural como premissa referencial para o início do bairro ou setor (AB'SABER, 2003).

Os autores Suess et al (2013) destacam que os locais situados no perímetro urbano da cidade são frequentemente ignorados tanto no que concerne ao desenvolvimento de pesquisas como por parte dos moradores e do poder público municipal.

Nesse sentido, cabe destacar que a própria modificação (ou modelamento conforme interesses do homem) da paisagem de Formosa passou e ainda passa despercebida e, muitas vezes, acaba perdendo a identidade na história do local e do município (SUESS et 2013, p.245).

Na concepção de Simone Scifoni (2008), o patrimônio cultural é um campo de tensões por excelência, que se dão no e pelo espaço geográfico. Os conflitos vêm do fato de que o patrimônio passa a ser visto, algumas vezes, como impedimento ou obstáculo para o processo de valorização do lugar como a sua própria reprodução. Nesse sentido, ele pode ser modificado ou até eliminado para que prevaleça a racionalidade econômica na lógica desse espaço e o avanço dos interesses inerentes ao homem (SCIFONI, 2008).

Essas problematizações aspiram a ressignificar a relação que é estabelecida pelo homem com o meio ambiente, trazendo a proposta de tornar-se patrimonialidade os espaços naturais em detrimento do aspecto apenas de patrimonialização. O que recai sobre o pensamento de algo que se opõe às necessidades do indivíduo, conotando um caráter obrigatório desse princípio e desvencilhando essa oposição entre avanços dos espaços urbanos e proteção dos bens naturais existentes nele.

Para Danilo Pereira (2018a) o turismo transforma tudo o que toca em artificial. A esse respeito, ressalta que apesar de certo exagero na afirmação, é preciso reconhecer que a atividade do turismo tem uma inquestionável capacidade de transformar os lugares em função dos seus interesses.

Assim, na perspectiva de compreender o papel que o turismo atribui ao patrimônio natural na cidade de Formosa, é pertinente analisar a atuação da Secretaria de Turismo e Cultura

do município, enquanto representação do poder público e a atividade turística, na dinâmica de interrelação entre o homem e o meio.

O turismo, mesmo tendo forte hegemonia em dados lugares, concorre, no cotidiano, com outras práticas sociais e outras atividades econômicas. Em nenhum lugar a via de relações pode ser reduzida à reprodução do turismo como atividade econômica ou geradora de atividade econômica. Conforme enfatiza Rita da Cruz (2007), viver é sempre mais que fazer turismo ou receber turistas.

Em entrevista concedida no dia 11 de agosto, a atual secretária de turismo de Formosa-GO, Sra. Pâmella Miranda, quando questionada sobre a importância das atividades turísticas na cidade e o que elas representam na valorização da cultura para a cidade, declarou que:

A questão das atividades turísticas em Formosa, eu vou colocar para você em dois aspectos, por exemplo: o agronegócio movimenta muito o nosso comércio e essa migração de pessoas que vêm para fazer alguma atividade em Formosa, também é considerada turismo. Visto que essas pessoas vão em alguns atrativos turísticos e o turismo de negócio, assim como acontece em Brasília, São Paulo, outros lugares, também é muito forte em Formosa. Agora, o turismo em atrativos turísticos de ecoturismo, turismo rural e tudo mais, essas atividades são as maiores responsáveis por trazer os turistas até Formosa. Esses turistas vêm pra Formosa e o que segura ele por aqui, além dos atrativos, é as atividades culturais. Festivais, feiras de artesanato, shows etc. (Pâmella, entrevistada em 11/08/2021).

Nessa explanação, a evidência das ligações sociais existentes na exploração dos lugares em Formosa vem contribuindo para a divulgação dos pontos turísticos ligados aos bens naturais, o que fortifica a necessidade de se discutir mecanismos eficientes de tutela pelo poder público, para preservá-los.

A cidade, então, protagoniza essa situação que alude uma das formas de relação estabelecida entre o homem e o espaço, oportunizando um maior entendimento de como acontece essa analogia a partir de uma atividade com fins lucrativos e econômicos, o turismo que pode:

Representar uma importante atividade econômica que atua na valorização das práticas sociais locais, contudo, quando passa a transformá-las, é preciso repensar as estratégias do seu desenvolvimento, com o apoio de ações desenvolvidas pelo Iphan e parceiros (PEREIRA, 2018a, p. 97).

Concomitantemente, as instituições responsáveis pela fiscalização das leis que regem o patrimônio encontram-se sistematizadas de modo a combinarem ações conjuntas à sociedade,

capazes de garantir a gestão correspondente entre atividades, no caso, as turísticas e econômicas, com as práticas de relações humanas com os espaços, principalmente os naturais.

Assim, Formosa compreende, em sua formação ao longo da história enquanto município, íntima ligação entre o homem e o meio ambiente. Nesse processo, seja na questão de usufruto dos recursos disponíveis, seja na atividade de exploração pelo turismo, o patrimônio natural da cidade protagoniza essa proximidade e o coloca na condição de refém de ações que o mantenham minimamente impactado.

Pelo intermédio da compreensão conceitual do que é o patrimônio natural, as próximas abordagens estão voltadas à demonstração dessa consolidação e das articulações necessárias que atribuíram a esse conceito normatizações de preservação e proteção, partindo dos pressupostos dos lugares.

## **1.2 A trajetória conceitual e legal de Patrimônio Natural: um traçado sobre a constituição da nomenclatura**

A proposta de estabelecer essa noção conceitual sobre o patrimônio natural e categorizá-lo num viés de preservação suscita o desejo de identificar, a partir das comunidades, o que a elas pertence e como elas se sentem apropriadas desse pertencimento. Nesse sentido, é interessante destacar Sônia Florêncio (2014) que, ao propor diretrizes para a educação patrimonial, afirma que:

Dessa forma será possível a identificação e fortalecimento dos vínculos das comunidades com o seu patrimônio cultural, o que pode potencializar as ações educativas de valorização e proteção do patrimônio cultural. É preciso, portanto, identificar e promover ações que tenham como referências as expressões culturais locais e territoriais, contribuindo, desta maneira, para a construção de mecanismos junto à sociedade com vistas a uma melhor compreensão das realidades locais (FLORÊNCIO et al, 2014, p. 25).

Conforme a autora descreve sobre as formas de identificação e fortalecimento de vínculos de identidade entre o patrimônio e os indivíduos, a própria comunidade de Formosa narra, por meio de suas memórias ligadas ao contexto formativo do município e a locais específicos. Por exemplo, a Mata da Bica destaca-se enquanto um parque localizado na região central da cidade que exemplifica essa correlação de pertencimento entre o homem e o meio ambiente.

No que se refere à paisagem cultural, é possível compreender esse conceito a partir das orientações estabelecidas pelo Iphan, que trouxeram um conceito amplo para o entendimento da paisagem, bem como para o patrimônio e as possíveis ações públicas de proteção, quando:

Conceituam-na como uma porção do território com características peculiares, produto de relações que os grupos sociais estabelecem com a natureza, relações essas que podem aparecer fisicamente, sob a forma de marcas, e/ou por meio de valores que lhe são atribuídos socialmente. O caráter peculiar ou especial, próprio de algum lugar, é o elemento essencial que faz com que uma determinada paisagem possa ser reconhecida como de importância cultural e, portanto, passível de mecanismos públicos de proteção. O peculiar é, assim, o que dá uma identidade, capaz de diferenciá-la num contexto espacial mais amplo. O que lhe confere uma dada identidade pode ser, em um primeiro plano, resultado de marcas inscritas no espaço ou de formas reconhecíveis e delimitáveis, as quais compõem uma unidade orgânica (NASCIMENTO; SCIFONI, 2010, p.31).

O que se percebe, na distinção entre o conceito de paisagem cultural e patrimônio natural, é a relação que se estabelece entre os indivíduos e os espaços, havendo nessa intervenção alguma marca social atribuída, seja por meio de imputações físicas, ou valoração cultural.

Entretanto, o entendimento acerca do patrimônio natural trouxe a necessidade de ser também preservado pelo reconhecimento da memória social e parte da vida humana interligada a esses bens, compartilhando entre a comunidade, o poder e as políticas públicas a tarefa em mantê-los tutelado.

Nesse sentido, o espaço territorial municipal da cidade de Formosa abriga, dentre essas, outras grandes referências que podem ser exploradas por meio de atividades ecoturísticas ou visitação aos espaços, para diversos fins de roteiros turísticos pedagógicos, de experiência, visita o espontânea e contempla o das belezas naturais presentes, passíveis das discussões sobre tutela.

As autoras Flávia Nascimento e Simone Scifoni (2010) destacam que, dentro das perspectivas protecionistas dos bens naturais, os pressupostos para a preserva o das paisagens naturais no Brasil, apesar de estarem previstos desde a edi o do Decreto-Lei Federal n  25, de 1937, no âmbito do Iphan, ressignificou algumas práticas. Além disso, possibilitou colocar a paisagem cultural como novo mecanismo de prote o do patrimônio, trazendo um novo recorte no âmbito dos bens, a partir da regulamenta o estabelecida pela recente Portaria n  127, de 30/04/2009 (NASCIMENTO; SCIFONI, 2010).

O patrimônio natural abrange uma gama conceitual de percep es sobre as formas geomorfológicas que compõem a natureza geográfica dos espaços. Dentro dessa composi o estão

representados e se manifestam a materialidade e a imaterialidade do patrimônio. A partir dessa noção, apresentar o patrimônio natural caracteriza uma predileção pela referência biológica que representa a pluralidade e a diversidade da vida e dos ecossistemas.

Ainda em relação às discussões sobre patrimônio natural e localidade, ressalta-se que “não há como falar em patrimônio sem localizá-lo. O lugar e o território são intrínsecos à própria noção de patrimônio.” (CAMPOS, 2018, p.103). Entender essa relação dinâmica sobre conceitos de lugar e de território clarifica o quão impossível é desvincular do patrimônio, seja conceitualmente, seja na vivência dos grupos ou na gestão do patrimônio, tais conceitos.

Para Yussef Campos (2018), a ideia de pertencimento ao lugar requer que seja feito, na comunidade, um processo de identificação e identidade, em que o lugar, ao adquirir significado para o grupo, passa a ser uma referência cultural. Assim, identifica-se um processo de humanização do espaço. Uma forma análoga de relacionar esses conceitos e as vivências sociais está proposta na dialogicidade compreendida entre a comunidade local de Formosa, quando ela relata sua intrínseca familiaridade aos aspectos existentes no patrimônio natural.

Isso demonstra a contribuição que determinados lugares imprimem às características culturais e especificidades de sentimentos oriundos das transformações e mudanças que ocorrem ao longo do tempo, sejam elas pela ação do homem, ou por fenômenos naturais e isso pode ser exemplificado nos relatos obtidos por meio das entrevistas realizadas.

Portanto, para as categorias supracitadas entre lugares, patrimônios e memória é interessante ressaltar o que propôs Pierre Nora (1993) ao discutir sobre a concepção de memória, afirmando que:

A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este particular da nossa história. Momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação. O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memória porque não há mais meios de memória (NORA, 1993, p.07).

As memórias ligadas aos locais específicos em Formosa, como, por exemplo, as reservas hídricas presentes na nascente da Mata da Bica e o Itiquira, que deram condições de habitação para os grupos sociais se formarem, exemplificam essa correlação entre o homem e o meio, identificando essa assimilação como forma de patrimônio.

A Praça do Pau Ferro, ou Praça São Vicente de Paula, localizada no Setor Pau Ferro, em Formosa-GO, é um lugar de memórias para os formosenses. No local, encontrava-se uma

árvore centenária da espécie que dá o nome à praça, a “caesalpina ferrea”, comumente conhecida como Pau Ferro.

O local tornou-se uma referência para os moradores, pois essa árvore representava a história de origem do setor e simbolizava uma espécie arbórea de exemplo nativo da região. São vários os empreendimentos comerciais que recebem o nome de Pau Ferro, homenageando e referindo-se à árvore. Não se sabe ao certo há quanto tempo ela estava presente ali, porém, estipulava-se ser uma árvore centenária. As imagens a seguir mostram o local em dois momentos distintos, representando o lugar antes e depois da destruição da árvore:

**Figura 5:** A Praça do Pau Ferro em 2015



**Fonte:** Site Prefeitura Municipal de Formosa, 2018.

Essa árvore e a praça são compreendidas como um lugar de memória para os moradores das proximidades que relatam a ligação afetiva com o espaço. Esse laço de pertencimento impediu que a árvore fosse derrubada, durante a construção viária do lugar. Ela reunia as pessoas sob a sua sombra para momentos de conversa e socialização dos vizinhos.

**Figura 6:** Praça do Pau Ferro em 2021



**Fonte:** Acervo próprio do autor, 2021.

Em 30 de maio de 1990, foi decretado pela prefeitura o tombamento dessa árvore denominada Pau Ferro, de acordo com a Lei Nº 61-JP, de 30 de maio de 1990. É a primeira espécie arbórea tombada na cidade. A Câmara Municipal de Formosa, estado de Goiás, decretou e sancionou a seguinte lei:

Artº 1º - Fica tombada a árvore conhecida como Pau Ferro (*caesalpina Ferrea*), árvore da família das leguminosas originária de matas tropicais úmidas americanas situada na Praça São Vicente de Paulo por ser remanescente de idade avançada. Artº 2º - Fica o município designado a conservar e preservar a árvore em questão, inclusive proibindo o trânsito de veículos de carga pesada nas laterais da referida árvore (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FORMOSA/GO, 1990).

Em 2018, um acidente de trânsito que ocorreu, quando um caminhão bateu contra a árvore, derrubou-a e o canteiro em que ela ficava. Ao entrevistar moradores, como a Dona Inês, percebe-se que as narrativas sociais colocam em voga a importância que a árvore tinha na memória das pessoas.

Me recordo de que a árvore era o centro das atenções e das reuniões que fazíamos todas as tardes. Era o ponto de encontro entre os vizinhos, os amigos, as famílias, enquanto os adultos se sentavam à sombra do Pau Ferro para conversar, muitas crianças brincavam ao redor. Era como se fosse o quintal da

nossa casa, e na verdade era, pois a árvore já estava ali quando fizemos nossas casas e a gente sempre marcou o ponto de referência dos nossos endereços no Pau Ferro. Muitas vezes nos períodos de estiagem a gente fazia questão de irrigar o pé do Pau Ferro para ele ficar verdinho por mais tempo (Dona Inês, moradora de Formosa, declaração concedida em 25 de setembro de 2021).

A ligação afetiva demonstrada pela entrevistada representa também a memória de afeto que ela guarda do lugar. Assim, embora tenha ocorrido mudanças, ele permanece como referência para as vivências que ela, seus familiares e vizinhos tiveram junto ao patrimônio.

**Figura 7:** Dona Inês dos Santos



**Fonte:** Acervo próprio do autor, 2021.

A partir do relato acima, observa-se que o acidente destruiu a árvore, porém, ela permanece na memória. Não houve nenhuma outra construção no local, como forma de memorial ou homenagem ao bem tombado.

Ao abordar a temática de memória e lugares, é oportuno relacionar o que a história coletiva representa a um grupo social, a partir de suas memórias. Assim “existem lugares de memória, lugares particularmente ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal, mas também pode não ter o apoio no tempo cronológico” (POLLAK, 1992, p.202). Ao

relacionar esses espaços aos diferentes momentos e cenários da história, o autor aduz a considerar as particularidades da lembrança ao que remete a memória coletiva ou individual.

Partindo dessas premissas e correlacionado ao pressuposto da identificação e apropriação do patrimônio cultural, torna-se pertinente estabelecer uma compreensão dos processos de valorização da memória, pois acabam por alicerçar o reconhecimento dos bens. E, conforme as ações de promoção e valorização do patrimônio, a partir de agentes da comunidade participativa, as narrativas de memória estão sempre ligadas à história dos lugares e aos processos de identificação e apropriação dos bens culturais.

Na concepção de Maurice Halbwachs (1990), a memória é um fenômeno coletivo, no qual várias narrativas tecem um mesmo constructo da história, apropriando-se da ideia de que a memória tem essa função de promover elos entre os membros de um grupo, com base num passado coletivo. Nessa perspectiva, considera-se a memória como um patrimônio identitário comum entre seus pertencentes.

Como as narrativas de memória da história de Formosa se convergem em referências ao patrimônio natural, como principal fonte de identidade da cidade, as ações que promovem o desejo de preservação dessa identidade comunitária estão intimamente aproximadas aos parâmetros de proteção ao meio ambiente, como forma de manter preservada a memória desta comunidade.

Na dinâmica entre o patrimônio cultural e natural, observa-se que a intenção a priori da fusão entre preservação de ambos os campos estava explicitada desde o Decreto Lei nº 25, de 1937, quando se viam os monumentos naturais como qualidade de patrimônio nacional (GONÇALVES, 2002). Assim se vê no artigo 1º, que estabelece o conceito:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da História do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico...  
§ 2º - Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana” (BRASIL, 1937).

Mesmo que anterior à década da suma evidência preservacionista legal dos bens, o Brasil passava a tomar medidas que estabeleciam noções de salvaguarda do patrimônio comparando fatos memoráveis e históricos, de acordo com suas características locais dos espaços, como referência social.

Simone Scifoni (2008) aponta que assim como no caso do patrimônio cultural em que não há como nivelar sob o mesmo parâmetro diferentes contextos socioculturais, para o patrimônio natural cada realidade nacional espelha uma relação histórica entre sociedade e natureza, de forma que um único critério de integridade não pode ser aplicado a essa diversidade de situações.

Para que se possa compreender melhor como atualmente é concebido o patrimônio natural, é preciso reportar aos períodos historiográficos que antecederam as discussões conceituais sobre o campo do patrimônio cultural e, assim, chegar às tratativas contemporâneas que abarcam esse entendimento. Primeiramente, é necessário reconhecer que a valorização do patrimônio no Brasil foi um processo extremamente desigual, que atingiu, em geral, aqueles bens considerados monumentais ou aqueles para os quais o mercado turístico via possibilidades de exploração (SCIFONI, 2008).

A ideia de patrimônio natural, no plano mundial, firmou-se como expressão de grandiosidade e beleza que vem de um sentido de monumentalidade. E, no Brasil, foi a partir de algumas experiências regionais que o patrimônio natural passou a ser entendido como conquista da sociedade, como uma noção ligada às práticas sociais e à memória coletiva. Essa relação entre práticas sociais e monumentalidade principiou o contexto que engloba as discussões dos conceitos construtores da ideia de patrimônio, justificadas pela existência de interação do homem com o meio e da concepção de ligação da história e da memória social dos lugares (SCIFONI, 2008).

Explanando sobre esse significado conceitual inicial, observa-se que é como se o valor monumental fosse visto de modo privilegiado para eleger um bem natural pela sua grandeza, em detrimento a outro espaço físico, mesmo contendo um menor valor biodiversificado, a monumentalidade retratava a importância do espaço a ser considerado.

O empenho em eleger lugares de patrimônio estava completamente ligado aos interesses políticos e econômicos, que pudessem fazer com que eles fossem, também, fontes de poder. O debate se situava em tendenciar no campo do patrimônio, da memória e da educação, os jogos de poder e os conflitos que envolvessem os processos de seleção e de apropriação do patrimônio, numa perspectiva muito hegemônica e verticalizada.

Assim, Átila Tolentino (2016) afirma que não é possível, portanto, pensar em patrimônio ou memória coletiva sem pensar em alguma relação de poder. O Brasil passou a voltar seus olhares mais atenciosos ao patrimônio natural em meados dos anos 1970, sob os interesses da UNESCO. Apesar de nesse contexto ter consagrado internacionalmente a noção de patrimônio

natural, “a sua origem é anterior, o patrimônio natural decorre da preocupação com o monumento, que, à princípio, aparece como o histórico e o artístico, para depois se configurar, também, como o monumento natural” (SCIFONI, 2008, p.17).

De acordo com a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural são considerados como patrimônio cultural:

Obras arquitectónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; os conjuntos. – Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitectura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; os locais de interesse. – Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico (UNESCO, 1972).

Inicialmente, essa ideia dissociava os campos do patrimônio cultural e natural, mesmo com a perspectiva de monumento para ambos. Entre os séculos XIX e XX, surgindo dentro do universo de compreensões do que eram os monumentos, nas vertentes do patrimônio cultural, os monumentos naturais também passaram a ser considerados. Scifoni esclarece que:

O patrimônio natural nasceu, também no Brasil, sob a designação de monumentos naturais, sítios e paisagens naturais de feição notável, como uma categorização que qualificava o chamado monumento. Há o monumento histórico, o artístico e o natural, todos fazendo parte de uma mesma preocupação nacional, digna de constar na lei maior do país (SCIFONI, 2008, p.20).

Com a Constituição Federal de 1988, houve uma redefinição da noção de patrimônio cultural. No artigo 216, o termo passou a ser concebido como sendo os bens “de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 1988). O ponto convergente entre essas citações é a tratativa sobre o patrimônio, numa ampliação da compreensão sobre seus enfoques, redefinindo a abrangência do que o compete.

Os relatos obtidos nas entrevistas que foram realizadas no percurso desta pesquisa demonstram a amplitude dos envolvimento sociais dos moradores com o seu patrimônio natural. Assim, Márcia Chuva (2009), corrobora com essas questões ao discutir o patrimônio cultural, afirmando que:

A expansão desse campo tem abarcado um universo muito amplo de agentes sociais, de bens e práticas culturais passíveis de se tornarem patrimônio, bem como promovido uma série de consequências sociais, políticas e administrativas relativas à sua gestão, tanto relacionada aos bens de natureza material, com sua proteção, quanto aos bens de natureza imaterial, com as políticas de salvaguarda (CHUVA, 2009, p. 151).

Essas discussões centram-se na qualificação característica do patrimônio cultural, logo o relacionando à sociedade e aos interesses públicos, tanto na identificação, como na proposta de possíveis formas de preservação deles. Nesse campo de diálogo sobre patrimônio cultural, viu-se aflorar, tendenciosamente, o que era tido como natural ou de natureza sem ação e intervenção do homem. E segundo a Convenção do Patrimônio Mundial (1972), o patrimônio cultural foi definido como os monumentos, as obras arquitetônicas ou de artes plásticas, as estruturas arqueológicas, os conjuntos urbanos e lugares notáveis (CHOAY, 2006).

Ainda no texto dessa mesma Convenção, o patrimônio natural foi estabelecido como as formações físicas, biológicas, geológicas e fisiográficas, as zonas de habitat de espécies ameaçadas e novamente os lugares notáveis, fazendo com que se acentuasse a primeira conotação particular entre os aspectos que diferenciavam os monumentos, vistos como patrimônios. Então, foram considerados como patrimônio natural:

Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico; - as formações geológicas e fisiográficas e as áreas nitidamente delimitadas que constituam o habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas e que tenham valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação; - os sítios naturais ou as zonas naturais nitidamente delimitadas, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, da conservação ou da beleza natural (UNESCO, 1985).

Embora empregadas expressões como monumentais e excepcionais, a ideia de patrimonializar os espaços naturais abrangia a consideração do valor do bioma presente no contexto natural, numa dimensão correspondente a algo de representação universal e, se contemporaneamente pensar nesse aspecto de valor universal, o valor ambiental, mesmo que em menor proporção, representa significado e importância universalizado.

Vale ressaltar que, paralelamente às discussões sobre as primeiras concepções acerca do patrimônio natural, estão, também, as primeiras leis instituídas como formas protetivas dos bens naturais. Nesse amálgama legislativo, esses estudos debruçam-se na correlação entre as proposições das leis organizadas na federação, nos entes federados e municipalidades,

compreendendo as atribuições e incumbências das instituições que estão à frente dos encargos executivos desses preceitos. Tomando, em si, o compromisso protetivo do meio ambiente e dos espaços naturais, nas mais diversas formas de apresentações que eles assumem, diante do que se entende por patrimônios.

### **1.3 A legislação brasileira concernente ao campo do patrimônio e da educação ambiental**

Alguns artigos destinados à proteção e à preservação dos bens já apareciam em documentos constituintes, anteriores à Constituição Federal de 1988. Contudo, a atual esfera magna compreende em suas tratativas o artigo 225, que dispõe: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988).

O amplo entendimento existente na interpretação desse fragmento legal coloca em comum atribuições às práticas de preservação e proteção dos bens, em especial os bens ambientais, na condição de serem salvaguardados e defendidos tanto pelas instituições públicas, na pessoa do poder público, quanto à coletividade, ou seja, a sociedade.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao poder público:  
I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas; II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético; III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção (BRASIL, 1988).

A conjuntura legal que organiza e sistematiza a proteção do meio ambiente, na Constituição Federal, ampara as demais incumbências legislativas estaduais e municipais. Essa legislação norteia as ações comprometidas para com o cuidado do que também se refere aos patrimônios naturais e a seus estados de preservação e condições de uso e ocupação. No decorrer desse dispositivo, observa-se que a temática de oferta de meios que prima por preservar os bens ainda consiste em:

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade; V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente; VI - promover

a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente; VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade (BRASIL, 1988).

Notavelmente os primeiros aspectos que consideraram o patrimônio natural não eram tratados de forma evidente e não especificavam, exatamente, que tipos de práticas protetivas seriam destinadas a eles. A trajetória histórica que culminou no conceito de patrimônio natural encontrou, em seu percurso, um campo conflituoso não apenas em suas definições, mas também em suas compreensões, assim como nos mecanismos e instituições que representassem esses bens.

Foi no âmbito dessas discussões sobre cultura e sobre políticas culturais que se esboçou e se manifestou a preocupação com o patrimônio natural e a busca de sua conceituação. É importante que seja atribuída à convenção das nações unidas o grande marco temporal e a iniciativa pioneira em constituir as características dessas naturezas culturais e naturais, a fim de que fossem levadas à discussão de preservação e à valorização patrimonial. Logo, a relação entre as práticas sociais e os valores naturais foram reafirmados, em forma de lei, pela Constituição Federal, em 1988 (SOARES, 2009)

Paralelamente às proposições constituintes, percebe-se, na elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais, em um de seus capítulos, a homologação do Parecer CNE/CP nº 14/2012 que dispõe sobre as necessidades da Educação Ambiental, no âmbito da Educação Básica. Nos termos, a proposta da:

Educação Ambiental envolve o entendimento de uma educação cidadã, responsável, crítica, participativa, em que cada sujeito aprende com conhecimentos científicos e com o reconhecimento dos saberes tradicionais, possibilitando a tomada de decisões transformadoras, a partir do meio ambiente natural ou construído no qual as pessoas se integram. A Educação Ambiental avança na construção de uma cidadania responsável voltada para a cultura de sustentabilidade socioambiental (DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS, 2012, p. 535).

A esse respeito, a Constituição Federal atribui explicitamente ao Poder Público a incumbência de promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino. Isso permite que se correlacione a função da escola na mesma função diretiva legal da Constituição, uma vez que a execução das componentes legais necessita de instituições comprometidas com o cumprimento dessas diretrizes.

A Educação Ambiental e o patrimônio são processos em constante construção, não havendo conceituação específica consensual. Contemporaneamente, embasados por estudos, experiências e pesquisas, busca-se compreender e ressignificar a relação dos seres humanos com a natureza. O Iphan corrobora com ações em defesa dos multimeios educativos, na defesa dos bens, destacando que:

A Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera-se, ainda, que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio da participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de patrimônio cultural (FLORENCIO et al, 2014).

O elo entre ações educativas e práticas preservacionistas configura importante e decisiva ferramenta de proteção ao patrimônio, logo a própria participação social é protagonista dessas ações e desenvolvem em si a resistência de suas manifestações culturais, nas mais variadas formas de expressão e representação.

Para Scifoni (2008), nos campos científicos, tecnológicos e institucionais, mesmo com as promulgações legais apresentadas, era perceptível menores considerações sobre o campo do patrimônio natural, fazendo com que fossem vazios os estudos e as investigações sobre as formas de lidar entre o homem e o meio. Isso implica visualizar que o patrimônio natural, no Brasil, ainda é tratado como questão secundária, ou marginal, em suas próprias necessidades.

O entendimento do uso da natureza e dos espaços naturais como recurso ainda são presentes na cultura brasileira. A incumbência do Estado em traçar medidas protetivas traz como premissa uma possibilidade de implicar, na forma da lei, a responsabilidade pela, então, sustentabilidade dos meios, para que a interação do homem com o meio não seja sempre nefasta.

Na concepção de Diegues (1996), a consideração do que era visto como natural ou natureza, compreendia uma disparidade conceitual e dicotômica, logo, notada pela atribuição de significados que acentuavam essa compreensão, sujeitando-a à nova aparência, destacando que:

[...] uma nova perspectiva para o entendimento da natureza, possibilitando compreendê-la como parte da vida humana, uma natureza tornada social. Supera-se assim a dicotomia que contrapõe, de um lado, uma visão extremamente utilitarista, na qual a natureza é apenas um recurso para as necessidades humanas, e, de outro, uma visão ecocêntrica, que afirma ter a natureza um valor independentemente do homem (DIEGUES, 1996, p.196).

A década de 80, ao que tudo indica, trouxe o advento dessas preocupações centrais em preservação do patrimônio conforme a promulgação do arcabouço legal contido na Constituição Federal e outros desdobramentos processuais que indicaram a trajetória do percurso decorrido para a defesa dos bens.

Fonseca (1996) em seus estudos sobre a proteção do patrimônio nacional, realizado através do Iphan, mostrou que o período 1970-1990 foi marcado por mudanças significativas na concepção de patrimônio cultural, resultando na incorporação de novas categorias de bens que referenciavam diferentes etnias, exemplares da cultura popular e do mundo industrial e, também, os bens naturais.

Nesse sentido, Márcia Chuva (2012), ao retratar o andamento da história da noção do patrimônio, afirma que “patrimônio cultural – categoria-chave para a orientação das políticas públicas de preservação cultural – é historicamente constituída e tem se transformado no tempo.” (CHUVA, 2012, p.147). No Brasil, as singularidades da trajetória de formação do campo de patrimônio levaram a uma configuração dicotômica dessa categoria, dividida entre material e imaterial.

A esse respeito, Mário Telles menciona que “as categorias do patrimônio cultural são indivisíveis, não obstante possuir as dimensões materiais e imateriais que são inerentes aos bens culturais e às coisas.” (TELLES, 2010, p.122). Os bens culturais, por sua vez, podem ter essa classificação dicotômica. A dicotomia entre patrimônio cultural material e patrimônio cultural imaterial, em tese, é utilizada e só assim deve ser, como recurso didático, uma vez que não se pode conceber o dito patrimônio cultural material sem o significado que este carrega, que é imaterial, tampouco se pode verificar o patrimônio cultural imaterial sem pelo menos fazer referência, ou repercutir, a um suporte físico, que é material.

Ambas as dimensões, portanto, coexistem num mesmo bem cultural, o que remete à proposta de discorrer sobre os aspectos do patrimônio cultural, permeados no reconhecimento dos bens naturais em Formosa, como categoria de patrimônio natural, ou material, ligado às memórias e às manifestações da comunidade, na categoria de patrimônio cultural ou imaterial, indivisíveis.

Neste exemplo, observa-se o uso do patrimônio natural de Formosa como campo patrimonial material para a realização de expressividades festivas que retratam a cultura imaterial, seja em eventos religiosos ou pelas festas tradicionais que marcam seus pontos de realização,

ou idealização, a partir de uma referência natural, por exemplo, as festividades religiosas de Formosa que, normalmente, ocorrem nos espaços públicos onde estão os bens naturais.

Ainda acerca do uso do patrimônio, às margens da Lagoa Feia, por exemplo, estão concentradas as Bases Militares do Forte Santa Bárbara. No local, são treinados os militares do Exército Brasileiro. Além da proximidade à lagoa, outras atividades de treinamento militar se dão dentro de uma reserva, de proteção natural do bioma do cerrado, de propriedade federal e para o uso e ocupação militar, que corresponde ao equivalente um terço do território municipal de Formosa.

Essa menção ao patrimônio cultural fundamenta a iniciativa das preocupações concernentes ao patrimônio natural, embora ainda fossem dicotomizados os campos referentes aos entendimentos do patrimônio. Dialogando entre esses campos culturais do patrimônio, Scifoni (2008) propõe:

O patrimônio simboliza diferentes práticas sociais e memórias de diversos grupos nem sempre reconhecidos pela historiografia oficial. Do ponto de vista do patrimônio natural esse discurso evidencia outras naturezas, apropriadas socialmente e vividas intensamente: a natureza como parte da memória coletiva, das histórias de vida, a natureza como componente das práticas socioespaciais (SCIFONI, 2008, p.18).

No que confere à prática social, a mediação educativa na proposição da Educação Ambiental visa a um papel transformador e emancipatório diante do atual contexto mundial em que se evidenciam preocupações com o meio ambiente. Nessa comparação de ambos os campos do patrimônio, a percepção de pluralidade cultural se viu presente, também, na pluralidade natural das configurações das paisagens e, conseqüentemente, a tentativa de uma homogeneização para eles, mesmo que apenas na esfera legal, seria inaplicável, diante das necessidades peculiares as quais estavam inseridos e na gama de referências culturais contidas em seus espaços sociais.

Há uma considerável modulação de instituições de representação pública para tal interesse de preservação também pluralizado, atualmente, que estão designadas às competências convergentes ao patrimônio natural, consideradas como órgão de representação dos interesses voltados ao meio ambiente nacional. O combinado legal e referencial que permeia o que atualmente compete à tratativa do patrimônio natural trouxe alusões às discussões que ocorriam em outros países. E influenciou, diretamente, o Brasil a delegar sistemas, atribuições e instituições competentes no compromisso de pautar o meio ambiente, bem como sugerindo a ideia de relacioná-lo ao campo do patrimônio.

Em relação às incumbências de proteção ao meio ambiente há uma hierarquia de órgãos na esfera federal que compõem essas delegações, conforme pode ser observado no quadro abaixo:

**Quadro 1:** Órgãos Federais de Proteção ao Meio Ambiente

<b>Sigla</b>	<b>Definição da sigla</b>	<b>Descrição do órgão</b>	<b>Função</b>
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente	Responsável por proteger e melhorar a qualidade ambiental.	O SISNAMA é composto por diversos outros órgãos reguladores do meio ambiente; Conselho do Governo: assessora o presidente da república na elaboração de políticas públicas voltadas ao meio ambiente.
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente	Um dos órgãos fiscalizados do meio ambiente mais importante.	Propõe diretrizes, normas e padrões para um meio ambiente equilibrado.
MMA	Ministério do Meio Ambiente	Um dos órgãos fiscalizados do meio ambiente mais conhecido pelo grande público.	Tem como responsabilidade promover e proteger a natureza, estimular o conhecimento nas áreas de interesse, prezar pelo uso sustentável e gestão dos recursos naturais, valorizar os serviços ambientais e promover o desenvolvimento sustentável.
IBAMA	Instituto do Meio Ambiente	Instituição de excelência para o cumprimento de seus objetivos institucionais.	Realiza a fiscalização, controle e estímulo dos recursos naturais.

**Fonte:** PLANALTO, 2021.

Nesse quadro é possível identificar os órgãos nacionais que estão envolvidos nas incumbências de proteção ao meio ambiente brasileiro. Observa-se, também, a função que cada órgão tem dentro de suas competências e o que é proposto a desempenhar para cada um deles, dentro da esfera de preservação ambiental do país.

Apesar de estar como uma das representações máximas dos órgãos voltados às temáticas e tratativas ambientais, o Ministério do Meio Ambiente se compõe por uma série de entidades reunidas que também fiscalizam as questões retornadas ao meio ambiente. Esse colegiado é composto pelos seguintes órgãos listados no quadro a seguir:

**Quadro 2:** Entidades subordinadas ao Ministério do Meio Ambiente

<b>Nome</b>	<b>Função</b>
Conselho de Gestão do Patrimônio Genético	Que prevê as normas de acesso ao patrimônio genético brasileiro e conhecimentos tradicionais.
Comissão de Gestão de Florestas Públicas	Assessora, avalia e propõe diretrizes para florestas dessa natureza.

Conselho Nacional de Recursos Hídricos	Um dos órgãos fiscalizadores do meio ambiente mais importantes, pois é responsável pela efetivação da gestão de recursos hídricos no País.
Comissão Nacional de Biodiversidade	Rege a conservação e utilização de recursos naturais, bem como a repartição igualitária de sua utilização e conhecimentos associados.
Comissão Nacional do Programa Cerrado Sustentável	Acompanha as ações de manejo e recuperação sustentável do cerrado, assim como a valorização dos povos tradicionais que habitam este bioma.
Instituto Chico Mendes	Que tem como uma de suas principais atribuições criar as importantes Unidades de Conservação.
Serviço Florestal Brasileiro	Que tem como missão realizar a gestão de florestas naturais.
Agência Nacional das Águas	Que realiza a gestão dos recursos hídricos brasileiros em diversos níveis.
Fundo Nacional do Meio Ambiente	Não se trata necessariamente de um dos órgãos fiscalizadores do meio ambiente, mas prevê o financiamento para a implementação da Política Nacional do Meio Ambiente.

Fonte: PLANALTO, 2021.

Os conselhos, na maioria das vezes, possuem funções deliberativas e estão associados aos órgãos majoritários de defesa e proteção do meio ambiente. Dentro das variedades dos biomas e ecossistemas, cada uma dessas entidades vinculadas ao MMA possui suas normativas de procedimentos e competências destinados aos cuidados e à tutela do patrimônio natural brasileiro. Nessa diversidade de estruturas que mescla as instituições de proteção e preservação do meio ambiente, ainda há subdivisões e adjacências nas esferas estaduais e municipais, distribuídas em secretarias e suas designações peculiares.

Na íntima relação entre patrimônio e memória, o meio natural no qual são ressignificadas as memórias sociais elaboram uma narrativa histórica de proximidade e interdependência entre o homem e o meio. “O patrimônio natural inscreve-se, assim, na memória dos diversos grupos que compõe a sociedade e leva em conta o vínculo destes com uma natureza transformada em objeto de ação cultural, em objeto de apropriação social” (SCIFONI, 2008. p.32).

Nesse sentido, corroborando ao que Meneses (1996) enfatizou como valoração das construções histórico-sociais, ressalta-se que “[...] valor cultural não está nas coisas, mas é produzido no jogo concreto das relações sociais”. Portanto, o “[...] que chamamos de bens culturais não tem em si sua própria identidade, mas a identidade que os grupos sociais lhe impõem” (MENESES, 1996, p.93).

Embora a história relate uma relação exploratória do meio ambiente pelo homem, a intenção de promover educação ambiental objetiva sensibilizar a comunidade à preservação do

que esta considera como seu patrimônio. Não que isso venha a interferir na construção da memória coletiva desse grupo, mas almeja que seja valorizado seu patrimônio cultural inserido no patrimônio natural local e que a memória das paisagens se mantenha viva.

Portanto, o autor afirma que a paisagem traz as marcas das diferentes temporalidades dessa relação sociedade e natureza. É o resultado de uma construção que é social e histórica e que se dá sobre um suporte material que possui sua própria temporalidade: a natureza concebida como a matéria-prima para que as sociedades produzam a sua realidade imediata, acrescentando e transformando essa base primordial. Contudo, a paisagem como produto do trabalho humano não implica na eliminação dos traços da natureza, os quais se encontram sempre ali presentes, embora algumas vezes imperceptíveis.

Ribeiro (2007) afirma que a paisagem incorpora valores humanos e pode ser interpretada com base na relação íntima e afetiva que os grupos sociais estabeleceram com os lugares onde a vida humana se reproduz. Nessa perspectiva, o que confere identidade à paisagem pode não corresponder apenas a sua morfologia, mas ao significado social de fazer parte dela.

Nesse contexto, a inserção do presente estudo nas paisagens do município de Formosa-GO, refere ao valor cultural que está contido nas referências paisagísticas naturais da cidade, o que compreende, também, traços característicos culturais vinculados à vivência social da cidade.

Seguindo esses conceitos propostos pelos autores que relacionam os campos culturais sociais com os de valores naturais, neste amálgama de relações de produção e reprodução de práticas afetivas e memoráveis, o espaço de natureza existente na cidade subsidia o interesse por levantar as peculiaridades que ocorrem no âmbito do município, reconhecido pelas suas referências culturais naturais e as ações políticas e educacionais locais que cautelam esse patrimônio.

#### **1.4 Os procedimentos metodológicos no estudo do patrimônio natural em Formosa-GO**

Neste item, a demonstração de como ocorreu o desenvolvimento deste trabalho acentua a temporalização das etapas que culminaram no apanhado geral da pesquisa, bem como o processo pelo qual cada uma das fases envolveu espaços, lugares, moradores e agentes sociais para a realização deste projeto.

Considerando a modalidade profissional do mestrado, a concretização das experiências vivenciadas ao longo deste processo metodológico de estudos culmina na elaboração de um

produto visando uma aplicação prática e a devolutiva social. Assim, o aspecto científico ganha formato social, e a investigação redigida, segundo as normas planejadas, passa a solucionar as problemáticas empíricas e os estudos tornam-se os treinadores dos passos no caminho das ciências, pelo pesquisador (RUIZ, 1991). Partindo do que a referência teórica aborda, a trajetória acadêmica envolveu uma análise das obras historiográficas e autores comprometidos à pesquisa do patrimônio, da legislação, da educação e da execução de políticas públicas que permeiam o campo do patrimônio natural.

Os trabalhos de pesquisa realizados pela autora Simone Scifoni (2008, 2010, 2020) foram os eixos basilares das concepções sobre o patrimônio natural. Artigos, teses e livros reportaram as discussões atuais e históricas sobre o percurso formativo da concepção atual do que configura o patrimônio. O seu livro *A construção do patrimônio natural*, bem como dissertações acadêmicas decorrentes dessa obra embasaram, fundamentalmente, o principal aporte referencial sobre os conceitos de patrimônio presentes neste relatório.

Assim, em relação aos documentos escritos, foram analisados: a Constituição Federal do Brasil (1988) como carta magna legislativa do país que comprometeu entender quais são os mecanismos e instrumentos legais que acautelam os bens, nesse caso, os bens naturais ambientais e os desdobramentos de proteção nas especificidades do patrimônio natural de Formosa.

Do mesmo modo, recorre à análise das leis federais, estaduais e municipais que dão garantias à proteção dos bens. Além disso, a legislação municipal de Formosa-GO considera a relação estabelecida entre o patrimônio natural e a comunidade, com vistas a compreender como se dá a promoção do turismo e a manutenção dos recursos naturais. O destaque refere-se aos recursos hídricos que são a grande maioria dos patrimônios da cidade, conhecida como berço das águas. A história do município é correlacionada a esse recurso.

A Lei Orgânica do Município de Formosa– Goiás Nº 01 de 05 de abril (1990) embasada pelos pressupostos da Constituição deu clareza aos meios de proteção, às reservas remanescentes de nascentes d'água em Formosa, bem como os instrumentos de preservação do bioma do cerrado, dos parques de preservação ambiental municipais e dos demais bens patrimoniais que estão relacionados ao contexto ambiental, proposta central deste trabalho.

Ainda no *corpus* documental, temos como fonte escrita, o Memorial Ambiental para Projeto Básico de Paisagismo do Parque Municipal Mata da Bica (PMMB – Formosa-GO). Esse documento, fornecido pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, detalhou o processo de requalificação pelo qual o parque Mata da Bica passou, durante a atual gestão e deu suporte

documental para a exposição de dados importantes referentes às características e estruturas do local.

Por sua vez, o Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar Municipal Escola Deodato Gonçalves de Siqueira (2020) forneceu parâmetros para a compreensão da execução dessas diretrizes de ensino. Além disso, a análise do PPP da Unidade Escolar Municipal selecionada, permitirá a realização da ação educativa sob parâmetros curriculares referenciais das ações pedagógico-educativas que abarcam o ensino do patrimônio e a relação dele com a sociedade.

O diálogo é essencial na construção da educação, principalmente a educação patrimonial. Parte do ato de ouvir e falar sobre os anseios e perspectivas que cada um dos coparticipantes contribui, efetivamente, para a preservação e proteção dos bens, assim como se posicionam, de maneira crítica e reflexiva, nas propostas de aprendizagens ambientais. Dentro do que compete à abordagem temática de justificativa e objetividade desta pesquisa, embasada pela Educação Patrimonial, considera-se a participação efetiva, dialógica e coletiva dos envolvidos, pois não se trata de uma metodologia estimada apenas como “transmissão de conhecimento” (TOLENTINO, 2016).

O sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Formosa (2021) forneceu informações sobre a divisão estrutural do poder público e suas subdivisões em secretarias, secretários e funções desses órgãos dispensados aos interesses setoriais da gestão do patrimônio natural, bem como apresentou parte do acervo fotográfico contido nesse relatório, também referente aos bens naturais do município. Outros sítios como o Planalto.gov.br e Iphan também contribuíram para pesquisas correlacionadas à presente abordagem.

Por fim, as fontes orais de relatos obtidos por meio de entrevistas com moradores, secretários de governo municipal formaram o contexto relatado neste roteiro que propõe mapear o patrimônio natural de Formosa e a educação patrimonial para a preservação dele. Assim, na estruturação dos itens I e II deste relatório, as entrevistas com os moradores e os secretários municipais da Secretaria de Meio Ambiente e da Secretaria de Turismo forneceram informações importantes para a composição da narrativa acerca do patrimônio natural do município de Formosa – GO. Adiante, serão realizadas entrevistas com a comunidade escolar, para endossarem dados ainda mais expressivos acerca da abordagem do tema no ensino.

Considerando as restrições sociais de contato e aproximação, devido a atual situação da pandemia da covid-19, as entrevistas vêm sendo realizadas por meios de comunicação digitais como o Google Meet e outras plataformas digitais. Considerando os critérios do Comitê de Ética em Pesquisas da instituição, todas as entrevistas amparadas pelos termos de anuência que

permitam sua aquisição, bem como difusão e circulação pelos meios de divulgação das informações e imagens obtidas. As perguntas, ou questões norteadoras que conduzirão as entrevistas estão alinhadas com os objetivos da pesquisa e com a justificativa do estudo.

O envolvimento dos entrevistados, com vistas a agregar informação pública narrativa, seguiu orientações e critérios previstos pelo Comitê de Ética em Pesquisas da Universidade Estadual de Goiás, obtendo a aprovação exigida pelos termos correspondentes a essas participações, bem como o cronograma e a forma como elas foram estabelecidas<sup>9</sup>.

Assim, ao aplicar a prática da entrevista como ação metodológica, as fontes orais tornam-se importantes prerrogativas, sendo que “uma das principais vantagens da história oral deriva justamente do fascínio do vivido. A experiência histórica do entrevistado torna o passado mais concreto” (ALBERTI, 2004, p. 22). Nesse sentido, as coletas de dados dos diálogos realizados dão o caráter de concretização da história, da memória e das paisagens pesquisadas, na perspectiva do patrimônio.

Essa prática de pesquisa envolvendo comunidades, memórias e história desenvolve uma tendência metodológica que frisa aspectos que não limitam o entrevistador ou o pesquisador, a uma síntese de depoimentos sistematicamente colhidos, mas direciona a uma análise significativa da história oral, produzindo conhecimentos históricos e científicos destinados a constituir novas fontes de estudos (LOZANO, 2006).

Do mesmo modo, ressalta-se que foram estabelecidas parcerias com as instituições co-participantes na idealização e realização deste projeto, as secretarias municipais de turismo, meio ambiente e educação, a escola e a comunidade escolar municipal Deodato Gonçalves de Siqueira. Essas trazem parte do acervo documental que embasa a especificidade dos estudos, no que se refere à cidade de Formosa. Essas instituições detêm, desde que fundadas, as competências que a elas foram designadas, apontadas em seus mais diversos cúmulos de registros, tanto histórico quanto de missões que se propuseram assumir e cumprir.

Junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, os arquivos interessados demonstram as delimitações geográficas que compreendem o território do município, bem como as características que ele apresenta na sua formação biológica, geológica, geomorfológica e hídrica, assim como as competências do órgão público designado a tratar dos interesses do meio ambiente da cidade, com aspirações sociais e econômicas, também turísticas e protetivas.

---

<sup>9</sup> Esse processo metodológico foi, primeiramente, submetido à Plataforma Brasil e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Goiás, para que, conseqüentemente, as entrevistas fossem realizadas.

Segundo Crispim (2019), a geografia assume protagonismo nos debates sobre o patrimônio natural, quando se compara que:

As Diretrizes de 1982 representam o ápice de uma discussão sobre o patrimônio natural, feita com o protagonismo da geografia enquanto campo do saber acadêmico capaz de referenciar práticas de preservação, sobretudo em relação aos conceitos de paisagem e território entendidos nos domínios da ação cultural, embora sejam escassas as fontes sobre o contexto de tessitura desse documento (CRISPIN, 2016, p. 38).

O processo de coleta de dados sobre os lugares mapeados no estudo a partir da realização de entrevistas, baseia-se nas instruções presentes na obra “Educação Patrimonial: os Inventários Participativos”, publicada em 2016, os quais o cuidado e respaldo pelos interesses e direitos dos entrevistados foram mantidos, como forma de respeito à participação voluntária na elaboração dos levantamentos pertinentes às contribuições voltadas ao tema. “Um dos objetivos é fazer com que diferentes grupos e diferentes gerações se conheçam e compreendam melhor uns aos outros, promovendo o respeito pela diferença e o reconhecimento da importância da pluralidade.” (FLORÊNCIO et al, 2016, p. 09).

É interessante reavaliar, também, os processos participativos sociais na mesma proposição dessa coleta de informações, considerando-os como “... um exercício de reflexão em grupo a respeito das informações levantadas nos campos anteriores: as pessoas dão importância ao lugar? Elas se organizam para cuidar do lugar? Como? Ou o lugar está perdendo o significado que justifica a sua preservação?” (FLORÊNCIO et al, 2016, p. 38)

A última fase desta pesquisa envolve a elaboração do produto, proposto pelo programa - um livro paradidático-pedagógico com formato E-book - para dar suporte pedagógico para as práticas de ensino das disciplinas que permeiam as discussões curriculares sobre Educação Patrimonial e ações envolvendo o patrimônio natural do município de Formosa-GO.

Por fim, cabe enfatizar que esta iniciativa de mapeamento e inventário do patrimônio natural de Formosa-GO, concebidos como lugares, uma categoria intangível, não tem a pretensão de servir de instrumento de identificação e reconhecimento oficial de patrimônios. Do mesmo modo, não visa substituir as atuais ferramentas utilizadas nos processos de proteção dos órgãos de preservação do patrimônio de qualquer esfera de governo. O mapeamento de alguns lugares de Formosa, como exemplos de patrimônio naturais, não objetiva se tornar uma ferramenta de identificação e reconhecimento oficial. No entanto,

Apresenta-se, de preferência, como um exercício de cidadania e participação social, onde os seus resultados possam contribuir para o aprimoramento do

papel do Estado na preservação e valorização das referências culturais brasileiras, assim como servir de fonte de estudos e experiências no contínuo processo de aprendizado (FLORÊNCIO et al, 2016, p. 07).

Apresenta-se, de preferência, como um exercício de cidadania e participação social, quando os seus resultados possam contribuir para o aprimoramento do papel do Estado na preservação e valorização dos bens naturais. E também espera que possa servir de fonte de estudos e experiências no contínuo processo de aprendizado, para posteriores ações na defesa dos bens.

Este trabalho consiste-se na abrangência de pesquisas qualitativas e quantitativas, dispostas nas organizações dos capítulos que seguem. E conforme Thiollent (2009) propôs, procura mencionar o interesse entre pesquisadores e campos a serem estudados, delimitando o percurso de estudo e concentração na cidade de Formosa-GO, no que tange ao seu considerável e relevante patrimônio natural, como cenário de atuação e de interesse.

## **2. O MAPEAMENTO DO PATRIMÔNIO NATURAL EM FORMOSA-GO E SUAS RELAÇÕES COM A PRESERVAÇÃO, O TURISMO, A EDUCAÇÃO E AS PRÁTICAS SOCIAIS**

Nesse item, a tratativa central objetiva-se em destacar os patrimônios naturais situados no município de Formosa no estado de Goiás. Assim, são apresentadas as suas características, especificidades, localizações e suas relações com os valores referenciais da cidade, das pessoas, dos turistas e das instituições públicas que representam correlação com eles, em diferentes formas de abordagens e ligações. Da mesma forma, aborda-se de que modo esses patrimônios naturais podem servir como espaços de aprendizagens para o ensino acerca dos cuidados necessários para a proteção desses bens e a importância que eles têm, enquanto representações naturais que propiciam qualidade de vida.

Abrange também, neste item, alguns relatos obtidos por meio de entrevistas realizadas remotamente e algumas presenciais, respeitando as recomendações de distanciamento social advindas com a pandemia de Covid-19. Além disso, foram seguidos os critérios normativos do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Goiás que norteou as possibilidades para a realização deste relatório, pautado pelas sugestões nas pesquisas envolvendo seres humanos.

Nessa perspectiva, objetivando as percepções acerca das questões abordadas inerentes aos patrimônios naturais do município, foram entrevistados<sup>10</sup>, nove moradores da cidade de Formosa-GO, cinco deles pessoalmente e quatro por Whatsapp e mais trinta e seis via formulário do Google Forms. Já o secretário municipal de meio ambiente, senhor Ian Moraes Thomé, e a secretária municipal de turismo e cultura, senhora Pâmella de Castro Miranda Clemente também foram entrevistados pelo Whatsapp.

Assim, são analisadas as descrições sobre os lugares mencionados como patrimônios naturais de Formosa. Do mesmo modo, o estudo centra-se também nas narrativas comunitárias sobre as perspectivas sociais que se convergem nas vivências e proximidades com esses patrimônios, bem como os pressupostos que os relacionam com as vertentes da preservação, das tratativas educacionais e das práticas exploratórias as quais eles estão expostos.

---

<sup>10</sup> Devido ao cenário mundial da pandemia de Covid-19, a maioria das entrevistas aconteceu por meio de dispositivos de comunicação tecnológicos (Whatsapp e formulários Google Forms). Já as que aconteceram presencialmente foram realizadas respeitando às medidas de cuidado e proteção sanitários estipulados pelos órgãos reguladores como forma de contenção do contágio pelo vírus causador da pandemia.

## 2.1 O Patrimônio Natural de Formosa-GO

O município de Formosa, localizado no estado de Goiás, encontra-se na região das águas e cavernas. Na composição geomorfológica do território inventariado neste estudo e na diversidade de biomas e recursos hídricos estão os principais aspectos das descrições e caracterizações dos patrimônios naturais como lagos, lagoas, cachoeiras e cavernas. No mapa abaixo, identifica-se a representatividade turística da região onde Formosa se localiza:

**Mapa 3:** Mapa turístico do estado de Goiás



**Fonte:** Observatório do turismo estado de Goiás, 2019

No mapa, o estado de Goiás é apresentado a partir de suas dez regiões turísticas. É possível visualizar, no leste goiano, o município de Formosa, localizado na região destacada pela cor marrom e mencionado na legenda correspondente. Assim, o município encontra-se na região das águas e das cavernas do cerrado que é uma referência de forte atrativo para a atividade turística e traz grande representatividade do patrimônio natural local.

Conforme expõe Sônia Florêncio “o patrimônio cultural forma-se a partir de referências culturais que estão muito presentes na história de um grupo e que foram transmitidas entre várias gerações” (FLORÊNCIO et. al, 2016, p. 07). Quando há intenção em destacar determinados lugares de patrimônio é fundamental que seja suscitado na comunidade o desejo de que ela manifeste suas considerações acerca da identificação e do reconhecimento dos seus patrimônios.

Partindo dessa premissa, o mapeamento do patrimônio natural no município de Formosa-GO foi realizado a partir dos relatos que a comunidade formosense revela, quando são provocados a discorrer sobre suas referências culturais alicerçadas pelas paisagens naturais que deram o valor do reconhecimento das belezas naturais à Formosa: a Mata da Bica, por exemplo, é mencionada como modelo de patrimônio natural.

A moradora Maria Luiza de Oliveira Ferreira Corrêa apresentou como exemplos de patrimônio natural em Formosa, a Mata da bica e a Lagoa Feia, conforme pode se observar a seguir.

Esses dois lugares eu frequento desde criança e consigo ter contato com a natureza. Observo que a Mata da Bica passou por uma revitalização. Já a Lagoa Feia me parece que vem sendo cada vez mais habitada e, ao que parece, de forma desestruturada (Maria Luiza, entrevista concedida em 18 de setembro de 2021).

Na resposta, são indicados dois lugares considerados mais representativos do patrimônio natural de Formosa, segundo a moradora. É interessante destacar o aspecto da memória que ela tem em relação às mudanças que vêm acontecendo na formação dos biomas.

Correlacionado às considerações dos moradores, procurou-se também estabelecer um diálogo com representantes do poder público local, por exemplo, a secretária municipal de turismo, Pâmella de Castro Miranda Clemente, que, mediante entrevista, comentou acerca dos principais atrativos turísticos de Formosa-GO:

Temos cerca de vinte três atrativos, entre históricos, culturais, naturais. Então, se eu for nomear pra você os principais naturais o Parque Municipal do Itiquira é o cartão postal da cidade, que é onde está localizado o Salto do Itiquira, tem o título de maior queda d'água acessível do Brasil e é o mais conhecido. No entanto, ele é utilizado em campanhas do Ministério do Turismo, da Goiás Turismo, o Itiquira se torna, assim, o principal. Mas nós temos muitos outros: o Parque EcoBocaina, Chapada Indaiá, Adventure EcoParque, Itiquira Park que foi recentemente reaberto, Cachoeira do JK, Bisnau Ecoturismo, Dolinas dos Maracanãs – Antigo Buraco das Araras, Fazenda Lajedo, Buraco das Andorinhas, Rampas de Voo Livre, Parque Ecológico Mata da Bica, Laguinho do Vovô, Laguinho da Vovó, Lago do Abreu, Lagoa Feia, Cristo Redentor, Mosteiro Nossa Senhora da Ternura, a Catedral, então, atrativos turísticos aqui

nós temos inúmeros, então não consigo falar os principais, posso te dizer os mais visitados, mas principal são todos (Pâmella, entrevistada em 11/08/2021).

A menção às fazendas e também outros lugares como a reserva do Forte Santa Bárbara se devem à importância e extensão territorial que ocupam. São exemplos de diversidade em bioma, possuem grande influência no equilíbrio biológico da região e abrigam espécies de plantas e animais típicos do cerrado goiano e da representação da composição do patrimônio natural de Formosa.

Ainda em relação a essa discussão, o secretário de meio ambiente da cidade, Ian Moraes Thomé, indicou como patrimônio natural dentro dos limites do município de Formosa-GO, parques, nascentes urbanas remanescentes dentro da cidade, mas:

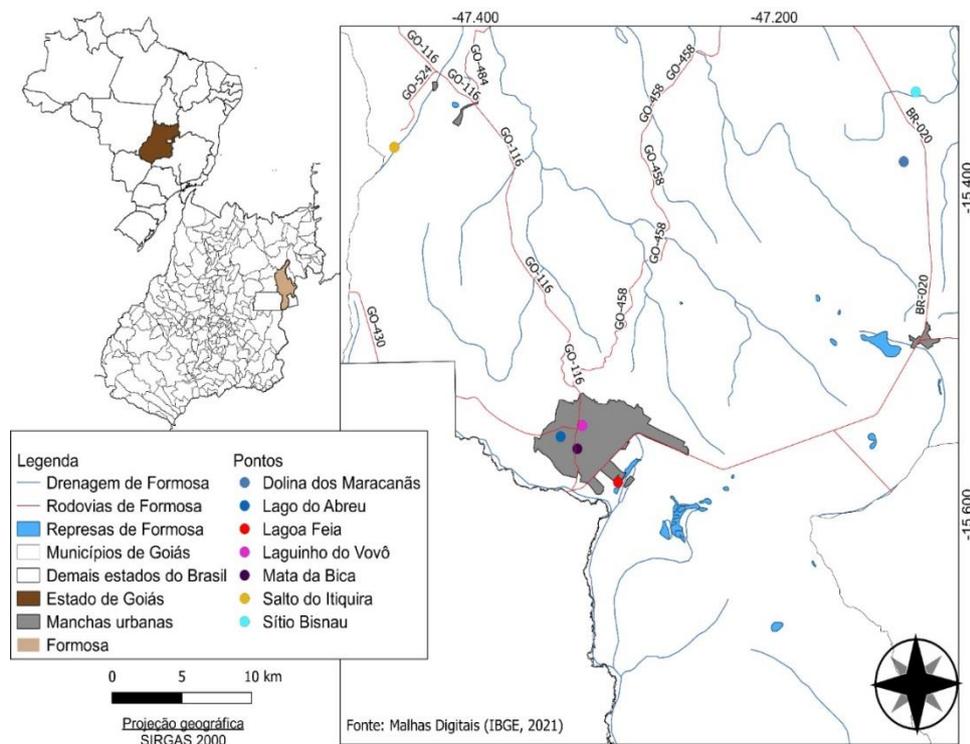
Se formos para a área rural, realmente teremos bens ambientais naturais de valor incalculável, como sítios arqueológicos, temos cachoeiras, cavernas, grutas maravilhosas, nós temos várias formações geológicas bem peculiares, entre outros, e tudo isso tem valor agregado ao bem ambiental muito relevante aqui no nosso município (Ian, entrevistado em 24/06/2021).

É notório que, quando inquietados sobre as questões referentes ao patrimônio natural de Formosa, os entrevistados expõem as relações que os recursos hídricos presentes na região dão na qualidade de principal bem patrimonial à cidade que, conforme os mapas 1 e 3, observa-se que o município se encontra na denominada região das águas e das cavernas do estado goiano. Além disso, ressaltaram sobre a grandeza que esses bens representam e os valores inestimáveis que acrescentam ao município.

O mesmo ocorre quando se indaga alguns visitantes que vêm à cidade. Eles sempre apontam o patrimônio natural abundante como forma de ligação para com a memória de Formosa. As experiências que eles vivem, unidas a esses bens, empregam neles um valor de referência cultural ao lugar que destaca, prioritariamente, a importância desses bens na composição cultural da região.

Assim, a menção aos patrimônios naturais mais conhecidos do município, indicados durante as entrevistas com moradores e gestores públicos, abre oportunidades para que sejam identificados. No mapa a seguir, são apresentados sete bens ambientais com as suas localizações dentro da área municipal de Formosa:

**Mapa 4:** Localização dos Patrimônios Naturais em Formosa-GO que foram mapeados nesse estudo



**Fonte:** Elaborado por Laís Naiara Gonçalves dos Reis, 2021.

No mapa foram representados patrimônios naturais localizados na cidade de Formosa: Lago do Abreu, Lagoa Feia, Laguinho do Vovô e Mata da Bica. Identifica-se também, fora do meio urbano, o Parque Municipal do Itiquira<sup>11</sup>, que é um grande atrativo turístico. Há também o sítio arqueológico Bisnau<sup>12</sup> com oferta de turismo arqueológico e histórico, classificado com patrimônio natural, ainda preservado em seus traços originários. Outro patrimônio natural presente no mapa é a Dolina dos Maracanãs (Buraco das Araras<sup>13</sup>).

O roteiro da pesquisa apresenta uma pluralidade de patrimônios naturais contidos no município de Formosa. Embora, todos eles tenham valores de referências culturais para a formação da cidade e para a comunidade, a partir de um levantamento feito, dentre todos os bens naturais do município supracitados, foram identificados no mapa alguns que são mais mencionados. Esses recebem destaque, seja pela sua localidade próxima ao centro da cidade, por receberem um maior número de visitantes ou ainda por oferecerem melhores condições de

<sup>11</sup> No Parque Municipal destaca-se o Salto do Itiquira. Além dessa cachoeira, há outras no município de Formosa-GO. Por exemplo: a cachoeira do Indaiá, Cachoeira do JK, cachoeira Usina Velha etc.

<sup>12</sup> No município há também o Sítio da Toca da Onça que tem em suas características geológicas semelhanças ao Sítio do Bisnau.

<sup>13</sup> Além da Dolina dos Maracanãs, há também no município de Formosa o Buraco das Andorinhas.

acesso e partindo das indicações mais incisivas pela comunidade alguns deles destacam-se e estão mais bem apresentados nesse contexto. Nessa perspectiva, ao elencar esses lugares a partir da comunidade, o intuito central da pesquisa é:

Estimular que a própria comunidade busque identificar e valorizar as suas referências culturais. Nessa perspectiva, considera a comunidade como protagonista para inventariar, descrever, classificar e definir o que lhe discerne e lhe afeta como patrimônio, numa construção dialógica do conhecimento acerca de seu patrimônio cultural (FLORÊNCIO et al, 2014, p.05).

O quadro abaixo, além de apresentar o patrimônio natural que foi elencado no critério de inclusão para análise, a partir da comunidade, indica a localização de cada um, em relação ao centro da cidade de Formosa, bem como algumas informações sobre os seus aspectos:

**Quadro 3:** Os principais Patrimônios Naturais de Formosa-Goiás

Nome	Características	Localização	Descrição
<b>Parque Municipal Mata da Bica</b>	Nascente d'água, lago e vegetação, área de lazer e desporto	Centro urbano de Formosa	Parque destinado à preservação e integração social
<b>Lagoa Feia</b>	Lago que abriga empreendimento às suas margens, como a Base Militar e comércios	5,6 km do centro da cidade	Reserva hídrica e ponto turístico
<b>Laguinho do Vovô</b>	Lago na região central, área nobre da cidade	Centro urbano de Formosa	Atrativo turístico e ponto comercial
<b>Lago do Abreu</b>	Nascente d'água e lago, num bairro afastado do centro da cidade	2,4 km do centro da cidade	Complexo residencial e ecológico, setor de chácaras e área de lazer
<b>Parque Municipal do Itiquira</b>	Queda d'água e parque ecológico turístico	35 km do centro da cidade	Ponto turístico que referencia a cidade
<b>Sítio Arqueológico do Bisnau</b>	Inscrições rupestres, trilhas e cachoeiras	47 km do centro da cidade	Área rural do município onde se encontram várias inscrições rupestres
<b>Dolina dos Maracanãs (Buraco das Araras)</b>	Formação de erosão geológica na área rural do município	52 km do centro da cidade	Espaço destinado ao ecoturismo e atividades esportivas, abriga um hotel fazenda particular

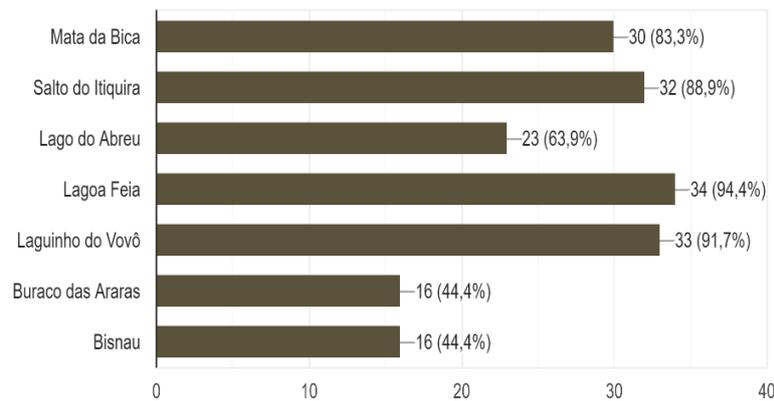
**Fonte:** Elaborado pelo autor, 2021.

Observa-se, como um fator em comum entre os lugares listados no quadro, que a maioria envolve algum tipo de reserva hídrica, seja um lago, um rio, uma cachoeira, uma nascente. Enfim, são também exemplificações do que se referencia em Formosa, enquanto cidade berço

das águas. Além das sugestões expostas na coluna *Descrição* do quadro acima, há cachoeiras presentes no Sítio do Bisnau e na Dolina dos Maracanãs.

Acerca dos sete principais bens naturais elencados nessa pesquisa, observa-se no gráfico a seguir, elaborado a partir dos dados fornecidos pelos trinta e seis entrevistados, os mais visitados.

**Gráfico 1:** Os lugares mais visitados em Formosa-GO pelos moradores



**Fonte:** Elaborado pelo autor, 2021.

Pelas respostas apresentadas, a Lagoa Feia é um dos lugares mais visitados pelos moradores da cidade. É um local que mescla um misto de possibilidades de interação, seja pela simples apreciação da abundância da água da lagoa, ou pela praça de alimentação e outras opções de lazer oferecidas na localidade, como, por exemplo, um passeio de pedalinho, nas águas.

No caso do patrimônio natural, reforçaram-se três critérios norteadores do reconhecimento do valor universal: o estético, o ecológico e o científico. O valor estético foi expresso nas paisagens notáveis e de extraordinária beleza natural ou em condição de exceção. O valor ecológico, atualmente vinculado à conservação da biodiversidade, correspondia à importância dos sítios como habitat de espécies em risco de extinção ou como detentoras de processos ecológicos e biológicos importantes. Por sua vez, o valor científico manifestava-se em áreas que continham formações ou fenômenos naturais relevantes para o conhecimento científico da história natural do planeta (SCIFONI, 2008, p.25).

Havendo, ainda, a possibilidade de expressarem características naturais, os lugares podem ser também considerados como paisagens culturais, quando estão neles marcas de modificações ocasionadas pela ação humana. Esses patrimônios naturais formosenses e as paisagens

culturais também são concebidos como lugares, na categoria de patrimônio intangível. Os significados que os lugares têm podem estar relacionados à noção de pertencimento. A esse respeito, compreende-se que:

Alguns territórios, ou parte deles, podem ter significados especiais. Esses significados costumam estar associados à forma como o território é utilizado ou valorizado por certo grupo; são as experiências dessas pessoas que dão sentido especial ao lugar. Pode ser um bosque, um rio, um sítio arqueológico, uma praça, uma construção, ou mesmo um conjunto desses elementos (uma paisagem inteira!) (FLORENCIO et al, 2016, p. 31).

Segundo o Manual de Aplicação do Iphan, “Educação Patrimonial: Inventários Participativos do Iphan”<sup>14</sup> de 2016, catalogar e descrever os lugares são preceitos para dinamizar as informações inerentes ao local. Os patrimônios naturais, elencados nesta pesquisa, são considerados lugares, categoria intangível, pois possuem relações variáveis conforme a maneira como estão relacionados às pessoas e como estão interligados à memória e à identidade de diferentes grupos sociais. Assim, cada um será apresentado seguindo as orientações presentes na obra acima mencionada, referentes à ficha de lugares, caracterizando-os em suas formas, meios de interação com o homem, descrição morfológica, entre outros.

Partindo dessa referência patrimonial natural que faceta a principal característica do município de Formosa, a proposta em tornar acessível esse patrimônio natural permeia a condição de apropriação cultural pela comunidade. Embora alguns desses lugares sejam de domínio privado, a partir desse estudo será proposta junto ao poder público local, uma acessibilidade social, considerando que esse acesso alcance aos moradores cadastrados em programas sociais municipais e vise tornar amplo e democraticamente participativo o reconhecimento e a integração patrimonial em Formosa.

Quando se trata de associação entre comunidade e patrimônio, é pertinente discutir a forma como ambos se relacionam e, nessa relação, observar se existe o fator pertencimento e apropriação. Tendo em vista que são diversos e diversificados, os patrimônios listados a seguir mesclam essas possibilidades, na medida em que se encontram sob o domínio do poder público local ou são bens de direito privado.

A comunidade formosense geralmente está mais próxima aos patrimônios naturais municipais que são também espaços públicos. Embora essa questão do bem patrimonial seja

---

<sup>14</sup> Nessa obra são indicadas as cinco categorias do patrimônio imaterial: os lugares, os saberes, os modos de fazer, as formas de expressão, as celebrações e as tradições. Além de fichas catalográficas para cada uma, há também fichas de território e projetos. O principal enfoque, nesse trabalho, é o patrimônio natural.

muito afirmativa nas referências culturais, elas nem sempre fazem parte do poder de acesso e usufruto, quando se pensa em locais privados, com devidos valores de ingresso estipulados para que sejam adentrados. Assim, oportunizar à comunidade o direito ao acesso deveria ser prioridade de ações de inclusão social, por parte da administração local seja promovendo determinadas ações que possam assegurar esse direito, seja na adoção de políticas públicas que viabilizem a questão do pertencimento. Portanto, é necessário conceder o bem cultural a quem o representa e o vive.

### **2.1.1 Parque Municipal Mata da Bica**

Um dos patrimônios naturais de destaque dentro do complexo urbano de Formosa é o Parque Municipal Mata da Bica, popularmente chamado pelos moradores de Mata da Bica. Segundo Bernardes (2005), com pouco mais de 25 hectares de extensão. O espaço foi concretizado como parque em 1990, quando a Lei Orgânica do Município foi decretada.

O local é um espaço administrado, mantido e conservado pelo poder público local, contendo área de vegetação com resquícios de Mata Atlântica. O parque situa-se na região central da cidade, entre dois dos maiores bairros: o Setor Bosque a a Formosinha. Assim, recebe um considerável fluxo de pessoas que transitam entre os bairros e acessam a região central de Formosa.

Na relação de integração e pertencimento entre os ambientes naturais e os formosenses, a Mata da Bica é um dos exemplos de lugares de patrimônio natural indicados pela moradora Francislene, entrevistada nesta pesquisa:

Eu conheço aquela mata desde que me entendo por gente, porque minha avó mora praticamente em frente àquela mata e o que eu percebi ao longo do tempo foi que antigamente ela era mais fechada, mais densa e era totalmente cercada. As pessoas não tinham nenhum contato com essa mata. Ela era totalmente cercada e os animais que habitam lá ficavam isolados de qualquer contato com as pessoas (Francislene, entrevista concedida em 21 de julho de 2021).

Essa relação social voltou olhares também preocupados, como descreve a moradora, que têm sua relação de vivência próxima a esse espaço. As discussões sobre diferentes pontos de vista formam um conceito bastante centrado na questão da preservação da integridade do ecossistema presente na Mata da Bica que recebe este nome por causa da presença de uma nascente d'água no local, como mostra a imagem a seguir.

**Figura 8:** Mata da Bica



**Fonte:** Acervo próprio do autor, 2021.

O parque é uma área de nascente d'água que abriga fauna e flora, coabitando em um espaço urbanizado centralizado. No local, há, por exemplo, macacos e diversas espécies de aves. Além disso, conta também com plantas das espécies florestais do bioma do cerrado.

**Figura 9:** Vista interna da Mata da Bica



**Fonte:** Acervo próprio do autor, 2021.

A imagem acima mostra em sua volta uma importante referência ecológica de vegetação densa, contendo espécies da flora nativa de Mata Atlântica e essa proximidade foi estabelecida, após a ressignificação<sup>15</sup> do lugar, no qual as pessoas podem estar intimamente perto das reservas.

O parque é conhecido pela referência hídrica presente e também pela composição do ecossistema diversificado, apresentando algumas espécies de plantas e animais, assim como características de qualidade de umidade do ar. Historicamente, o parque serviu como fonte de recurso hídrico aos primeiros moradores da cidade, o que fez com que se desenvolvessem numerosos domicílios às margens de suas reservas de água e vegetação.

Os dados socioeconômicos do parque podem ser sugeridos pela frequência de turistas que dão condições de comércio de bebidas e alimentos, por trabalhadores informais que usam os espaços naturais do parque para exercerem suas atividades e também pela presença de duas das secretarias municipais de gestão, a Secretaria de Meio Ambiente e a Secretaria de Turismo e Cultura, ambas situadas nas delimitações espaciais do parque.

O Parque Municipal Mata da Bica foi recentemente ressignificado para que pudesse, assim, introduzir a comunidade de forma proximal e fazer com que ela se sinta pertencente ao espaço, integrando e agregando valor ao bioma e respeitando aspectos de proteção e preservação para. A esse respeito, um dos moradores entrevistados, Riksson Victor Vieira, que reside próximo ao parque, elencou as seguintes inquietações quanto às mudanças ocorridas no lugar:

Durante esse período, eu me recordo de algumas mudanças que aconteceram na nossa reserva da Mata da Bica, algumas eu considero como positivas e outras, um tanto quanto negativas. Um aspecto positivo que vejo nas mudanças na nossa reserva é o aumento de lazer oferecido e disponível na cidade, pois apesar de Formosa ter muitos anos de existência, nós não temos muitas opções de lazer e as mudanças recentes que aconteceram na Mata da Bica aumentou um pouco essas opções de lazer, onde é possível fazer uma caminhada, interagindo com a natureza, com animais do nosso cerrado, o que já entra num aspecto negativo que é a invasão pelo ser humano neste habitat dos animais, os quais podemos presenciar macacos, cobras ali no deck criado recentemente. (Riksson, entrevista concedida em 21 de julho de 2021)

Ainda complementou mencionando que outro ponto negativo que acontece na mata é a poluição. Nota-se que o esgoto cai no rio e o lixo exposto aos animais, acaba intoxicando e matando-os, até dentro das lixeiras, desde as da rodoviária até as que se encontram no deck.

---

<sup>15</sup> Quanto ao processo de ressignificação ocorrido no parque, as maiores informações estão contidas no item 2.3 deste relatório.

Percebe-se, também, que a mata está diminuindo cada vez mais na sua quantidade de água. Havia bastante e agora ela é apenas um pequeno lago no deck.

No momento, o parque está em processo de reestruturação. Dentre as modificações, constam: a construção de um deck em volta do lago, pista de Cooper, academia a céu aberto, parque para as crianças além de um campo de areia, e uma quadra para a prática de esportes como futebol, vôlei, basquete. A execução da obra de integração social ao espaço de patrimônio natural expandiu os conhecimentos comunitários acerca da importância do Parque Municipal Mata da Bica para a cidade. Além disso, acendeu interesses participativos não apenas da presença da comunidade ao local, em participações em defesa do ecossistema como um todo, integrando o que há de valor histórico e cultural, que representa a performance configurativa do lugar.

### **2.1.2 Lagoa Feia**

A Lagoa Feia é um recurso hídrico de potencial turístico e um dos pontos mais conhecidos da cidade. Na pesquisa realizada com trinta e seis moradores da cidade, a Lagoa Feia foi mencionada como o local mais visitado pelos entrevistados (veja gráfico 1). A origem do nome está ligada ao difícil acesso à lagoa devido à mata densa e fechada ao seu redor que a tornava, na concepção dos moradores, escura e feia. Além disso, outra explicação era a existência de uma grande quantidade de aguapés<sup>16</sup> em suas margens. Em sua orla, a Lagoa Feia possui bares, restaurantes e espaços para realização de eventos.

A Lagoa Feia situa-se na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. É formada pelas águas do córrego Josefa Gomes e outros menores. O córrego Josefa Gomes recebe águas do córrego do Abreu, da Lagoa dos Santos e de lagos artificiais, como o Laguinho do Vovô. A Lagoa Feia forma o rio Preto, ao qual vai se juntar, ainda próximo à área urbana de Formosa, ao ribeirão Santa Rita, que marca o limite entre Formosa e o Distrito Federal. O rio Preto é afluente do rio Paracatu, que deságua no rio São Francisco.

---

<sup>16</sup> Quanto à nomeação do lugar como Lagoa Feia, relaciona-se à vegetação de aguapés que era predominante nas margens. As pessoas que passavam pelo local, consideravam-na feia e escura pela presença dos aguapés. Para chegar às belezas da lagoa era necessário remover essas plantas, portanto, passaram a chamá-la de Lagoa Feia.

**Figura 10:** Lagoa Feia

**Fonte:** Acervo próprio do autor, 2021.

Sendo um dos pontos turísticos mais conhecidos da cidade, ela é uma importante área de lazer para a população formosense e para os turistas, principalmente aos finais de semana. O lugar é bastante utilizado para prática de esportes aquáticos, tais como: jet ski, Stand Up Paddle, pescaria, competições de canoagem, passeios de lancha, pedalinho, entre outros. Há também uma mata ciliar pouco preservada que, por vezes, é utilizada como área de camping (BITTAR, 2016).

No entanto, apesar de ter uma legislação visando a proteção do local, o estado de preservação da Lagoa Feia carece de mais ações protetivas, pois o que se vê em suas margens são empreendimentos de vários setores econômicos. Além disso, há também grande atividade turística por moradores da cidade e visitantes que a urbanizam, agravando a degradação da área. Outro fator preocupante e potencial poluidor das águas da Lagoa Feia são as ligações clandestinas de esgoto na rede de drenagem da cidade, já que toda drenagem da cidade deságua na lagoa.

Visto que há necessidade de melhores condições de integração a esse bem, a participação das Secretarias de Meio Ambiente e Turismo e Cultura serão imprescindíveis para clarificar que trabalhos são desenvolvidos em prol da preservação do local e a eficiência desses planos de ação, apresentados em anexo.

O local é de responsabilidade da gestão pública e encontra-se sob respaldos legais. Quanto a sua preservação e manutenção, apresenta cuidados quanto a coleta de lixo e disposição de lixeiras nos locais de acesso para os visitantes.

Todo o território do município de Formosa precisa ser considerado como patrimônio coletivo, seja ele natural ou edificado, material ou imaterial, a fim de que possa oferecer qualidade de vida e exemplo de biodiversidade preservada para a população e para o compromisso em uso sadio e comum, preceito pela lei.

### 2.1.3 Laguinho do Vovô

O Laguinho do Vovô<sup>17</sup> é um lago de formação natural e artificial<sup>18</sup> situado na região urbana central da cidade de Formosa e compreende às suas margens um importante complexo empresarial e residencial. Encontra-se mesclado entre elementos naturais, vê-se pela arborização e animais (patos, peixes, pássaros etc.) no local e elementos construídos, por exemplo, o calçamento e as edificações que existem ao redor. Assim, podemos concebê-lo como uma paisagem patrimonial natural. O Laguinho do Vovô é um ponto referencial da cidade para comemorações e celebrações religiosas, contando como marco central para a realização de tais eventos.

Sendo reconhecida como “Berço das Águas”, Formosa possui várias nascentes, como a do córrego Josefa Gomes e do Laguinho do Vovô. Ambas, localizadas no centro urbano da cidade, desaguam no rio São Francisco, um dos mais importantes rios da América do Sul.

Localizado no perímetro urbano de Formosa, o Laguinho do Vovô tem grande influência, pois possui uma das nascentes que desagua na Lagoa Feia. É um lugar ideal para contemplação e descanso, há espaço para atividades físicas, academia ao ar livre, pista de caminhada sendo um percurso de 5.4km. No local é proibida a prática de pesca e de banho (INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA DE FORMOSA, 2021).

As considerações sobre um recurso hídrico presente num espaço urbano em que suas características sofreram alterações, apresenta, de acordo com Scifoni (2008) uma modificação de sua estrutura natural, mas que ainda assim, necessitam de proteção.

O mesmo pode-se dizer de uma nascente de curso d'água situada num meio urbano onde foram eliminados todos os outros traços deste tipo de feição

---

<sup>17</sup> O nome do local foi inspirado pela grande presença de famílias de moradores da cidade, casais de idosos, pais, jovens e crianças que fazem uso deste espaço para as suas atividades desportivas.

<sup>18</sup> Apesar de as nascentes d'água o alimentarem, o represamento da água foi construído artificialmente.

geológica e geomorfológica particular. Esses são exemplos de áreas que representam uma excepcionalidade, uma característica de exceção nos seus contextos, embora não tenham nada de monumental. Entretanto nesses contextos têm um significado social e, portanto, são merecedoras de medidas de proteção e do reconhecimento do seu valor (SCIFONI, 2008, p.32).

A canalização da água da nascente que forma a reserva hídrica da Mata da Bica passa pelo Laguinho do Vovô, podendo, assim, influenciar o volume hídrico presente nele. Mesmo que tenha sido um percurso arquitetado para essa água, ela ainda tem a representação particular de nascente e oferece seu significado natural e social.

**Figura 11:** Laguinho do Vovô



**Fonte:** Acervo próprio do autor, 2021.

As atividades de lazer, bem como algumas práticas desportivas da comunidade, fazem do Laguinho do Vovô um referencial da cultura formosense. Os moradores utilizam o espaço natural como paisagem que propicia um contato íntimo com a reserva hídrica e com os remanescentes de vegetação em seu entorno. Atualmente, os habitantes mais próximos da área do lago são pessoas economicamente favorecidas, conforme observa o alto padrão das moradias que existem no local. O Laguinho do Vovô apesar de ser um ponto turístico bastante visitado, é um espaço mantido pela gestão pública em bom estado de limpeza e conservação.

### 2.1.4 Lago do Abreu

O Lago do Abreu localiza-se no perímetro urbano da cidade, na divisão dos três bairros citados anteriormente e caracteriza-se por ocupação residencial circunvizinha à sua delimitação. O Lago do Abreu é sustentado por algumas nascentes, porém, no período da seca, o volume da água é reduzido, o que facilita o crescimento de gramíneas e assoreamento do local. O lugar recebe esse nome por se localizar no bairro denominado Abreu.

**Figura 12:** Lago do Abreu



**Fonte:** Acervo próprio do autor, 2021

**Figura 13:** O Lago do Abreu com vista para a praça



**Fonte:** Acervo próprio do autor, 2021.

Consequentemente, um estudo feito pelos autores Suess et. al (2013) revelou uma preocupação central com o mais predominante e principal bem natural da cidade, o recurso hídrico, que destacou que a modificação da paisagem natural da cidade, insere-se o Lago do Abreu, situado na cidade de Formosa-GO. Esse lago é sustentado por algumas nascentes, porém, no período da seca, com a diminuição do volume da água há uma mudança nos aspectos característicos, o que implica fatores degradantes, como a obstrução do fluxo natural das águas.

É também conhecido entre os moradores como Lago da Vovó, localiza-se no Setor Abreu, na divisão dos bairros Jardim das Américas e Vila Iara. O seu entorno é caracterizado pela ocupação residencial circunvizinha à sua delimitação. Portanto, fica clara a importância que o lago tem para a preservação do meio ambiente local e, nesse sentido, a percepção dos diferentes atores sociais acerca de seu meio consiste em avaliar sua atual situação de preservação (SUESS et al, 2013).

O Lago do Abreu apresenta, quando foi feita a pesquisa, aspectos de má conservação e depreciação pela ação dos moradores e visitantes. Nota-se incansáveis esforços do poder público em manter a limpeza urbana do local, porém não há a participação efetiva da comunidade, interessada em sequenciar os cuidados em parceria com a gestão, para esse patrimônio.

De acordo com a problemática evidenciada, a parceria com os órgãos municipais, na figura das secretarias coparticipantes, apresenta uma proposta de intervenção da política pública que vise medidas mitigadoras aos impactos existentes no local. No entanto, ainda depende de estudos prévios e detalhados para que possa haver intervenção nas modificações as quais o lugar necessita e que possa dar melhores condições ao Lago do Abreu, tanto no que se refere à degradação humana, como nas transformações ocorridas pela ação dos fenômenos naturais.

### **2.1.5 Parque Municipal do Itiquira**

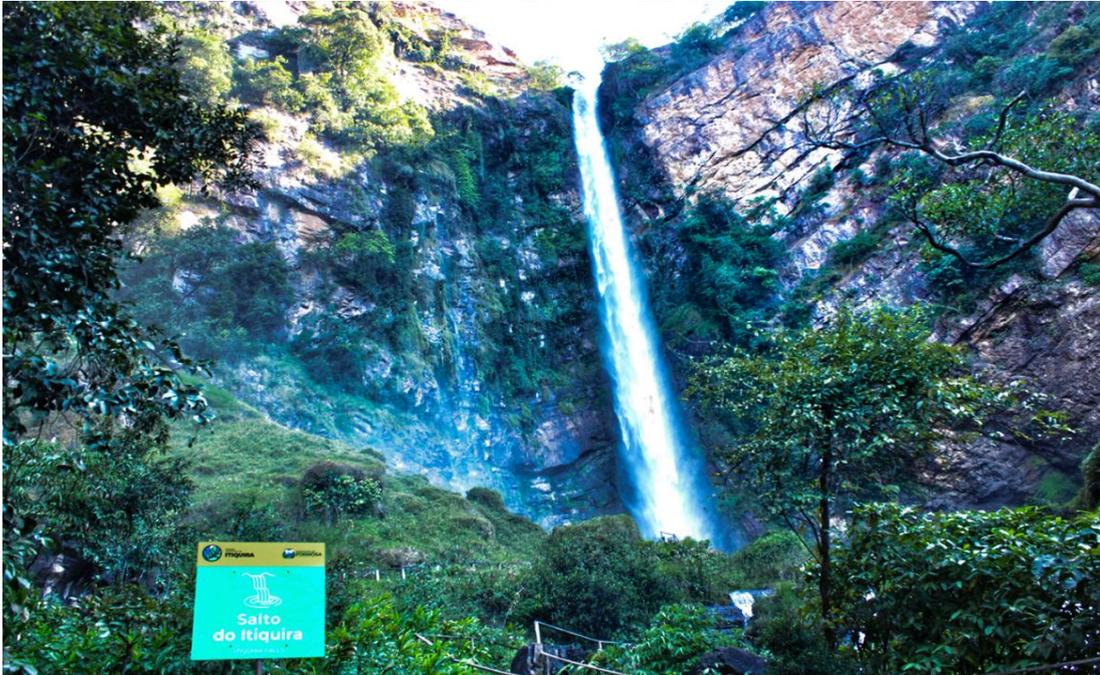
Popularmente conhecido como Salto do Itiquira<sup>19</sup>, o Parque Municipal do Itiquira abriga uma cachoeira de beleza exuberante. São cento e sessenta e oito metros de queda d'água, sendo a oitava maior do Brasil, protagonizando um dos principais cartões postais que referenciam a cidade. A área correspondente do parque é de 48,7409 (ha) hectares, em um perímetro de

---

<sup>19</sup> Valores de entrada: Inteira: R\$ 20,00; Meia entrada: R\$ 10,00; Crianças até 5 anos não pagam; Crianças de 6 a 12 anos; Pessoas com deficiências; Militares (documento oficial com foto); Professor (documento oficial com foto); Estudante (documento oficial com foto); idoso acima de 60 anos (documento com foto); Morador de Formosa: R\$ 5,00.

3.250,97 metros. O nome Itiquira<sup>20</sup> está ligado ao rio de mesma denominação. Na etimologia a palavra Itiquira procede do Tupi “ytykyra”, que significa “gotas d’água” (‘y, “água” e tykyra, “gotas”).

**Figura 14:** Salto do Itiquira



**Fonte:** Acervo próprio do autor, 2021.

O rio Paranã banha os estados de Goiás e Tocantins e suas águas desaguam no oceano Atlântico. Parte da nascente do rio Paranã também pode ser encontrada no centro urbano da cidade de Formosa-GO. Um de seus afluentes é o rio Itiquira o qual forma o Salto do Itiquira, um dos principais atrativos do município (INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA DE FORMOSA, 2021).

O parque foi criado em 16 de setembro de 1981, por meio do Decreto Nº 132-S. Desde que foi criado, o parque se manteve sob administração privada até o ano de 2012 quando passou a ser administrado pelo poder público, sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Turismo. No ano de 2014, iniciou-se a construção do Plano de Manejo do Parque Municipal do Itiquira, um importante documento que instrumentalizou informações relevantes aos subsídios necessários para a gestão sustentável do parque (LEI ORDINÁRIA DO MUNICÍPIO DE FORMOSA-GOÍÁS, 2018).

<sup>20</sup> O termo Itiquira é de origem indígena, da tribo dos bororos e significa: água vertente, água em abundância.

**Figura 15:** Vista interna do Parque Itiquira



**Fonte:** Site da Prefeitura de Formosa – GO, 2018.

No que se pode observar sobre a infraestrutura do parque, destacam-se as seguintes: passarelas com proteções laterais, paisagismo, bancos para o conforto dos visitantes, sanitários públicos, lanchonetes, dois mirantes no alto da Serra do Itiquira, um teleférico, bebedouros para os turistas, portaria com atendimento médico, estação de asa delta e iluminação elétrica.

As atividades que concentram a maior presença de pessoas dentro do Parque Municipal do Itiquira é a visitação por turistas e o comparecimento de moradores da cidade, como alunos das redes públicas (estadual e municipal), atraídos pela cachoeira ou queda d'água, interessados em conhecer e contemplar esse patrimônio natural. O parque está bem preservado, sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Formosa.

### **2.1.6 Sítio Arqueológico do Bisnau**

O Sítio Arqueológico do Bisnau, pertence ao município de Formosa, na sua área rural, compreende um espaço patrimonial onde existem inscrições rupestres que mostram a presença do homem também integrado ao meio ambiente, no decorrer do percurso histórico das civilizações. A origem do nome relaciona-se ao rio Bisnau localizado na região. Embora seja um patrimônio arqueológico, localiza-se em um lugar que tem um bioma de valor diversificado, que dá condições de compreendê-lo além das características arqueológicas.

O Bisnau Ecoturismo Rural, que também abriga o sítio arqueológico, é um complexo de belezas naturais, consideradas patrimônio por comporem os lugares atrativos tanto no campo do turismo, quanto para as referências culturais dos moradores ligadas aos ambientes naturais. Desse modo, as cachoeiras, as inscrições rupestres, as trilhas e demais configurações históricas abrigadas no local, como pode observar na imagem a seguir, fazem com que ele seja um dos lugares mais indicados pelos moradores, como exemplo de turismo local.

**Figura 16:** Mapa Bisnau Ecoturismo Rural



#### **Legendas**

**Ponto 1:** Recepção, Casa Pousa do Curral, Portal do Camping, Banheiros e Cozinha comunitária.

**Ponto 2:** Casa Pousa do Engenho

**Ponto 3:** Mirante da Muralha do Betinho

**Ponto 4:** Mirante da Rampa de Voo

**Ponto 5:** Caverna do Bisnau

**Ponto 6:** Sítio Arqueológico

**Ponto 7:** Cachoeira do Bisnau

**Ponto 8:** Gruta Formosa

**Ponto 9:** Poços Verdes

**Ponto 10:** Cabana do Gil

**Fonte:** Site do Bisnau Ecoturismo Rural, 2022

O lugar, também conhecido como lajedo do Bisnau, está localizado a aproximadamente 47 km da cidade de Formosa - GO, numa propriedade privada, a Fazenda Bisnau, dentro dos limites do município. O relevo da região apresenta terrenos planos. Existe uma comunidade às margens da rodovia BR 020, principal via de chegada ao local, que vive da venda de produtos

orgânicos produzidos na fazenda, vendidos num pequeno complexo de comércio no lugar. Há baixadas e extensos chapadões nos campos dessas fazendas e a vegetação predominante é o cerrado. Na figura abaixo observam-se os tipos de inscrições rupestres<sup>21</sup> existentes no sítio.

**Figura 17:** Sítio Arqueológico do Bisnau



**Fonte:** Site da Prefeitura Municipal de Formosa, 2018.

Na imagem acima, identificam-se no Lajedo de Bisnau, as gravuras rupestres ou petróglifos, que são representações gravadas pelo homem em pedra ou em rochas. Trata-se de um sítio com arte rupestre representada por motivos geométricos em diferentes tamanhos e formas, conforme observa-se na imagem acima. Na tradição geométrica, o homem geralmente elaborava as gravuras polidas, ou seja, utilizavam de algum tipo de ferramenta para modelar ou esculpir. “Essa tradição apresenta, na maioria dos seus motivos, figuras geométricas, círculos, linhas, pontos, e em menor número, algumas figuras humanas e de animais podem aparecer” (ALMEIDA, 2015, p. 29).

---

<sup>21</sup> Arte rupestre é uma representação artística (desenhos, pinturas, traçados, etc) feita por antigos habitantes utilizando como suporte rochas nas paredes e tetos de cavernas ou em lajeados.

**Figura 18:** Motivos geométricos do Lajedo do Bisnau



**Fonte:** ALMEIDA, 2015.

De acordo com o Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do Iphan (2015), foi diagnosticada, ainda na década de 70, nas proximidades do rio Bisnau em Formosa- Goiás, o Sítio Arqueológico do Bisnau. O Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA/IPHAN) do ano de 2015 apresenta em seus registros cerca de 35 sítios 14 entre cerâmicos, líticos e rupestres para o município de Formosa-Goiás, que em sua maioria foram pouco estudados e vem sendo subutilizados na feitura do seu papel socioeducacional e turístico (ALMEIDA, 2015).

No artigo 216 da Constituição Federativa do Brasil, ao descrever o patrimônio cultural brasileiro, concebido entre os bens de natureza material e imaterial, “incluem os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico” (BRASIL, 1988).

As discussões sobre formas de preservação e proteção para com o patrimônio natural abrem o precedente para que seja abordada a educação patrimonial, como pauta assertiva entre ações de defesa dos bens, bem como os interesses da população em manter suas referências culturais. Ações visando despertar na população, por meio da educação patrimonial no âmbito ambiental, a problematização desses efeitos de destruição e poluição causadas pelo homem e que prejudicam a geomorfologia desses lugares, torna-se imprescindível, para que sejam participativos na efetivação de medidas e ações de cuidado com o meio ambiente.

Além do sítio arqueológico, a fazenda Bisnau possui outros atrativos turísticos relacionados ao tema ecoturístico. Também é possível fazer rapel na Cachoeira do Bisnau, ao longo dos seus 110 metros de altura. Assim, a fazenda fornece esses atrativos combinados à prática de atividades rurais.

O Sítio Arqueológico do Bisnau, em Goiás, é um dos locais mais famosos e conhecidos do Planalto Central por reunir patrimônio das áreas da Paleontologia, Arqueologia e Natural. O referido sítio é de arte rupestre e o que se encontram ali são inúmeras formas desenhadas e incrustadas na pedra que fazem parte, atualmente, do patrimônio cultural brasileiro, e merecem, portanto, a devida atenção da sociedade, principalmente a formosense (MARTINS, 2016).

O sítio encontra-se sob uma política de preservação que envolve o poder público local e o proprietário da área, fazendo com que ele esteja devidamente resguardado, embora sofra alterações provocadas pela ação de vandalismo humano e depredação. Tem atrativos hídricos incomparáveis, observe na imagem a seguir.

**Figura 19:** Atrativo hídrico do Bisnau



**Fonte:** Site do Bisnau Ecoturismo Rural, 2022.

Além do Bisnau, no município de Formosa há outros vestígios remanescentes de sítios arqueológicos como o Sítio Toca da Onça, o que aumenta a oferta de turismo ligado às atividades de exploração arqueológica. Assim, esses sítios arqueológicos com gravuras rupestres, vestígios de antigos habitantes da região, se inserem na categoria de lugares, patrimônio de natureza imaterial.

### **2.1.7 Dolina dos Maracanãs (Buraco das Araras)**

A Dolina dos Maracanãs, também conhecido como Buraco das Araras, é classificada pela geologia como uma dolina, ou seja, uma depressão circular em forma de funil que ocorre na superfície de terrenos calcários.

O nome Buraco das Araras surgiu em razão do grande número de araras que habitam o local. Centenas delas, aves da espécie psitaciformes de grande porte, fazem seus ninhos dentro dessa dolina, para se reproduzirem. É uma dolina de colapso negativo, ou seja, uma depressão no solo, formada pela dissolução química de rochas calcárias abaixo da superfície, quando causadas por desmoronamento de cavernas. São chamadas também dolinas de colapso. Esse patrimônio natural formosense pode se observar na imagem a seguir:

**Figura 20:** Dolina dos Maracanãs (Buraco das Araras)



**Fonte:** Site da Câmara Municipal de Formosa, 2018.

Situada em Formosa-GO<sup>22</sup>, a Dolina dos Maracanãs é um atrativo turístico para quem gosta de atividades de aventura. A trilha até a entrada da caverna é curta e bem simples. Já na entrada da gruta o acesso é mais difícil, pois a passagem é feita através de transposição de galerias em completa escuridão e pouca visibilidade, sendo impossibilitada a entrada sem lanterna, até a chegada ao lago subterrâneo de águas cristalinas

É a segunda maior dolina de colapso do Centro-Oeste, estando atrás apenas do Buraco das Araras de Bonito, no Mato Grosso do Sul. O rapel é a principal atividade de aventura feita no local por empresas particulares<sup>23</sup>, que fornecem instruções, equipamentos e segurança na descida. Ao final da gruta é possível nadar nas águas cristalinas. O rapel, é na maior parte do tempo negativo<sup>24</sup> e tem aproximadamente 70 metros de altura (INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA DE FORMOSA, 2021).

**Figura 21:** Imagem interna da dolina



**Fonte:** Observatório do Turismo do estado de Goiás, 2019.

<sup>22</sup> No município há também o Buraco das Andorinhas, gruta com aproximadamente 146 metros de profundidade, o local é usado para rapel e trilhas.

<sup>23</sup> Com o valor de aproximadamente R\$210,00, está incluso rapel, equipamentos, entrada no local, cobertura de fotos (profissionais), seguro aventura e visita a gruta.

<sup>24</sup> O rapel negativo é quando praticado em vãos livres, onde não há contato dos pés com a parede.

É uma área particular e o custeio e a manutenção do lugar ficam a cargo da parceria entre Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria de Turismo e Cultura e o proprietário. O valor cobrado para entrar no local é revertido em preservação.

A degradação ambiental e o aprofundamento das desigualdades sociais acarretadas por ela engendram uma das maiores crises da modernidade, trazendo, conseqüentemente, a urgente preocupação das necessidades de preservação desses lugares. O foco no patrimônio natural dá um caráter participativo nos envolvidos que permite perceber a própria visão de cada sujeito acerca do que ele considera como bem natural. Ainda, ao considerar esse bem, de que forma ele se relaciona, cotidianamente, com o meio ambiente e o que ele compreende como referência cultural da cidade, partindo de um bem natural.

Em relação ao perfil dos turistas que esses lugares atraem, a secretária municipal de turismo, Pâmella, afirmou que depende muito do atrativo. Por exemplo, o Parque municipal do Itiquira por ser o mais acessível, reúne um público diversificado, incluindo pessoas com dificuldade de mobilidade, idosos, gestantes, crianças. Nessa perspectiva, compreende o Itiquira como um atrativo que abrange a todos. No município, há também atrativos que contêm trilhas mais difíceis, como o EcoBocaina, a Indaiá e o Bisnau. Esses lugares, normalmente são procurados por grupos de trilheiros, ou seja, pessoas que gostam de paisagens naturais. Então, cada atrativo tem o seu perfil, por causa de suas dificuldades de acesso (Pâmella, entrevistada em 11/08/2021). Ainda em relação aos espaços naturais como foco do turismo no município de Formosa, a secretária relata que:

Temos outros atrativos como o EcoPark que é para família inteira, é muito bacana. A cachoeira do JK tem uma parte lá nas três quedas que é muito fácil de chegar. Uma pessoa sedentária conseguiria, porque é bem tranquilo. Tem que atravessar um rio, não é recomendado para cadeirantes, mas pessoas que não tem costume com trilha conseguem fazer tranquilamente. Então, não temos um perfil x pra Formosa, porque temos atrativos bem diferenciados (Pâmella, entrevistada em 11/08/2021).

É interessante destacar que os patrimônios naturais de Formosa são tão variados quanto ao perfil de turistas, ou seja, mesmo que sejam lugares geograficamente diversificados, as formas de acesso, bem como as possibilidades de interação com eles, variam conforme suas características e têm em comum a presença de remanescentes de recursos hídricos de algum tipo.

Assim, compreende-se que esses lugares ocupam um importante papel nas práticas sociais. São locais de memória frequentemente mencionados nos relatos dos moradores formosenses. Partindo dessa premissa, neste estudo, considera-se a relação própria de suas

vivências nos espaços do patrimônio natural e a representatividade que ele tem na formação sociogeográfica da cidade.

Portanto, é imprescindível para Formosa, conforme esse mapeamento revela, que sejam pensadas estratégias de proteção ao patrimônio natural, dos recursos naturais, das paisagens culturais e das demais variações do acervo tangível e intangível, a fim de preservar a própria história da cidade, bem como o equilíbrio da vida.

## 2.2 As competências administrativas de Formosa-GO

Nesse subitem são apresentadas as descrições administrativas de algumas das secretarias municipais de governo, que foram importantes colaboradoras para o desenvolvimento dessa pesquisa, bem como trouxeram coparticipações para o levantamento de documentos e relatos que permeiam o patrimônio natural de Formosa e seus encadeamentos legais e executivos.

### 2.2.1 As secretarias ligadas aos patrimônios naturais

No estudo, propõe a análise das distribuições das funções das secretarias de gestão – Secretaria do Meio Ambiente e Secretaria de Turismo e Cultura - subordinadas à Prefeitura Municipal de Formosa-GO, em articulação com o patrimônio natural local. O quadro a seguir apresenta as seguintes informações sobre essas secretarias:

**Quadro 4:** Secretarias Municipais de Formosa - GO envolvidas com o Patrimônio Natural

Elementos	Secretaria do Meio Ambiente	Secretaria de Turismo e Cultura
<b>Função</b>	As competências correlatas ao meio ambiente do município	Tratativas de promoção e gestão do turismo e da cultura local
<b>Estrutura</b>	Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil; Coordenadoria de Análise e Licenciamento Ambiental; Departamento Técnico Geral; Manutenção do Viveiro Principal; Conselho Municipal de Meio Ambiente.	Superintendência de Turismo; Superintendência de Cultura; Conselho Municipal de Turismo; Conselho Municipal de Cultura.
<b>Secretário (a)</b>	Ian Moraes Thomé	Pâmella de Castro Miranda Clemente
<b>Gestão</b>	2021-2024	2021-2024

**Fonte:** Elaborado pelo autor, 2021.

Essas secretarias têm suas funções e competências mais detalhadamente especificadas na Lei da Estrutura Organizacional Administrativa da Prefeitura Municipal de Formosa-GO Nº

610 de 29 de dezembro de 2020. No que confere à Formosa, a sugestão de coparticipação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, trata-se de conhecer a competência político-administrativa do órgão, subordinado à Prefeitura Municipal e o valor de representação legal e social que esta secretaria tem, dentro do município.

As competências da secretaria, junto à administração estão definidas pela estrutura organizacional da gestão municipal, instituídas pela Lei nº 610/2020, no Art. 8º. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente tem a estrutura definida no Anexo I-6.1 desta Lei. Dentre as competências, destacam-se:

I - formular, coordenar, executar e fazer executar, em estreita articulação com a Secretaria Municipal de Parques e Jardins, Secretaria Municipal de Limpeza Urbana e Iluminação Pública e Secretaria Municipal de Obras, de acordo com as diretrizes do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, a política municipal do meio ambiente e a preservação, conservação e uso racional, fiscalização, controle e fomento dos recursos ambientais;

II - coordenar e executar a política dos serviços referentes à disposição final do lixo e resíduos industriais, por administração direta ou através de terceiros (LEI DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADMINISTRATIVA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA/GO, 2020).

O artigo primeiro desta lei credencia a secretaria a posicionar-se ante aos interesses inerentes ao meio ambiente e tomar as devidas providências em relação às demandas a ele relacionadas. Nesta compreensão de formulação, coordenação e execução de políticas que inferem o meio ambiente, é primordial apreender a responsabilidade dos planos de ações que primam por conservar a presença minimamente impactada dos recursos naturais inseridos no contexto urbano.

Assim, as capacidades legais que ainda conferem o caráter executivo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente desdobram-se, conseqüentemente, nos artigos 3 e 4, nas seguintes funções: promover as medidas normativas e executivas de defesa, preservação e exploração econômica dos recursos naturais não renováveis; realizar a integração com a política estadual do meio ambiente; fazer exercer o poder de polícia e a inspeção ambiental; fazer cumprir as leis federais, estaduais e municipais relativas ao meio ambiente e de posturas; estabelecer a cooperação técnica e científica com instituições nacionais de defesa e proteção do meio ambiente. Além disso, cabe a Secretaria os cuidados com o desenvolvimento de projetos que possam:

V - prover a implantação de parques e hortos, bem como a sua conservação e manutenção, desenvolver projetos e medidas tendentes ao incremento e à disponibilização de áreas verdes para uso da população e para o aumento da relação habitantes/áreas-verdes;

- VI - desenvolver projetos e ações destinadas a dotar a fisionomia urbana de embelezamento paisagístico;
- VII - analisar e decidir acerca dos projetos de licenciamento ambiental
- VIII - desenvolver pesquisas referentes à fauna e à flora, a fiscalização das reservas naturais urbanas (LEI DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADMINISTRATIVA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA/GO, 2020).

Essas incumbências estão explicitamente apresentadas nas ações e gestões que exercem o órgão, por exemplo, no levantamento feito no processo de ressignificação do Parque Mata da Bica, antecipando a intervenção que o modificaria e a manutenção necessária após essa adaptação.

Esta secretaria articula-se com a política estadual, na função inspetora de medidas integrativas de verificação de defesa e proteção do meio ambiente, adicionando o entendimento de que há uma preocupação conjunta em preservar o que geograficamente pertence à territorialidade do município, mas que incide na caracterização do espaço paisagístico do estado e, também, da região onde localiza-se Formosa.

Cabe às atribuições desta secretaria a parceria integrativa social do homem com o meio ambiente, em relação ao uso que é feito pelo homem desses espaços, bem como o aumento populacional que incide sobre as áreas de paisagens naturais, combatendo permanentemente a poluição ambiental, visual e sonora, colaborando, quando solicitada, na fiscalização do uso do solo municipal, articulando e desenvolvendo em parceria com as demais áreas da Prefeitura e da municipalidade as ações relacionadas à Defesa Civil, assessorando o Prefeito Municipal nos assuntos de sua competência e que nesta condição lhe forem cometidos e fornecer dados e informações a fim de subsidiar o processo decisório.

No que concerne à integração política e social, como uma das menções executivas das responsabilidades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Formosa-GO e demais áreas administrativas do poder público local, pode-se destacar a confluência ao que Danilo Pereira (2018b) considerou, enquanto debate em relação a essa questão. Nota-se que conforme foi se ampliando essa busca por formas integradoras de valoração do patrimônio, eles começaram a ganhar destaque. A paisagem surgiu como possibilidade dessa integração.

Quanto à Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, a estrutura está prevista na Lei nº 610/2020 do Município de Formosa-GO. No Artigo 18, Anexo I-16.1, consta as seguintes funções: realizar o planejamento operacional, formulação e execução da política de cultura no Município, bem como sua difusão em todas as suas manifestações; estimular e orientar atividades culturais do município; promover a capacitação aplicação de recursos públicos e

privados, para a instalação e a manutenção das bibliotecas, museus, teatros e outras unidades culturais; apoiar e constituir os grupos entidades voltadas a todas as formas de manutenção cultural e artística no município (LEI DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADMINISTRATIVA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA/GO, 2020).

Ainda estão dispostos, neste artigo, demais incumbências relacionadas à conservação e ampliação do patrimônio do município, bem como, projetos que sejam voltados ao interesse patrimonial, são eles:

V - realizar a conservação ampliação do patrimônio cultural, compreendendo a preservação de documentos, obras e locais de valor histórico e artístico, além de monumentos e paisagens naturais; VI - instituir e manter um sistema de informações relativo a planos, projetos e atividades desenvolvidas pela secretaria; VII - formular projetos visando captar recursos financeiros do Estado e da União, bem como organizações nacionais internacionais (LEI DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADMINISTRATIVA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA/GO Nº 610, 2020).

É pertinente ressaltar que nestas normativas municipais, nos artigos legais que estão expostos, os interesses públicos se articulam entre as secretarias do município, a fim de que sejam representados os interesses sociais ligados aos campos do patrimônio natural. Neste formato integrativo, as ações das políticas públicas locais visam efetuar o planejamento global das atividades anuais e plurianuais da área cultural do município.

Isso permite compreender que as ações e os esforços públicos buscam articular e desenvolver a infraestrutura do turismo local e assessorar a gestão pública nos assuntos de sua competência. Do mesmo modo, redigir em conjunto com departamentos competentes, convênios, acordos e contratos relacionados à área de sua competência e promover o fomento e o incentivo das potencialidades turísticas do município (FORMOSA, 2020).

Em relação ao patrimônio natural de Formosa, em 2010, por meio do Decreto Municipal nº 1977, de 20 de dezembro, a área em que se situa o Lago do Abreu e suas respectivas nascentes, foram declaradas de utilidade pública. Conseqüentemente, deveria ocorrer à desapropriação do local em até cinco anos da data de publicação do diploma normativo. Além disso, há um Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta (TAC), firmado entre o Ministério Público do Estado de Goiás, a Prefeitura Municipal de Formosa e uma empresa particular no ano de 2010. Essas decisões encontram-se em fases de decisão e sentença jurídica.

Neste documento, TAC, consta que caberia à prefeitura recuperar a área degradada, juntamente com a sua fitofisionomia, até outubro de 2013, respeitando os procedimentos legais de aprovação dos órgãos ambientais competentes. “O TAC previu ainda a implantação do

Parque Municipal Ecológico Lago do Abreu na cidade de Formosa-GO e os recursos de seu financiamento deveriam ser providos pela empresa privada, por meio de recursos de indenização” (SUESS et al, 2013, p. 246).

A educação e a percepção ambiental despontam como armas na defesa do meio natural e ajudam a reaproximar o homem da natureza, garantindo um futuro com mais qualidade de vida para todos, já que despertam maior responsabilidade e respeito dos indivíduos em relação ao ambiente em que vivem (FERNANDES & PELISSARI, 2003). A esse respeito, Tuan (1980) afirma que a relação de afetividade que os humanos estabelecem mutuamente com o meio ambiente natural é denominada topofilia<sup>25</sup>.

Compreende-se assim, a importância que o Lago do Abreu tem para a preservação do meio ambiente local. Nesse sentido, a percepção dos diferentes atores sociais acerca de seu meio consiste também em uma avaliação de sua atual situação. Do mesmo modo, determina como a competência administrativa da Secretaria Municipal de Meio Ambiente assumir papel importante e decisivo na tomada de decisões acerca da ocupação às margens do Lago do Abreu.

Este estudo se ateve em considerar as condições em que se encontrava o lago referido e a sua importância para a representação do patrimônio natural da cidade, bem como a situação a qual estava o recurso, submetido ao uso e à exploração social. O enlace com órgãos públicos municipais, como a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e a Secretaria Municipal de Educação, exemplificam essa engrenagem que permite a aplicabilidade legal das diretrizes.

Em relação ao meio ambiente, essas secretarias se complementam no que confere à proposta de Educação Ambiental e que será pormenorizada nas incumbências educativas vistas nos próximos itens percorridos que seguem neste estudo.

Simone Scifoni (2010) ressalta que a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216, define patrimônio cultural incluindo como objetos os sítios de valor paisagístico, ecológico e científico, portanto, o que se chama hoje de patrimônio natural. Nessa perspectiva, compreende-se que os lugares elencados nesse estudo se inserem no campo do patrimônio natural. Do mesmo modo que esses patrimônios representam os principais atrativos turísticos para o município de Formosa, em Goiás, precisa considerar questões problemáticas como o aumento da atividade agropecuária que também se projeta nos espaços naturais.

Portanto, o patrimônio cultural pode ser entendido como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo, cuja metodologia se aplica a:

---

<sup>25</sup> Conexão social sentimental apresentada em relação a determinados lugares.

Qualquer evidência material ou manifestação cultural, seja um objeto ou conjunto de bens, um monumento ou um sítio histórico ou arqueológico, uma paisagem natural, um parque ou uma área de proteção ambiental, um centro histórico urbano ou uma comunidade da área rural, uma manifestação popular de caráter folclórico ou ritual, um processo de produção industrial ou artesanal, tecnologias e saberes populares, e qualquer outra expressão resultante da relação entre indivíduos e seu meio ambiente (FLORÊNCIO et al, 2014, p.13).

Nesse sentido, o patrimônio natural de Formosa além de apresentar esse notável aspecto de diversidade e vultuosidade, agrega a importância em ser referência cultural do lugar, das pessoas, da vida e demais expressões tangíveis, ou intangíveis, que possam compor a complexidade das compreensões sobre os bens.

Partindo dessas premissas, considera-se fundamental que seja implementada e subsidiada as estruturas do poder público e da sociedade, engajadas e posicionadas à frente dos interesses do patrimônio. Do mesmo modo, é indispensável que exista competência técnico-administrativa nos gestores e defensores dele, assim como deve haver constantes ações em prol da sua expressividade.

### **2.2.2 A Legislação Municipal de Formosa-GO e a proteção do patrimônio natural**

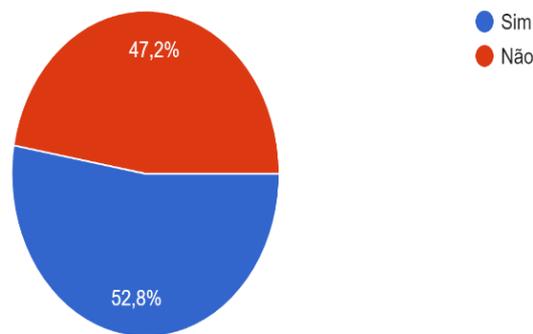
Formosa representa uma importante região patrimonial natural do estado de Goiás, sendo um campo promissor para a reflexão sobre os desafios contidos nos aspectos protecionista e preservacionista destes bens. Do mesmo modo, abarca uma importante exemplificação da relação do homem com o meio e todas as suas possíveis formas de intervenção e influências, tanto nos âmbitos de usufruto deste patrimônio, como nas provocações em mantê-lo minimamente conservado.

Assim, conforme anteriormente apresentado, os bens patrimoniais ambientais da cidade de Formosa-GO possuem aspectos multiformes, seja pelas suas características geomorfológicas, pela proximidade ou distanciamento do centro urbano, seja pela composição hídrica ou pela formação histórico-cultural. Cada um deles necessita de mecanismos de proteção peculiares.

Sob essa vertente, a análise dos instrumentos normativos compostos nas estruturas legislativas do município que estão relacionados à proteção desses patrimônios embasa as discussões propostas neste item, de modo a identificá-las e destiná-las para cada um dos bens e considerar suas aplicabilidades, bem como a efetividade de seu emprego.

Partindo de uma ponderação dos moradores da cidade, por meio de uma entrevista realizada, o gráfico abaixo aponta sobre os conhecimentos acerca das leis de preservação e proteção do meio ambiente no município.

**Gráfico 2:** Os formosenses e as leis de preservação do Meio Ambiente



**Fonte:** Elaborado pelo autor, 2021.

Percebe-se que a maioria das respostas sinalizou positivamente à questão, demonstrando que conhecem as leis que protegem o meio ambiente. No entanto, há de se ressaltar que uma parte considerável da população não tem esse conhecimento. Assim, é preciso promover incentivos formais ou informais, de exercícios educativos para o despertar social, com vistas a essas aprendizagens.

O secretário de meio ambiente do município quando perguntado sobre os principais problemas atualmente apontados pela Secretaria de Meio Ambiente, quando se avalia o estado ou estágio de conservação do patrimônio ambiental de Formosa e quais medidas mitigadoras estão sendo tomadas em prol da defesa desses bens relatou:

Quanto aos principais problemas apontados por essa Secretaria, quanto ao estágio de conservação do patrimônio ambiental, é a gente tem o passivo do seguinte, grande parte, ou quase a grande maioria dos patrimônios ambientais estão contidos em propriedades privadas. Na medida em que fatores como mudanças de lei, flexibilizações legais, no que se refere às leis ambientais propriamente ditas, tanto na escala estadual quanto federal, nós não estamos passando por uma conjuntura muito boa, não querendo adentrar na temática política, mas realmente as flexibilizações da legislação ambiental estão acontecendo. E isso é uma perda, realmente, nos remanescentes naturais, no patrimônio ambiental e, conseqüentemente, na biodiversidade, então mesmo perdendo respaldo, a Secretaria na escala municipal, quando a gente recebe denúncias, a gente faz a vistoria, prepara um relatório de fiscalização e a sanção é um auto de infração, reportado, também, ao próprio Ministério Público Ambiental para essas demandas (Ian, entrevistado em 24/06/2021).

Essa é uma importante explanação para iniciar o debate sobre a valorização dos espaços naturais que compõem a localidade. Nessa perspectiva, considera-se partir de um referencial próximo da própria vivência social das pessoas que são, ao mesmo tempo, responsáveis tanto pela modificação das paisagens, quanto pela preservação delas, ou agentes sociais interessados em identificarem-se na valorização de suas referências culturais a partir dos bens naturais.

Uma vez que a comunidade indica, por meio da pesquisa, terem os conhecimentos sobre as leis de proteção do meio ambiente, ela o coloca em situação de vulnerabilidade e acometimento de perdas e possíveis destruições, na maioria das vezes em propriedades privadas, como relata o secretário.

A esse respeito, Scifoni (2008) ressalta que essa visão se consolida num cenário de desregulamentação e exclusão do patrimônio natural, negando a conquista histórica representada pela incorporação dessa concepção às práticas patrimoniais.

Entretanto, analisando as práticas de proteção do patrimônio no Brasil em âmbito local, verifica-se que aparece uma outra forma de entendimento na qual esse patrimônio manifesta-se como algo que é conquistado por meio da luta e da organização social, configurando uma noção ligada às práticas sociais e à memória coletiva. Portanto, um patrimônio natural que antes de tudo faz parte da vida humana e não se opõe a ela (SCIFONI, 2008, p.28).

A ideia de oposição referida pela autora é, notavelmente, sustentada pela errônea noção que dicotomiza avanços, inclusive econômicos, não somente urbanos, e preservação, isso numa conjuntura cultural não apenas social, também política, embora colocada sob reflexão no país a partir das promulgações legais que deram maiores responsabilidades ao Estado e a sociedade em proteger seus bens e que vem sendo compartilhada para o despertar de uma nova abordagem sobre essa temática.

Ainda perpassam esses aspectos apontados sobre destruição e infração, a situação em que Formosa se encontra enquanto região agrícola. A expansão do monocultivo da soja, do milho e demais grãos avançam por sobre áreas de cerrado, na maioria em propriedades privadas, causando impactos e destruição.

Conseqüentemente, o solo e as reservas hídricas são fortemente afetados, seja pela prática de plantio irrigado, que faz uso e captação desregulada da água, para esse fim ou pelo desmatamento do cerrado, para o avanço e a implantação do monocultivo, que após a colheita deixa o solo desprotegido e completamente modificado.

Tais ações embora correspondam a um avanço econômico acentuado, o que traz a projeção referencial de um considerável polo produtor de grãos à cidade, diminuem consideravelmente as características nativas preservadas das regiões. E, não obstante aos impactos ao solo e às águas, a fauna também recebe esses impelidos negativos que na sua grande maioria são incalculáveis e irreversíveis.

Essa discussão sobre avanços econômicos e proteção dos bens naturais encontra respaldo no que o secretário municipal de meio ambiente sinalizou como flexibilização, uma vez que as leis que tratam da preservação ambiental estão sujeitas às emendas e às retificações, abrindo oportunidades para a dicotomização das interpretações e ações e desprezando os importantes conceitos de sustentabilidade<sup>26</sup>.

No que compete às leis municipais de proteção dos bens naturais, destacam-se as que estão dispostas no quadro abaixo:

**Quadro 5:** Leis e documentos normativos que incidem sobre o patrimônio natural de Formosa-GO

<b>Lei/Projeto</b>	<b>Ano</b>	<b>Função</b>	<b>Patrimônio natural</b>
Lei Orgânica do Município de Formosa	1990	Rege sobre as competências e atribuições municipais.	Órgãos municipais de defesa do patrimônio.
Lei Ordinária Nº 512 do Município de Formosa	2018	Institui o parcelamento e uso do solo.	Áreas naturais urbanas e rurais.
Memorial Ambiental para Projeto Básico de Paisagismo do Parque Municipal Mata a Bica (PMMB) - Formosa-GO	2018	Diagnóstico e levantamento situacional do PMMB	Mata da Bica
Autógrafo Nº 27/20	2020	Realizar benfeitorias e manutenção.	Praça do Pau Ferro

**Fonte:** Elaborado pelo autor, 2021.

A Lei Orgânica do Município de Formosa, Nº. 01 de 05 de abril de 1990, que rege sobre as competências e atribuições municipais, aborda em seu Capítulo III, dos Bens Municipais, a incumbência do poder público em cadastrar, identificar e estabelecer regulamento sobre os bens patrimoniais, sob responsabilidade da chefia ou secretaria aos quais forem atribuídos.

A inclusão dos espaços públicos onde encontram-se presentes os bens patrimoniais naturais, é subentendida a partir dos Artigos 108 ao 115, onde são exemplificados alguns dispositivos relacionados às licitações, áreas de aspectos paisagísticos naturais remanescentes e terrenos públicos, de interesse à proteção bem como vedadas algumas práticas e limitações

<sup>26</sup> Em seu sentido literal, o termo sustentabilidade consiste na capacidade de sustentação de um sistema. O vocábulo latim 'sustentare', do qual o termo deriva, tem o significado de sustentar, suportar, conservar em bom estado, manter, resistir.

para seu estágio de conservação. Sequentemente, os Capítulos IV, V e VI dão ênfase às especificidades que calham sobre as Secretarias Municipais de Educação, Política Urbana e Meio Ambiente (LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE FORMOS-GOÍÁS, 2018).

No Artigo 208 dessa lei, a seguridade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e de uso coletivo do povo, bem como o dever do poder público municipal em defendê-lo e preservá-lo para as gerações está, paralelamente, consonante ao Artigo 225 da Constituição Federal, onde se lê:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever defendê-lo e preservá-lo para as presente e futuras gerações (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988, p.131).

A encargo da competência municipal, para que seja efetivada a prática de defesa e proteção do meio ambiente, a Lei Orgânica do Município prevê a promoção de educação ambiental, no parágrafo VI do Art. 208, em todos os níveis de ensino, junto à participação social, visando despertar à valorização preservacionista do meio ambiente.

Esta Lei Orgânica, apresentada nesses fragmentos que interessam ao presente estudo, dá clareza dos direitos e deveres do poder público em manter preservado seu patrimônio natural. Do mesmo modo, considera que ele tem valor de referência cultural e histórica para a cidade, desde seu processo formativo, até ao nome que foi dado ao município.

Formosa contém dentro de seu espaço urbano a presença de bens naturais ambientais. Reforça-se assim, a necessidade dessas políticas públicas estarem atualizadas e rigorosamente cumpridas, pois ao mesmo tempo em que a integração de pessoas e espaços traz o benefício do pertencimento, o ônus pode estar na degradação e nos impactos causados por essa proximidade.

A responsabilidade social em convergir com os encargos públicos compromete, consideravelmente, a eficiência da execução das propostas legais, tanto no âmbito constitucional, quanto no âmbito da Lei Orgânica do Município, das medidas protetivas e de preservação do patrimônio, em especial o patrimônio natural.

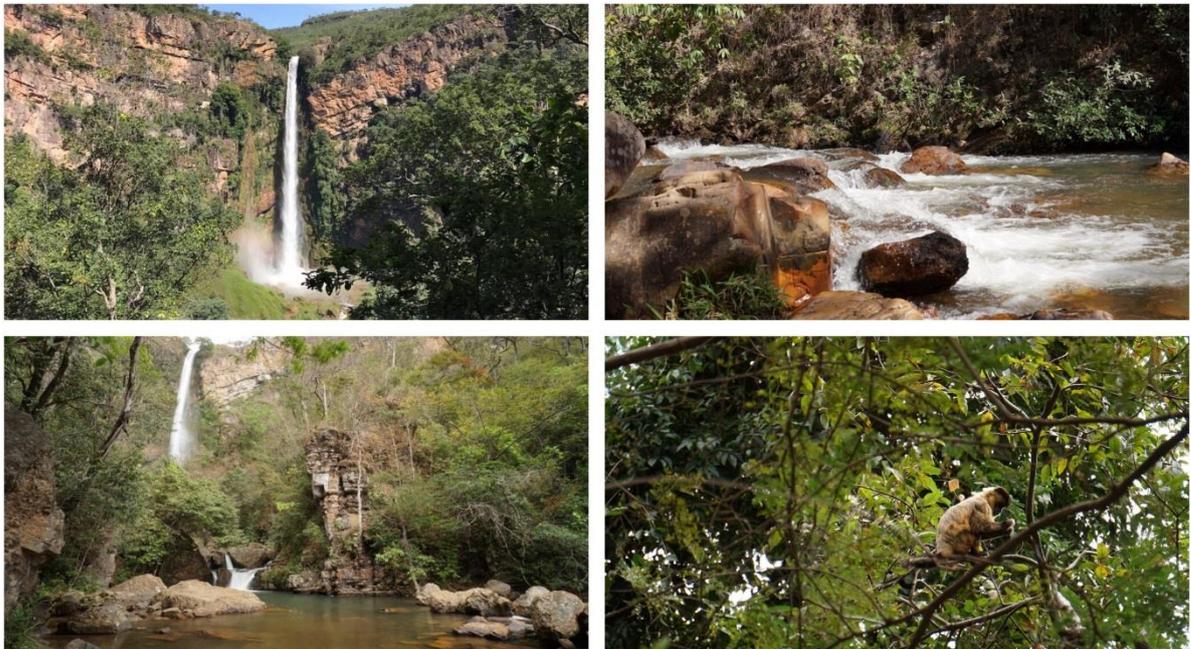
A Lei nº 512, de 20 de dezembro de 2018, institui o parcelamento e uso do solo do interior (zona núcleo) e da área do entorno (cinturão verde de proteção e zona de amortecimento) do Parque Municipal do Itiquira nos termos preconizados no parágrafo segundo do artigo 25 da Lei Federal n. 9.985 de 18 de julho de 2000.

Art. 2º Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por: unidade de conservação: conservação da natureza: diversidade biológica: recurso ambiental: preservação: proteção integral: conservação in situ: manejo: uso indireto: uso direto: uso sustentável: extrativismo: recuperação: restauração: zoneamento: plano de manejo: zona de amortecimento: corredores ecológicos (SNUC, 2000, p. 07).

Percebe-se que a setorização por categorias da biodiversidade que compreende o espaço territorial geográfico é mapeada por instrumentos de defesa que visam atribuir um certo tipo de cuidado protetivo, de acordo com as particularidades que os compõem, condicionando o convívio entre o homem e o meio ambiente.

Essa Lei do município de Formosa, Lei nº 512, nas atribuições da política pública local, voltadas ao parque e suas imputações estabelece orientações em como mantê-lo preservado. São previstas medidas e incumbências administrativas específicas para as Secretarias Municipais de Meio Ambiente e Turismo na execução legal desta referida lei. A seguir são apresentados exemplos da biodiversidade do Parque Municipal do Itiquira:

**Figura 22:** Exemplos da biodiversidade do Parque Municipal do Itiquira



**Fonte:** Site da Prefeitura de Formosa-GO, 2020.

O Art. 22. desta lei “aplica-se as disposições da legislação turística e ambiental, inclusive as contidas em Instruções Normativas e Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA” (FORMOSA, 2018). Em parceria com os Conselho Estadual de Meio

Ambiente – CEMAm, Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERHi, no que diz respeito ao entendimento, definições, conceitos e casos omissos, ficam expressas as responsabilidades referentes à proteção, recuperação e fiscalização da atividade turística encadeada aos aspectos ambientais no âmbito da região do Parque Natural Municipal Itiquira.

Sobre o conceito introdutório do Memorial Parque Municipal Mata da Bica (PMMB), são observadas as condições atuais da área de objeto deste estudo. Identificam-se a falta de proteção dos mananciais e a realidade ambiental constatada nos diagnósticos realizados. Somaram a esses levantamentos prévios de dados as solicitações feitas pela gestão municipal e pela sociedade civil durante a audiência pública para a apresentação do Projeto do PMMB realizada no auditório da Prefeitura Municipal em 07 de junho de 2018 (PMMB FORMOSA-GO, 2020).

O Artigo 5º da Lei Ordinária estabelece que:

O principal objetivo do Plano de Manejo do Parque Natural Municipal Itiquira nesta parte que trata do parcelamento e uso do solo (zoneamento e setorização) é criar e garantir a implantação dos instrumentos e mecanismos que assegurem a plena defesa do interesse coletivo nas atividades de recreação, lazer e de diversão dos seres humanos, de pesquisas científicas e de educação ambiental, de atividades ecoturísticas, de turismo sustentável, de preservação, de conservação, de fiscalização e de controle, de melhoria e recuperação das áreas da zona núcleo e da zona de amortecimento e, da qualidade da atividade turística e do Meio Ambiente na região da Microbacia do Itiquira (LEI ORDINÁRIA DO MUNICÍPIO DE FORMOSA-GOÍÁS, 2018, p.04)

No Capítulo III desta mencionada lei, a proposta converge na integração de pesquisas científicas e mediação de educação ambiental que promovam a participação social nestes espaços de conservação do parque. Essas ações podem ser entendidas como apropriação cultural dessas referências naturais, a partir dos seus aspectos e importância para a cidade e para o despertar público em conservação e preservação do patrimônio natural de Formosa.

Um dos espaços públicos mencionados neste estudo, a Mata da Bica, referencia um modelo bastante específico de política pública de integração social. Nos últimos anos foi iniciada uma obra de ressignificação ao local, que permitiu o acesso de pessoas adentrando a maiores espaços dessa reserva natural. Além do recurso hídrico presente na Mata da Bica, a vegetação de resquício de mata de transição abriga espécies da biodiversidade brasileira. Tudo isso dentro de um espaço natural no centro da cidade, que inclusive contém a presença física da estrutura e sede da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

A legislação municipal que garante preceitos de preservação ao Parque Ecológico Mata da Bica segue a normativa CONAMA Resolução Nº 369/2006, Art. 8 § 1º, que considera a área

verde do local como domínio público. Além disso, prevê o desempenho de “função ecológica, paisagística e recreativa, propiciando a melhoria da qualidade estética, funcional e ambiental da cidade, sendo dotado de vegetação e espaços livres de impermeabilização” (CONAMA, 2006: 98).

O documento principal para subsidiar esta discussão é o Memorial Ambiental para Projeto Básico de Paisagismo do Parque Municipal Mata da Bica<sup>27</sup>, Formosa-GO, de 2018. Nele, estão contidas as principais informações referentes ao parque, às perspectivas de requalificação que deram norte às ações de ressignificação e ao projeto de reconfiguração arquitetônica, desenvolvido pela atual gestão. O memorial traz a seguinte consideração introdutória:

Observando as condições atuais da área de objeto deste estudo, a falta de proteção dos mananciais e a realidade ambiental constatada nos diagnósticos realizados, somaram a estes levantamentos prévios de dados às solicitações feitas pela gestão municipal e pela sociedade civil durante a audiência pública para a apresentação do Projeto do PMMB realizada no auditório da Prefeitura Municipal em 07 de junho de 2018 (PROJETO DO PMMB – FORMOSA-GO, 2020, 03).

Ainda está descrito no mesmo memorial que a participação comunitária neste procedimento de levantamento de dados e descrição sobre o local, foi crucial para que as intervenções pudessem ocorrer, respeitando, prioritariamente, os direitos ambientais. O objetivo central deste memorial é “propor soluções simples e exequíveis para remediação e mitigação de acordo com o que foi identificado nos diagnósticos.” (PMMB FORMOSA-GO, 2020).

É preciso investir mais recursos em recuperação dessas áreas degradadas, sejam elas urbanas ou rurais, bem como tornar mais consistente a fiscalização e as devidas punições legais aos responsáveis pela destruição desse patrimônio (BITTAR, 2016). Em relação aos cuidados legais com a preservação dos patrimônios naturais hídricos formosenses, consta na Lei Orgânica do Município de Formosa que:

Art. 213 - O Município dará especial proteção às margens da Lagoa Feia e à cabeceira do Rio Preto, proibindo o lançamento, em suas águas, de dejetos sólidos ou líquidos, industriais ou não, especialmente detergentes, sabões, graxas, óleos ou quaisquer agentes poluentes não degradáveis, que provoquem, efetiva ou potencialmente, dano ao ecossistema (LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE FORMOSA-GOÍÁS, 1990, p. 30).

---

<sup>27</sup> Neste relatório, o Memorial Ambiental para Projeto Básico de Paisagismo do Parque Municipal Mata da Bica, Formosa-GO, será denominado PROJETO DO PMMB.

Antes de iniciar o projeto de requalificação do Parque Municipal Mata da Bica, uma audiência pública serviu de orientação, trazendo as inquietações sociais sobre o lugar. É um espaço administrado pelo poder público local e está localizado na área central de Formosa, fazendo limites com os bairros da Formosinha, o Centro e o Bosque, contendo área de vegetação com resquícios de Mata Atlântica e nascente d'água. Por isso, priorizar o diálogo comunitário foi crucial para as intervenções propostas.

Durante a obra de requalificação a qual o parque passou, foram observadas algumas percepções sociais, da própria comunidade formosense, sobre essas modificações. O Parque foi zoneado<sup>28</sup> em seis zonas e especificidades distintas. Cada uma delas recebeu atenção e preservação, conforme as necessidades apresentadas:

- 1 – Zona de Proteção das Margens, Nascentes e Corpos Hídricos (ZPMNCH);
- 2 – Zona de Proteção Especial (ZPE);
- 3 – Zona de Recuperação (ZR);
- 4 – Zona de Uso Controlado (ZUC);
- 5 – Zona de Uso Educacional (ZUE);
- 6 – Zona de Uso Livre Intenso (ZULI).

Esses zoneamentos são essenciais para o uso e ocupação do solo. O carácter ambiental do parque é instituído “a partir do confrontamento de dados específicos do parque, considerando suas características de declividade, tipos de solo, presença de corpos hídricos, afloramento de águas, vegetação e microclima, além do levantamento de espécies de fauna e flora existentes” (PROJETO DO PMMB – FORMOSA-GO, 2020, p. 11).

A análise documental dos arquivos contidos na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, permitiu apresentar os dados que qualificam e quantificam os principais patrimônios naturais da cidade e o trabalho que é destinado à preservação deles. O Projeto de Requalificação do Parque Municipal Mata da Bica é um exemplo das ações que estão sendo desenvolvidas ou estão em pauta para serem desenvolvidos. Nesta perspectiva, a declaração do secretário municipal do meio ambiente trouxe a seguinte menção:

Os projetos que estão sendo desenvolvidos estão bem canalizados aqui no Parque Ecológico Mata da Bica, justamente um local onde a gente quer a ressignificação daquilo que o formosense tem como parâmetro mesmo de parque urbano. Então, é realmente mudar essa visão da população que tinha da Mata da Bica como um local insalubre, um local que não se tinha muito controle das pessoas que adentravam e agora com todas essas intervenções para incluir

---

<sup>28</sup> Esse zoneamento serviu para orientar os tipos de cuidados e proteção necessários para se manter preservada a biodiversidade do local e permitir a integração social de modo responsável e acompanhado.

as pessoas de uma maneira sustentável ao parque, a nossa meta é justamente valorizar o patrimônio natural que é o Parque Ecológico Mata da Bica (Ian, entrevistado em 24/06/2021).

No relato do secretário de meio ambiente, consta que a obra trouxe mudanças positivas em relação ao que a comunidade vivência no parque. Em sua concepção, a Mata da Bica era um lugar expropriado pela comunidade. Embora localizado no centro, os moradores viam o parque como um local inadequado para o acesso e o convívio, pois imprimia certo receio quanto à insegurança em estar ali. Com a construção do deck, foi possível adentrar em alguns espaços mais fechados, ainda pouco explorados.

**Figura 23:** O bioma da Mata da Bica



**Fonte:** Acervo próprio do autor, 2021.

Na figura acima, identificam-se algumas modificações na Mata da Bica, por exemplo, a construção de passarelas de madeira, como proposta de piso flutuante sobre as águas, são uma das modificações ocorridas. Além disso, houve também a instalação de placas com recomendações de uso, manejo e cuidados com o parque.

Em relação às alterações no Parque, os moradores entrevistados apontam fatores antagônicos aos relatos do poder público que, para além das perspectivas positivas, as mudanças acarretaram aspectos também negativos, conforme observam-se nos relatos a seguir.

Um ponto negativo que eu acho que aconteceu na mata é a poluição, já que nota-se que o esgoto cai no rio, na nossa mata e também o lixo que fica ali, exposto aos animais que acabam consumindo, acaba intoxicando e matando os animais o lixo que a população joga ali, até dentro das lixeiras e os animais acabam revirando aquele lixo, consomem e acabam morrendo, devido a grande quantidade de lixo presente ali, naquele ambiente. Desde a lixeira da rodoviária, até as lixeiras colocadas no deck. Percebe-se, também, que a mata está diminuindo cada vez mais na sua quantidade de águas disponível, me recordo que existia escoamento da água por toda a extensão da mata, lembro que tinha bastante água e agora a gente percebe que ela é apenas um pequeno lago, no deck. Então percebe-se que houve sim pontos positivos e negativos, neste projeto da Mata da Bica (Riksson, entrevista concedida em 21 de julho de 2021).

A impressão é de que o acesso à mata pelas pessoas expôs, também, certas situações que poderiam não ser vistas quando o parque era fechado. O problema da poluição, do esgoto que relata o morador não é algo atual. Acredita-se que com a abertura do parque houve também, a exposição de alguns problemas que já estavam ali há mais tempo.

Para essa outra moradora, Francislene, as observações são também memórias sobre diferentes momentos vividos por ela, na relação de vivências e modificações no parque. Ela relata que:

Com o passar do tempo e com a criação de ponto turístico dentro da mata, lá ocorreram essas mudanças, como a criação de trilhas, pracinhas em torno dela, a modificação que teve lá e isso, querendo ou não, afetou a vida e o habitat natural dos animais. vemos muitas pessoas que vão lá procurando um lugar para a prática de esportes e lazer, um lugar de entretenimento para a família, mas essas pessoas afetam a vida dos animais, oferecem alimentos a eles que não são adequados, tentam interagir com esses animais e quando acontece de um animal atacar uma pessoa, a culpa acaba por recair sobre o animal, já houve casos de pessoas que fizeram trilhas dentro da mata e se depararam com cobras, ou macacos, caso de peixes que aparecem mortos devido a essa alimentação inadequada que as pessoas acabam jogando pros animais. Então, penso que tem o lado bom e tem o ruim. Bom por se tornar um lugar de lazer e ruim por prejudicar aos animais (Francislene, entrevista concedida em 21 de julho de 2021).

A abertura do parque deu à comunidade o acesso a ele, no entanto, vieram também problemas consequentes. Talvez por desinformação sobre a ação de alimentar os animais, as pessoas acabam gerando mais um problema, visto como ponto negativo no processo de requalificação do parque, para a sustentabilidade do local. Cabe aí alguma intervenção educativa que possa despertar na comunidade a noção de preservação.

Nesse aspecto, o consórcio entre patrimônio natural e preservação pode ser robustamente alicerçado pela educação patrimonial, concebida atualmente pela relevância da

dialogicidade com a comunidade sobre os anseios que ela tem em preservar e valorizar o patrimônio cultural o qual ela se identifica e se relaciona. O pertencimento em cuidados e proteção à vida do parque, de modo geral, suscita as possibilidades de aproximar as ações do poder público aos desejos sociais.

De acordo com o relato acima, outra moradora da cidade de Formosa, Mariana, mostra-se também preocupada com a qualidade do habitat dos animais que vivem no parque, fazendo um paralelo comparativo entre o período atual e o anterior, expondo que:

Acho que por antes ele (PMMB) ter sido obviamente bem mais cheio de árvores e natureza, era bom pros animais que viviam lá o habitat natural deles. Mas por agora não ficou tão bom pra eles que vão ter que conviver com as pessoas, e isso não é muito bom, porque os animais podem passar doenças pros humanos indiretamente. Não sei se isso se encaixa, aprendi na minha aula de ecologia da faculdade. Os animais entram muito em contato com os humanos, e eles além de passar doenças, eles acabam entrando em extinção porque o habitat deles mudou muito e afeta eles se reproduzirem (Mariana, entrevista concedida em 21 de julho de 2021).

Considerando essa intervenção e visando a ressignificação do local, pelas entrevistas realizadas com moradores da comunidade local, compreende-se que um ponto convergente entre as preocupações deles são as condições de vida e a continuidade da saúde das espécies encontradas ali.

Por outro lado, identifica-se a compreensão do parque como um espaço de pertencimento social. “Aquela construção foi para preservar a natureza, tipo chamar a atenção com a beleza para nós cuidarmos. Porque antigamente era só o lixo lá, ninguém ligava. Eu nem conhecia e nem sabia como era lá. Mas ninguém pensou na parte dos animais.” (Letícia, entrevista concedida em 21 de julho de 2021).

A demonstração de preocupação relatada pela comunidade elucida o pensamento preservacionista voltado ao parque, logo, ao patrimônio natural. A aproximação e abertura do espaço para que as pessoas se integrassem a ele levantou tais questionamentos que fizeram com que a própria comunidade se sensibilizasse mais com os cuidados necessários ao parque.

Portanto, é impossível a tarefa de se separar cultura e lugar, cultura e território (CAMPOS, 2015). Do mesmo modo, também é impossível a tarefa de se perceber o que é um território, ou um lugar, sem considerar o que ele representa na vivência social ao qual está inserido. Assim, quando são propostos quaisquer projetos de intervenção aos lugares, devem ser, prioritariamente, respeitados tanto os direitos ambientais, quanto os sociais.

A esse respeito, o secretário municipal de meio ambiente respondeu a uma questão relacionada à exploração dos espaços patrimoniais naturais de Formosa. Considerando os dois tipos de atividades concebidas como exploratórias do meio ambiente, a expansão agrícola e o crescimento urbano em Formosa, foi questionado acerca das atribuições da Secretaria na orientação para que essas atividades sejam minimamente impactantes ou degradantes ao meio ambiente do município. A esse respeito, foi declarado que:

Apesar das flexibilizações das leis, ainda existem algumas leis que devem ser seguidas, por todos, tanto agricultores que praticam agricultura extensiva, ou agricultura familiar com qualquer tipo de intervenção no seu próprio território e a questão do crescimento urbano. Falando em crescimento urbano, aqui nós temos o Plano Diretor aprovado em 2017 que delimita e categoriza exatamente o que pode ser feito e onde pode ser feito, e até aonde pode ser feito, isso a gente realmente monitora através da emissão, ou não, das certidões de uso e ocupação do solo, que é um documento que se exige para qualquer tipo de empreendimento aqui na zona urbana e as expansões agrícolas a gente monitora através da lei de crimes ambientais, caso haja a necessidade da lavratura de um auto de infração e, também, baseada na lei 12.651/12 do Código Florestal (Ian, entrevistado em 24/06/2021).

Na analogia do homem com o meio ambiente é relevante que se perceba quais são os impactos causados pela ação humana no meio ambiente. E, neste recorte, a proximidade desses espaços naturais representados pela presença significativa de nascentes d'água e recintos de vegetações ciliares inseridos no contexto urbano, como caracterização e referência da cidade, evidenciam a grande necessidade de se repensar nas práticas sociais e educacionais para este conjunto e para dimensões maiores.

Nesta perspectiva, mais uma evidência em comprometimentos sociais por parte da gestão pública e da comunidade aparecem no Autógrafo N° 27/20, de 19 de agosto de 2020, que dispõe sobre a instituição do programa "Adote uma Praça" no Município de Formosa. É um projeto de lei que busca, como centralidade principal:

A celebração de termos de cooperação entre o Município de Formosa e particulares interessados em realizar benfeitorias e manutenção em mobiliários urbanos e logradouros públicos, promovendo melhorias urbanas, culturais, sociais, tecnológicas, esportivas, ambientais e paisagísticas (LEI ORDINÁRIA N° 22 DO MUNICÍPIO DE FORMOSA-GO, 2020, p. 01).

Consequentemente, o disposto legal chama a atenção das autoridades e da comunidade para a promoção de ações em prol de cuidados para com os espaços públicos, por exemplo, a preservação das praças da cidade. Assim, ao apresentar projetos e a legislação municipal de Formosa, relacionados às ações de proteção das belezas naturais do município, é possível

compreender o pressuposto normativo que estabelece mecanismos de defesa do patrimônio cultural da cidade, dando destaque ao patrimônio natural, que é o objetivo prioritário desta pesquisa. O projeto encontra-se em fase de aplicação.

### **2.3 Educação Patrimonial e a preservação do patrimônio natural em Formosa-GO**

As competências educacionais vão além da perspectiva da sala de aula, visto que essa abordagem pode estar voltada para oferta de ensino não formal. Nesse sentido, faz-se pertinente entender que os ideais da educação são pautados pelos princípios de autonomia e emancipação do educando, numa decolonialidade<sup>29</sup> de saberes e aprendizagens inerentes à realidade em que vivem e que de fato seja, significativamente, relevante aos interesses do aluno.

Partindo, então, desse pressuposto, esse item dedica-se a correlacionar essas concepções, aludindo à escola, à comunidade escolar e às múltiplas aprendizagens intra e extraescolares, a fim de garantir o direito ao patrimônio, no que se refere a sua expressividade, que represente a subjetividade social e seja democraticamente dialógico e participativo.

#### **2.3.1 Os Currículos Educacionais e a oferta da Educação Ambiental com vistas ao Patrimônio Natural**

Correlacionar os assuntos educativos, seja no âmbito formal ou não formal, é promover a interdisciplinaridade temática, num viés destinado aos fundamentos e objetivos da educação, nesse aspecto, a junção entre a educação ambiental e educação patrimonial fazem parte de um currículo flexível, em movimento e contemporaneamente comprometido com os reais interesses sociais.

Assim, o objetivo da Educação Ambiental, como uma prática educativa, tem como fundamento didático metodológico todas as disciplinas da educação básica bem como todos os níveis e modalidades de ensino, de forma integrada, e está presente na grande maioria dos textos legislativos que regem a Educação Ambiental. Por exemplo, temos a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que estabeleceu como um dos princípios da Política Nacional de Meio Ambiente, no seu Art.2º X – “Educação Ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a

---

<sup>29</sup> O decolonial é a contraposição à “colonialidade”, enquanto o descolonial seria uma contraposição ao “colonialismo”, que se desprende de uma lógica de um único mundo possível e se abre para uma pluralidade de vozes e caminhos.

educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente (BRASIL, 1981)”.

Posteriormente, a Constituição Federal de 1988 reafirma o princípio da Política Nacional de Meio Ambiente, estabelecendo:

O Poder Público deve promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino, pois todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

A Educação Ambiental, então, é um componente fundamental e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, de modo formal e não-formal. E na regulamentação da Lei nº 9.795, de 1999, via Decreto nº 4.281 de 25 de junho de 2002 não restam mais dúvidas sobre a necessidade e a forma de inclusão da Educação Ambiental nos currículos escolares.

Entende-se, assim que a inclusão da Educação ambiental deve acontecer “em todos os níveis e modalidades de ensino, recomenda-se como referência os Parâmetros e as Diretrizes Curriculares Nacionais, observando-se a integração da Educação Ambiental às disciplinas de modo transversal, contínuo e permanente” (BRASIL, 2002).

A partir das Diretrizes Curriculares Nacionais (MEC. CNE, 2012) ficou estabelecido que a Educação Ambiental deveria ser estabelecida para toda a Educação Básica. No ano 1999 foi implementado o Plano Nacional de Educação Ambiental, embora somente em 2012 entraram em vigor as Diretrizes Curriculares específicas para a Educação Ambiental. Neste documento, encontram-se as determinações para a oferta de Educação Ambiental, no Art. 14, da Resolução nº 2, de 2012.

A Educação Ambiental nas instituições de ensino deve contemplar, assim, o aprofundamento do pensamento crítico-reflexivo mediante estudos científicos, socioeconômicos, políticos e históricos a partir da dimensão socioambiental, valorizando a participação, a cooperação, o senso de justiça e a responsabilidade da comunidade educacional em contraposição às relações de dominação e exploração presentes na realidade atual (MEC/CNE, 2012).

Recentemente foi enviado ao Congresso Nacional um projeto de lei, o PLS nº221, de 2015, que vai ao encontro às legislações anteriores e sua proposta assemelha-se à BNCC, que “dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências”, para incluir como objetivo fundamental da Educação Ambiental o

estímulo à ações que promovam o uso sustentável dos recursos naturais e a Educação Ambiental como disciplina específica no ensino fundamental e médio, conforme a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, fixando as diretrizes e bases da educação, para tornar a Educação Ambiental disciplina obrigatória dos currículos educacionais (BRASIL, 2015).

Corroborando com essas ações educativas afirmativas sobre os ideais da Educação Ambiental, é possível mencionar Freire (1996) sobre:

A questão da identidade cultural, de que fazem parte a dimensão individual e a de classe dos educandos cujo respeito é absolutamente fundamental na prática educativa progressista, é problema que não pode ser desprezado. Tem que ver diretamente com a assunção de nós por nós mesmos. É isto que o puro treinamento do professor não faz, perdendo-se e perdendo-o na estreita e pragmática visão do processo (FREIRE, 1996, p.24).

O autor remete à reflexão sobre a importância da educação que protagoniza os aspectos culturais da identidade dos educandos. Logo, abre o precedente para correlacionar os fundamentos da Educação Patrimonial, no que tange à concepção de ações que envolvam alunos das Escolas do Campo, frisando ainda mais a necessidade de se discutir, de modo integrado, as esferas da Educação Ambiental nesse conjunto de diretrizes e parâmetros.

Demarchi (2018) propôs pensar a Educação Patrimonial também sobre essa perspectiva freiriana, onde chamaria de invasão cultural ações educativas pautadas sobre os valores de determinado bem patrimonial, determinando que elas preservem sua integridade física. Mais do que isso, determina-se também a preservação do seu significado; trata-se de uma história única. Essa concepção educativa é despolitizada e despolitiza o patrimônio porque, não encarando a educação como um ato criador, como defendeu Paulo Freire, anula a análise crítica que se pode fazer sobre ela já define de antemão aonde quer chegar: à preservação do patrimônio cultural.

O ponto de partida para adentrar ao que se busca evidenciar, neste item, inicia na discussão sobre a importância da educação patrimonial como um dos instrumentos mais assertivos para a proteção do patrimônio. Desse modo, retomar diálogos com os autores que estão inseridos nessa seara oportuniza a compreensão acerca da concepção de educação patrimonial e os envolve ao campo de estudo em questão, que é o patrimônio natural de Formosa-GO.

Nessa perspectiva, considera que “as estratégias de Educação Patrimonial não podem ser entendidas como coisa em si mesma, separadas de uma discussão anterior e necessária: a das práticas educativas e de uma concepção de Educação” (SCIFONI, 2012, p.32). Assim, cabe estabelecer um elo entre todas as possibilidades de abordagens educativas, formais ou não

formais, a fim de que sejam construtivistas nos ideais de formação da cidadania e do desenvolvimento de práticas protetivas ao patrimônio.

Atualmente, a concepção de educação patrimonial promulgada pelo Iphan é cunhada pelo conceito de mediação, proposto pela Coordenação de Educação Patrimonial (CEDUC). Assim, a Educação Patrimonial:

Constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera ainda que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural. (FLORÊNCIO et al, 2014, p.19).

Esses processos sendo formais ou informais devem sempre primar pela construção dialógica e coletiva dos envolvidos, numa ampla e democrática tecitura de conhecimentos e reconhecimentos acerca de suas referências patrimoniais.

A esse respeito, Átila Tolentino (2016) defende uma prática de educação patrimonial que seja efetiva e dialógica, numa compreensão reflexiva que leve à criticidade e que contribua para a construção democrática do conhecimento, engajando a transformação da realidade. Além disso, espera-se que essas ações educativas impliquem imaginar o patrimônio cultural como um elemento social inserido nos mais diversos espaços de vida dos sujeitos e que, nas práticas educativas formais e informais, seja levada em conta a sua dimensão social, política e simbólica (TOLENTINO, 2016).

A educação patrimonial permite vislumbrar os campos sociais nos quais há práticas educativas. Assim, quando pensadas no âmbito da educação, a amplitude em correlacioná-la à esfera formal e não formal do ensino concede à educação patrimonial a proporção de temática transversal e interdisciplinar. A esse respeito, Sônia Florêncio trouxe o entendimento de que a:

Educação Patrimonial como um processo transversal, componente essencial presente em todos os momentos da preservação e valorização do patrimônio cultural, [que] é crucial para ultrapassar o entendimento de que ela seria uma atividade final, quase sempre concebida como estratégia pós-patrimonialização para a resolução de conflitos locais (FLORÊNCIO et al, 2014, p. 27).

Essas discussões sobre a educação patrimonial abrem as possibilidades de entendê-la como processo social, agregando valor ao que é considerado como referência cultural para as

comunidades, que devem ser consideradas como foco das ações de preservação e defesa, uma vez que são reflexos das vivências, tradições e costumes da história e da memória dos lugares.

Corroborando ao entendimento sobre essas ligações entre lugares e referências, a educação patrimonial permite notar que as práticas e manifestações patrimoniais são plurais e diversificadas. Trata-se de compreender o ser humano a partir de sua unidade na diversidade e sua diversidade na unidade. Concebendo a unidade do múltiplo e a multiplicidade do uno (MORIN, 2000).

A pluralidade proposta para essas discussões, mesclando educação patrimonial e meios de proteção trazem a percepção de que é fundamental conhecer as especificidades do patrimônio para que se institua mecanismos para a sua preservação. Assim, a legislação precisa partir dos mesmos pressupostos dialógico-sociais, quando buscam medidas eficientes de aplicabilidade e garantias. Um patrimônio natural agrega o sentido ao significado das vivências individuais ou coletivas, sobre as perspectivas das relações de sentimento e pertencimento.

Os patrimônios naturais estão suscetíveis às transformações naturais ou causadas pela ação humana. Em relação à preservação do patrimônio, o Iphan pode intervir diretamente na análise e avaliação dos riscos ou impactos decorrentes de empreendimentos, sob a ótica dos bens culturais, quando há projetos que avançam sobre áreas naturais, consideradas patrimônio. E para efetivar a defesa dos bens ambientais existem outros órgãos<sup>30</sup> cujas finalidades são referentes às suas áreas de atuação.

Portanto, o combinado entre ações de educação patrimonial, no ensejo de reconhecer o patrimônio a partir da comunidade e a promulgação de leis de proteção dele, oportunizadas pelos mesmos interesses sociais, formam as relações efetivas mencionadas por Sônia Florêncio (2015), em que expõe:

A Educação Patrimonial tem, desse modo, um papel decisivo no processo de valorização e preservação do patrimônio cultural, colocando-se para muito além da divulgação do patrimônio. Não bastam a “promoção” e “difusão” de conhecimentos acumulados no campo técnico da preservação do patrimônio cultural. Trata-se, essencialmente, da possibilidade de construções de relações efetivas com as comunidades, verdadeiras detentoras do patrimônio cultural (FLORENCIO et al, 2015, p. 23).

---

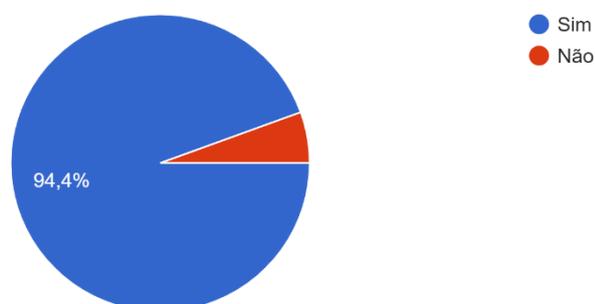
<sup>30</sup> Listados nos quadros 1 e 2, Órgão Federais de Proteção ao Meio Ambiente e Entidades subordinadas ao Ministério do Meio Ambiente.

Tanto a escola quanto o professor, nesse sentido, têm o papel de reforçar o compromisso basilar da Educação Patrimonial, assim como garantir meios para que sejam cada vez mais difundidas as aprendizagens sobre os meios naturais ambientais. O professor enquanto mediador deve provocar a capacidade crítica e reflexiva dos alunos, na perspectiva de tornar significativa a abordagem sobre esses temas. Scifoni (2017) enfatiza que cabe aos educadores superar a discussão do passado, situando o patrimônio no século XXI, dentro da realidade complexa de interesses e ações público-privadas.

Desse modo, não apenas as localidades que apresentem vultoso aspecto de referências culturais, por meio das paisagens naturais, como o caso de Formosa, podem servir como parâmetros educativos, mas em todos os lugares onde sejam propostas essas ações preservacionistas desses bens naturais.

O gráfico a seguir foi formulado a partir da pesquisa realizada com moradores de Formosa, considerando que pode haver no patrimônio natural e na educação patrimonial recursos para mediação educacional. Os entrevistados sinalizaram em 94,4% das respostas que é possível a utilização do patrimônio natural em abordagens educativas.

**Gráfico 3:** O uso dos espaços ambientais como recursos educacionais



**Fonte:** Elaborado pelo autor, 2021.

Essa necessidade relacional insurgida da comunidade demonstra o interesse em manter em voga os assuntos pertinentes ao patrimônio natural de Formosa, nas propostas de ensino em sala de aula. Assim, o professor pode cumprir um protagonismo de mediador e protetor dos bens, concomitantemente.

No que tange à proposta de ação educativa, o secretário municipal de meio ambiente ressalta esse elo entre saberes e práticas de proteção dos bens naturais da cidade, numa metodologia construtivista com vistas à aprendizagem participativa, envolvendo alunos e a

comunidade. Em resposta à pergunta que questiona formas de oferta desse tipo de educação ambiental, promovidas pela Secretaria de Meio Ambiente, o secretário contribuiu dizendo:

Quanto à questão da educação ambiental, a Secretaria já vinha promovendo educação ambiental diretamente nas escolas e recebendo, também, as escolas no parque da Mata da Bica. Então, a gente tinha algumas oficinas, como a “Oficina de Bonsai” que era muito interessante e fez muito sucesso, justamente porque na medida em que a gente consiga entender a dinâmica ecossistêmica do solo, a sinergia com a espécie a ser formatada como uma árvore em miniatura, a medida em que você entende essas dinâmicas numa escala muito pequena é a mesma dinâmica em escala muito grande, ou até em escala regional, se você pensar numa perspectiva agrícola, numa perspectiva ecológica, então, nós ensinamos as crianças a fazer um vaso, colocar a drenagem e a importância dessa drenagem, a importância do composto do substrato, as propriedades hidrosópicas do solo, a fertilidade e, também, a questão da manutenção da planta por si só, então, a medida em que você entende essa dinâmica em escala mini, você também pode entender e abrir sua cabeça para uma perspectiva macro (Ian, entrevistado em 24 de junho de 2021).

A presença participativa dos órgãos de gestão de políticas públicas impulsiona as ações que protagonizam a importância da educação ambiental, de modo a serem destinados subsídios e, também, recursos para a oferta e a implementação dessas práticas.

A intencionalidade inserida na realização dessa ação pela secretaria aproxima-se da proposta referida pelos autores Silva e Tolentino (2015), quando destacaram a necessidade em sensibilizar as aprendizagens com vistas à realidade em que os alunos estão. Vê-se que quando são práticas as ações de ensino, a concepção de pertencimento tonifica a compreensão de que:

O objetivo é sensibilizá-los a partir de sua realidade local, discutindo-se temas como cultura, identidade, memória, patrimônio cultural, preservação e, sobretudo, a importância de tudo isso para a história, a realidade e a identidade dos alunos [...] buscando sempre relacionar o debate com a realidade do aluno, de modo a aproximar o ideal de pertencimento próprio de cada um para com os patrimônios locais (SILVA; TOLENTINO, 2015, p. 61-62).

A partir da percepção no aspecto ambiental que compõe Formosa, no viés da realidade local, é possível progredir esforços e ações mais abrangentes, que promovam a reflexão sobre identidade nos alunos, capazes de ganhar âmbitos maiores e correlacionar ligações de pertencimentos mais amplas.

Ações educativas em espaços que representam o patrimônio natural de Formosa, por exemplo, o Parque Municipal Mata da Bica, proporciona aprendizagens que são mediações de Educação Patrimonial. A requalificação pela qual o parque passou nos últimos anos estimulou uma possibilidade de mediação didático-pedagógica, na construção de conceitos que norteiam

a formação educacional da comunidade, corroborando aos ensejos presentes no Artigo 225 da Constituição Federal Brasileira, que se referem ao meio ambiente.

Esta proposta visa agregar valor histórico, ambiental e social, respeitando o bioma ali presente e integrar, também para preservar, as pessoas ao espaço, fazendo com que ele se torne um ambiente educativo. A partir do momento em que a participação social efetiva e proximal torna-se maciça no espaço ambiental, a necessidade em mantê-lo conservado passa a ser vivenciada, acrescentando valores ao ecossistema e às pessoas e ao patrimônio natural, na oportunizando usufruto desse espaço, como referência.

Após essas alterações, o parque estimulou a presença dos próprios moradores no local, bem como a visitação de estudantes e pesquisadores, que vêm à cidade, atraídos pelos demais patrimônios culturais e pelas atividades turísticas. No processo de mapeamento realizado previamente às adequações de ressignificação, o parque foi setorizado em zonas, elas serviram para nortear as intervenções de uso, ocupação e proteção do local.

Dentre essas zonas, ficou designada para fins educacionais a Z.U.E.<sup>31</sup>, que oferece possibilidades de integração social às práticas de ensino e aprendizagem, num determinado espaço do parque, propício ao que fora sugerido. Os alunos podem iniciar a ação prática de coleta de lixo no parque e nas proximidades, como forma de participação efetiva de cuidados para com o lugar, e descartá-lo adequadamente. Além disso, podem utilizar o espaço para compreender a importância do bioma preservado, as espécies de animais e plantas que compõem suas próprias paisagens culturais.

Os objetivos primordiais dessa iniciativa são: compreender a dimensão dos problemas ambientais e seus impactos sociais ; incentivar a prática da sustentabilidade na relação social e ambiental, no município de Formosa – GO; mobilizar, com vistas à educação patrimonial, os alunos na defesa do meio ambiente e nas participações sociais de promoção de políticas públicas ambientais; representar a defesa da preservação do patrimônio natural da cidade para o exercício da reflexão crítica e do uso dos recursos e gestão política sobre o meio ambiente.

A proposta da educação patrimonial como premissa para a preservação ambiental é geradora de conceitos, atitudes, conteúdos, ações e medidas que podem trazer o equilíbrio sustentável da relação do homem com o meio ambiente. Os novos instrumentos institucionais criados pelo Iphan deslocam a matriz das ações educativas daquilo que era legalmente protegido pelo tombamento ou registro, um tipo de patrimônio já eleito, para as referências culturais, para

---

<sup>31</sup> Zona de Uso Educacional, mapeada e nomeada a partir do levantamento prévio às mudanças ocorridas na reestruturação do Parque Municipal Mata da Bica, que serviu para proporcionar uma área educativa, com a finalidade de agregar significado ao parque e direcionar ações intencionais.

aquilo que, mesmo não sendo institucionalizado, tem sentido e significado para os diferentes grupos sociais e que fazem parte das suas realidades e proximidades (SCIFONI, 2017).

Portanto, a participação da gestão, junto à ação pedagógica da escola e do professor e a conjuntura curricular de práticas de estudos para a preservação dos bens ambientais em Formosa recebe como culminância desta pesquisa um produto, livro paradidático-pedagógico. No material didático, a partir de experiências de aprendizagens com os bens ambientais, propõe-se o ensino de educação patrimonial com vistas aos patrimônios naturais. O produto será acessível, não somente às escolas, mas à comunidade, de maneira tecnológica e proximal, disponibilizado em ferramenta digital, a fim de que seja uma referência curricular para a práxis pedagógica de educação.

Assim, um recurso paradidático pode ser utilizado nas propostas formais e não formais de ensino, permitindo que ganhe amplitude as ações de educação patrimonial. O material serve de orientação para todo o trabalho docente e flexibiliza os planejamento e execução em diversas atuações de ensino. A inovação docente requer “para a Educação Patrimonial uma nova pedagogia, que não se atrele aos manuais, guias ou cartilhas que buscam orientar um modo de fazer, mas que tenha como princípio uma visão crítica do passado e da memória oficial” (SCIFONI, 2015a, p. 202).

Essa idealização visa elucidar, por meio do mapeamento realizado, os mais variados patrimônios naturais que o município abriga e como unir ações entre a comunidade, as escolas e as políticas públicas em prol da preservação e da garantia de que eles estejam socialmente bem integrados à vida humana e que possam servir de propostas educacionais, como premissa ao equilíbrio sustentável entre o meio ambiente e o homem.

No caso do patrimônio natural em Formosa as semelhanças que os aproximam aos interesses da educação ambiental são pautadas no desejo de criar mecanismos que possam garantir a preservação deles e assim torná-los bens apropriados socialmente, no intuito de se manterem salvaguardados. As ações pedagógicas da educação municipal estão alinhadas em construir um paralelo entre a oportunidade da conservação dos espaços naturais, por meio da oferta de Educação Ambiental, incluída no currículo municipal, por meio de projetos. Podendo, assim, afirmar que também promovem Educação Patrimonial, uma vez que a comunidade formosense tem no Patrimônio Natural seus valores de referências culturais.

No âmbito escolar<sup>32</sup>, em outubro e novembro de 2021, foram realizadas oficina educativa com alunos do quarto ano do ensino fundamental, primeira fase, e entrevista a professora regente desta turma e a gestora da Escola Municipal Deodato Gonçalves de Siqueira. Houve uma atividade envolvendo a turma participante, onde a ação prática exemplificará as aprendizagens correlacionas à proteção e preservação dos bens em foco. Por haver proximidade maior entre espaço natural e espaço escolar, a unidade escolhida confere a oferta de ensino para a modalidade de alunos do campo, alternativa que corrobora com a vivência de experiências tanto nos meios urbanos, como rurais.

### 2.3.2 Análise da proposta educativa da Escola do Campo

Na proposta de análise educativa a partir do projeto de ação realizado, a Escola Municipal Deodato Gonçalves, escola do campo, teve como intencionalidade na escolha devido à íntima relação e ligação aos assuntos referentes ao meio ambiente, à ecologia, à biodiversidade e à sustentabilidade, que são pautas próximas à realidade vivida pelos alunos que fazem parte dela.

**Figura 24:** A Escola Municipal Deodato Gonçalves de Siqueira



**Fonte:** Escola Municipal Deodato Gonçalves de Siqueira, 2016.

---

<sup>32</sup> A idealização é realizar uma atividade de oficina prática de Educação Patrimonial com os alunos envolvidos nesse projeto. Essa etapa está prevista para ser realizada nos ensaios finais dessa pesquisa, englobando a escola Municipal Deodato Gonçalves de Siqueira, os alunos do quarto ano vespertino, a professora regente desta turma e a gestora da escola.

A Escola Municipal Deodato Gonçalves de Siqueira foi fundada no ano de 1992, no então Povoado do Bezerra. Mais tarde, o povoado tornou-se Distrito do Bezerra. Contudo, a instituição de ensino continuou sendo considerada escola do campo por ter em sua trajetória formativa a prática pedagógica destinada aos alunos do campo, que são a grande maioria dos matriculados na escola atualmente.

A diretora da gestão escolar atual, Marly Monteiro, relata que a escola tem uma trajetória muito ligada ao tempo de experiência dela, com a educação, relatando que:

A escola Deodato desde 1992 oferta aula para alunos do campo, aqui no Distrito Bezerra. Assim que ela foi fundada, eu vim transferida da antiga escola Rural, lá no Urucuia, junto com a turma multisseriada que eu acompanhava lá. Formei muitos alunos naquela escola, que hoje é parte da fazenda do Zé Neto, dono do confinamento de bois. Quando viemos pra cá, ainda era só de primeira à quarta série, naquele formato do ensino fundamental antigo. Hoje, depois de mais de trinta anos, eu ainda faço parte dessa escola e sou professora dos filhos dos meus alunos daquela época da rural. Essa escola ajudou e ajuda muitas famílias, pessoas adultas que viviam na roça e eram analfabetas tiveram a oportunidade de aprender a ler e escrever aqui, na EJA também (Marly Monteiro, gestora da Escola Municipal Deodato Gonçalves de Siqueira, entrevistada em 06 de dezembro de 2021).

A realização da oficina de educação patrimonial trouxe reflexões sobre a apropriação cultural que os alunos fazem ao meio ambiente, como forma de subsistência, atividade econômica e realidade de vida. É preciso elucidar que a definição de escola do campo tem sentido apenas quando pensada a partir das peculiaridades dos povos do campo. Essa definição está referida no parágrafo único do art. 2.º das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, onde estabelece:

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes a sua realidade, ancorando-se na sua temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de Ciência e Tecnologia disponível na Sociedade e nos Movimentos Sociais em defesa de projetos que associem as soluções por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país (MEC, 2002, p.37).

A realidade de cada escola consiste em evidenciar sua comunidade escolar em aspectos sociais, econômicos, culturais, políticos, capazes de refletirem a identidade da escola nos interesses ligados às suas práticas de vida cotidianas. A escola Deodato, como assim é conhecida, é reflexo da comunidade escolar que a ela pertence e visa ofertar o ensino participativo, na

defesa dos interesses sociais que fazem dela uma estrutura democraticamente comprometida com a práxis pedagógica da cultura e das diretrizes do campo.

A inclusão dessa escola selecionada para a ação educativa com foco no Patrimônio Natural de Formosa-GO se deu a partir dessa junção entre as possibilidades de trabalhar a Educação Ambiental, enfatizando o patrimônio, dentro de uma diretriz operacional da educação na Escola do Campo. Em seu artigo 28, a LDB estabelece as seguintes normas para a educação do campo:

Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I - conteúdos curriculares e metodologia apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 1996).

Assim, os conteúdos curriculares e metodologia são apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural, onde a organização escolar própria inclui a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas, bem como a situações que envolvem o transporte escolar no campo e as variações que eles estão acometidos, adequando à natureza do trabalho na zona rural e as práticas de ensino que se comprometam com o desenvolvimento sustentável. Na entrevista com a professora Alice, ela expõe que:

Consciência ambiental é a melhor forma de se preservar o meio ambiente e conscientizar aos alunos começando desde a educação infantil de que a preservação representa vida, saúde, equilíbrio, e que precisamos de tudo isso para nos manter vivos, pois sem o equilíbrio ambiental não há o equilíbrio humana. Muitos! Essa semana eu fiz um trabalho com eles sobre a dengue conscientizando-os, principalmente os que pegam o ônibus como transporte escolar os pais costumam levar pra Formosa e fazer compras, consumindo muitos descartáveis e resíduos sólidos, alguns simplesmente lançam esses lixos pela janela, são esses pequenos detalhes que fazem a diferença (Professora Alice, entrevista concedida em 06 de outubro de 2021).

Os alunos que vêm do campo, próximo ao Distrito, são matriculados preferencialmente nessa escola, para que sejam ofertadas as diretrizes operacionais educacionais que façam sentido para sua formação, destacando práticas educativas do campo. O Projeto Agrinho é a mais evidente forma de ação metodológica, prevista pelo Projeto Político Pedagógico da escola que, anualmente busca evidenciar as práticas da vida e da educação do campo.

O Projeto Agrinho é um programa educacional organizado e conduzido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, cujas atividades tiveram início no ano de 1996. O programa

tem como objetivo caracterizar e identificar as contribuições da educação em suas ações voltadas para a educação ambiental. No ano de 2021, o Agrinho abordou o tema “Do campo à cidade: saúde é prioridade”, para manter o foco no bem-estar da comunidade escolar, com assuntos relacionados à saúde física, mental, emocional e social, principalmente devido à pandemia do novo coronavírus (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO ESCOLA MUN. DEODATO G. DE SIQUEIRA, 2021).

A estrutura da Escola Municipal Deodato Gonçalves de Siqueira abrange o atendimento educacional de cerca de trezentos e cinquenta alunos, divididos entre dois turnos: matutino e vespertino. São atendidos alunos dos anos finais da Educação Infantil e os Anos Iniciais do Ensino Fundamental. A escola compreende a oferta de ensino aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e aos Anos Finais da Educação Infantil, sendo uma unidade de Escola do Campo. A escola possui estrutura composta por edificação da do ano de 1992 e um anexo posteriormente construído em 2005 ampliando e comportando sete (07) salas de aula, uma (01) cantina, um (01) depósito, dois (02) banheiros para alunos, dois (02) banheiros para funcionários, uma (01) sala dos professores, uma (01) direção/secretaria, uma (01) sala de atendimento educacional especial – AEE, uma (01) quadra de esportes e um (01) espaço para recreação (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO ESCOLA MUN. DEODATO G. DE SIQUEIRA)

O estado de conservação da unidade encontra-se em boa condição, visto que o trabalho da gestão atual se desdobra em garantir a preservação e a manutenção do patrimônio público, como também promover a requisição contínua de adaptações físicas necessárias ao atendimento escolar com excelência.

O corpo docente escolar é formado por dezessete professores formados nas áreas da Pedagogia, Matemática, Química e Letras, com especializações em várias áreas e, dentre eles, três Mestres. A gestora Marly da Cunha Monteiro é servidora efetiva do município desde 1990. Os alunos vêm de regiões como Bisnau, Rio Urucuia, Barreiro, Povoado do Bonito e Povoado Bezerrinha.

Quando entrevistada, a professora Alice Pacheco, lotada na escola pesquisada, relata sobre os lugares de Patrimônio Natural de Formosa que os alunos mais conhecem, destacando:

Alguns alunos já me relataram que conhecem o Buraco das Araras. Muitos conhecem, mas especificamente aqui no Bezerra, as crianças não tiveram a oportunidade de conhecer o Itiquira e outros lugares. As crianças aqui têm mais intimidade e relação com a região do Bisnau, com várias cachoeiras e para eles seria enriquecedor conhecer outros lugares (Professora Alice, entrevista concedida em 06 de outubro de 2021).

Tendo em vista as possibilidades de abordagens educacionais correlacionadas ao campo do Patrimônio Natural, a professora menciona o contato e o convívio de alguns alunos com lugares listados nessa pesquisa e, em outro momento, também menciona a falta de materiais paradidáticos que subsidiem essas ações pedagógicas, comentando que:

Nosso material oficial, no caso os livros, eles não são completos. Mas cabe a cada professor complementar. Porque a gente tem um déficit de conteúdo e eu acredito que assim como eu todos os professores complementam. Esses temas são mais relacionados às datas comemorativas, como por exemplo o Dia do Meio Ambiente, enfim, a gente acrescenta e complementa os conteúdos. A nossa didática é complementada dia a dia, porque nós temos uma formação continuada, o professor tem que complementar. Hoje mesmo estou trabalhando uma proposta do meu acervo próprio, atualizado, para que se torne uma aula mais enriquecida. Por isso que amo turmas do quarto e quinto ano (Professora Alice, entrevista concedida em 06 de outubro de 2021).

Conforme esses e demais relatos obtidos por uma profissional inserida na realidade escolar do município, a proposta desse trabalho idealiza desenvolver um material que possa ser complementar à prática em sala de aula e dê suporte à mediação docente, por meio de um livro paradidático pedagógico e, como parte de uma unidade temática desse livro, a proposta que segue traz uma das possibilidades do trabalho pedagógico pautado pelo aspecto característico do patrimônio natural do município, como oferta de ensino, como será apresentado no desenvolvimento da atividade de ação em educação patrimonial na escola.

### **2.3.3 Oficina em Educação Patrimonial na Escola Municipal Deodato Gonçalves de Siqueira**

Quando se fala em Educação Patrimonial na comunidade escolar por meio de oficina nas escolas é imprescindível que a ação seja orientada considerando o patrimônio local do público participante. Assim, conforme propôs Silva e Tolentino (2015), o objetivo inicial é o despertar dos sentimentos dos alunos em relação aos seus próprios patrimônios locais, considerando a importância de preservar sua história, sua memória e sua identidade, de modo que haja uma sensibilização a partir de suas referências.

Não há, de fato, uma metodologia para se propor a oferta de Educação Patrimonial. Ela assume um permear transdisciplinar que visa romper com esses paradigmas disciplinares e coincide com o que propõe a pedagogia da autonomia, portanto, aos que se interessarem em dinamizar e popularizar abordagens nesse viés, é imprescindível que se preocupe com uma aplicabilidade significativamente espontânea e horizontalmente linear.

Alguns elementos são importantes como partir da realidade dos alunos e pensar em momentos de sensibilização acerca dos seus patrimônios. Nesse sentido, pensar em protagonizar o público participante é dar condições para que eles sejam os autores durante a realização da oficina, promovendo neles o desejo em evidenciar e destacar seu próprio patrimônio cultural, não condicionando quaisquer tipos de instrumentos diretivos, sobretudo.

Nesse trabalho foi realizada, entre os dias 16 de novembro e 02 de dezembro de 2021, uma Oficina baseada nesses pressupostos dos autores onde os alunos do 4º Ano C da Escola Municipal Deodato Gonçalves de Siqueira, de uma faixa etária de média de 10 anos, expuseram seus Patrimônios Naturais por meio de roda de diálogo com o mediador da oficina.

Com os dezessete alunos envolvidos nesse projeto, a abordagem inicial se deu a partir da sensibilização de que eles têm seus lugares na natureza, configurados como seus Patrimônios Naturais e isso não exige que seja um lugar previamente eleito, ou reconhecido oficialmente, mas que suas vivências e apropriações reconhecem seus lugares como referências culturais para cada um deles e na coletividade. Assim, durante a roda de conversa, foram feitas as seguintes questões: Como é o lugar em que você vive? Fale sobre suas características. Existem rios? Serras? Cachoeiras? Lagos? Como eles são? Como esses lugares estão? Você vê lixo nele? Nos lagos ou rios existem peixes? O lugar é muito visitado pelas pessoas? Nos lugares onde há matas e cerrados ocorrem queimadas? O que acontece após esses lugares serem queimados? O que você faria para cuidar melhor desses lugares? Você sabia que esses lugares são nossos patrimônios? E por que eles são naturais? Vocês visitam patrimônios naturais? Quais? Vamos criar um mapa organizando nossos patrimônios naturais de acordo com a proximidade que ficam de nós?

A dinâmica se orientou, prioritariamente, em dialogar sobre os lugares que são suas referências naturais, tendo em vista que essa escola se situa numa comunidade do campo e que tem seus interesses educacionais voltados às práticas de ensino do campo. Assim, considerou que suas histórias, tanto dos alunos quanto da própria escola, são ligadas à presença do aspecto natural, como predominância da composição das paisagens circundantes a eles.

Seguindo esse parâmetro, após os alunos identificarem que nas proximidades de suas casas, da escola, dos lugares onde cotidianamente eles passam ou se relacionam, estão presentes algumas especificidades que os despertam o olhar para a natureza. Por exemplo: um rio, uma mata, um bosque, uma gruta, enfim, representações naturais que fazem parte do que eles comumente vivenciam e experienciam como lugares da natureza. Foram mencionados os seguintes lugares:

**Quadro 6:** Os lugares mencionados pelos alunos na oficina.

<b>Lugares</b>	<b>Localização</b>
Rio Urucuia	Distrito Bezerra, Formosa-GO
Rio Bonito	Distrito Bezerra, Formosa-GO
Bisnau	Distrito Bezerra, Formosa-GO
Morro da Janela	Distrito Bezerra, Formosa-GO
Tira Barro	Distrito Bezerra, Formosa-GO
Cachoeira do JK	Distrito de JK, Formosa-GO

**Fonte:** Elaborado pelo autor, 2021.

Esses lugares são denominados a partir da própria comunidade local que os utilizam, sobretudo, como pontos de referências para localizações e situar regiões. Os nomes comumente trazem aspectos característicos das formações geomorfológicas que eles apresentam, sendo, alguns deles, também fonte de atividades econômicas, como no Bisnau, onde vivem famílias sob regime de agricultura familiar que dali provém recursos e rendas que mantêm seus familiares. Dentre os lugares indicados na oficina, destaca-se o Rio Urucuia que pode ser observado na imagem abaixo:

**Figura 25:** Rio Urucuia

**Fonte:** Sec. Municipal de Turismo e Cultura Formosa-GO, 2022.

Nomes como Tira Barro e Morro da Janela, mencionados pelos alunos na oficina, fazem parte das histórias que são contadas pelos moradores do Distrito do Bezerra. São de lugares que apresentam aspectos referenciais na comunidade. Por exemplo, o Tira Barro relaciona-se a um local de represa de água a partir da extração do barro destinado à produção de tijolos de uma cerâmica. É um lugar de lazer junto ao patrimônio natural dessa comunidade. Já o Morro da Janela tem esse nome pela localização numa parte da estrada que dá acesso ao Rio Urucuia, onde é possível avistar melhor o Distrito. Assim, faz essa alusão à janela que dá vista ao lugar, a partir de quem mora na área rural e está a caminho do Bezerra.

Esses lugares citados são intimamente ligados às suas vivências, seja pelo contato diário na transitoriedade cotidiana, seja como fonte de espaços de convívio e lazer. Todos eles apresentando aspectos naturais e presença hídrica, como fator determinante de referência e menção pelas pessoas que os têm como lugares de práticas e manifestações culturais.

Continuando o diálogo sobre seus patrimônios, alguns aspectos muito importantes foram questionados, sobre o estado de preservação desses lugares, bem como as mudanças que ocorrem em determinados períodos do ano, quando ocorrem as queimadas, as chuvas, a estiagem e, assim, modificam as paisagens naturais. A grande preocupação dos alunos estava com os animais, muitos mencionaram que se vê espécies mortas devido às queimadas e outros que migram em busca de abrigo, contra os incêndios.

As queimadas no cerrado ocorrem em meados do mês agosto, período, esse, que corresponde à estiagem e seca da região em que se predomina o bioma. Há uma grande preocupação até mesmo quando elas ocorrem de modo natural, principalmente com os animais. Quando ocorrem os incêndios criminosos, então, a devastação é ainda mais acentuada, ameaçando, também, espécies de plantas e a vida humana.

A respeito dos animais, a aluna Kemilly trouxe, também, um importante comentário sobre essa questão, quando ela relata que: “Eu vi peixes na Lagoa Feia, que ficam bem pertinho da gente e até comem pipoca que a gente joga na água, eles são lindos!” Ela reproduziu a vista da Lagoa Feia no seu desenho, como um registro da maior memória do patrimônio natural para ela, como pode ser observado na imagem a seguir.

**Figura 26:** A Lagoa Feia por Kemilly, aluna do 4º ano

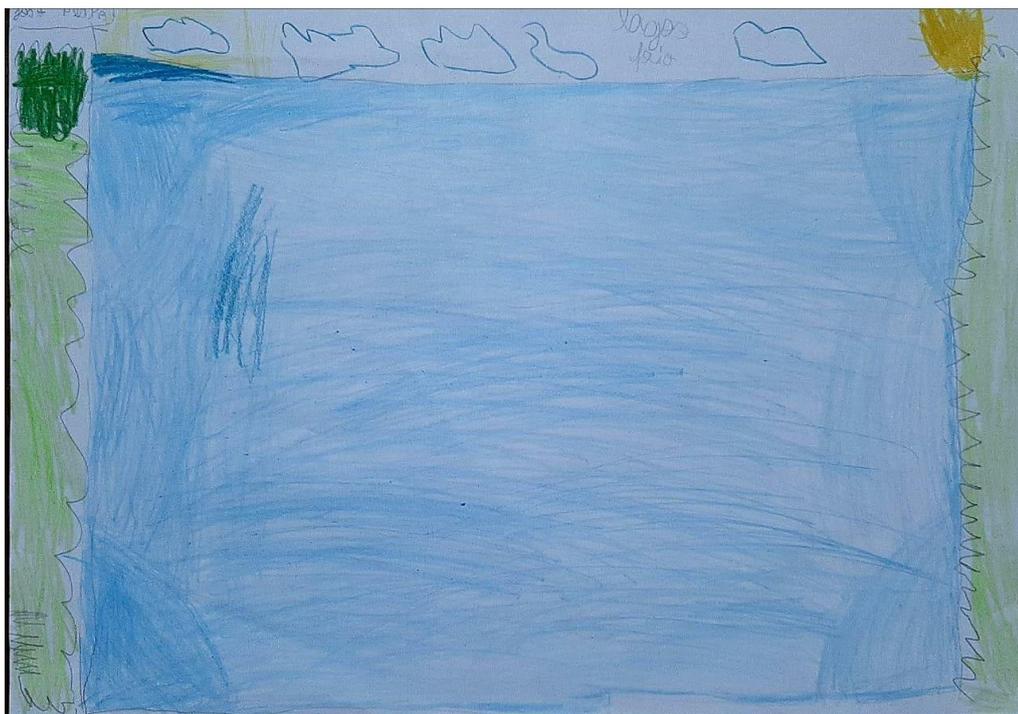


**Fonte:** Kemilly, 2021.

Quando formuladas as ideias sobre as necessidades de preservação, uma discussão sobre as práticas individuais de cada um acerca do lixo que produzem ou do lixo que eles veem sendo descartado inadequadamente nos lugares e o fator condicionante de impacto poluente causado com ele, a sensibilização sobre a coleta seletiva e a reciclagem formulou uma ideia coletiva de se tornarem defensores do meio ambiente, promovendo ações coletivas e individuais sobre o consumo, descarte e reciclagem de resíduos. “Temos que cuidar do meio ambiente e não jogar lixo nele” mencionam.

Corroborando ao que é proposto no primeiro item desse relatório técnico, quando é apresentado o mapa da representação hídrica existente no município de Formosa-GO, pode ser feita uma alusão a essa questão a partir do que representou o aluno João Pedro, também do 4º ano, apresentando em seu desenho a ocupação da Lagoa Feia em toda a extensão do papel utilizado, como forma de referenciar o tamanho e a quantidade de água da Lagoa Feia, veja na figura a seguir:

**Figura 27:** A Lagoa Feia por João Pedro, aluno do 4º ano



**Fonte:** João Pedro, 2021.

A priori, foi idealizada uma visita técnica ao Parque Municipal Mata da Bica, no centro de Formosa-GO, levando esses alunos da escola no Distrito Bezerra para observarem as condições de ressignificação pela qual o parque passou e analisando, também, todos os impactos dessa obra. A ideia seria colocá-los diante de um espaço que traz essas configurações de biodiversidade e a presença do homem, integrando e interagindo com o lugar e, assim, pensar sobre a questão do lixo, das nascentes e dos animais que habitam o parque.

No entanto, devido às restrições sanitárias em prevenção à pandemia de Covid-19, não foi permitida a visita, pela Secretaria Municipal de Educação, alegando que os discentes não poderiam deslocar-se da escola para quais quer fins. A ideia então foi reformulada e os alunos fizeram essa observação a partir da própria unidade escolar e seu estado de preservação, considerando que a escola tem dimensões de amplo espaço físico ainda não ocupado por construções, ou edificações.

Os alunos, assim, perceberam o quanto é importante mapear os lugares e suas condições de preservação e proteção a partir de localidades mais próximas a eles, assim como quando pensaram, democraticamente, na seleção de lugares que representam seus patrimônios naturais, a partir da proximidade. Assim discutiu-se que os devidos cuidados a serem tomados com os espaços e ambientes devem partir da realidade proximal de cada um, um exemplo que comoveu

toda o planejamento das ações previstas nessa oficina e requalificou os parâmetros inicialmente objetivados pela ação.

Cabe aqui considerar que as aprendizagens são situações em que alunos e mediadores constroem de modo colaborativo, reafirmando a proposta crítica de Tolentino (2016) quando elencou as falácias sobre a Educação Patrimonial e possíveis metodologias. A oficina contou com a colaboração construtiva de aprendizagens sobre o Patrimônio Cultural e o Meio Ambiente, como forma de junção entre essas perspectivas e reformulando noções sobre ações preservacionistas, independentemente de faixa etária ou grau de instrução.

Ao final, a socialização de todos os conceitos aprendidos acerca da temática contou com um lanche comunitário, onde os alunos também escolheram o cardápio e optaram com uma refeição balanceada e saudável, como forma de praticarem as aprendizagens e preceitos da sustentabilidade para o meio ambiente. Do mesmo modo, houve a preocupação com a redução do consumo de descartáveis e plásticos, assim preservando a ideia da sustentabilidade e da reutilização, causando menor impacto degradante ao meio ambiente e ao espaço escolar.

Nas ilustrações representativas dos patrimônios formosenses, é perceptível a dedicação na construção de detalhes em cada um dos desenhos, a fim de exporem, minuciosamente, as riquezas das composições naturais as quais eles conhecem bem. Veja a seguir a construção sobre o Salto do Itiquira, realizada pela aluna Bruna, durante a oficina.

**Figura 28:** O Salto do Itiquira por Bruna, aluna do 4º ano



Fonte: Bruna, 2021.

A seguir, o que a aluna Ana Beatriz, do 4º ano, registrou como sendo seu patrimônio, foi a Mata da Bica. Ela ainda mencionou, durante a elaboração do seu desenho representativo que: “Meus pais me levaram na Mata da Bica para eu tirar fotos, com meus irmãos, no dia das crianças.” Essa experiência do contato com o patrimônio desperta ainda mais o interesse nos alunos em mantê-los preservados. Os alunos mencionaram os lugares como sendo parte de suas vivências mais importantes.

A ação foi promovida de modo direcionado ao objetivo de expor o patrimônio como sendo fonte de referências naturais, mas que tomou moldes bastante adequados na sutileza de abordagem espontânea, preocupando-se com o bem-estar e a naturalidade da tratativa, como sendo a primeira condição de sensibilização e dialogicidade significativa. Tratou de acomodar esse público participante não de modo excepcional às suas atividades rotineiras no espaço escolar, mas levando-os ao ato de apresentar suas histórias a partir do patrimônio natural próximo a eles. Esse cuidado foi tomado para que não houvesse influência sobre suas considerações acerca do patrimônio, em especial, o patrimônio natural, de modo a levar a decolonialidade de conceitos ou de referências, a partir de uma perspectiva particularizada.

Observe na imagem a seguir a dedicação pelo enriquecimento de detalhes que exprimem a proximidade e integralização do homem com o meio ambiente, no exemplo da Mata da Bica. Nota-se o cuidado em demonstrar aspectos naturais e modificados se mesclam, numa junção da indissociável ação humana por sobre os lugares.

**Figura 29:** A Mata da Bica por Ana Beatriz, aluna do 4º ano



Fonte: Ana Beatriz, 2021.

No exemplo a seguir, o desenho feito pela aluna Danielle do 4º ano mostra a Praça do Pau Ferro bem cuidada, sem a presença de lixo, preocupação que fora sensibilizada nos alunos, durante a realização da oficina e retratada por ela, pelo desenho.

**Figura 30:** A Praça do Pau Ferro por Danielle, aluna do 4º ano



**Fonte:** Danielle, 2021.

A coletividade em viver e transpor seus patrimônios naturais assumiu no público participante o protagonismo de suas próprias referências. Assim, a cada detalhe empregado na elaboração de desenhos que consequentemente também apresentaram os patrimônios naturais de Formosa-GO já elencados pela comunidade, corroborou ao que se previa sobre a representatividade desses lugares.

Por fim, o resultado dessas ações mostrou que a discussão sobre meio ambiente, educação e patrimônio se faz necessária em diversas partes da estrutura social e no ambiente escolar, como no caso das crianças, que trouxeram um olhar visionário sobre os cuidados com os bens, visto que estarão presentes nesta e em gerações além, participando ativamente de movimentos que visem o cuidado necessário para manter vivo e produtivo o meio em que vivem.

### **3. LIVRO PARADIDÁTICO-PEDAGÓGICO: O PATRIMÔNIO NATURAL DE FORMOSA-GO NUMA PROPOSTA DE ENSINO INTERDISCIPLINAR PARA ALÉM DA SALA DE AULA**

Esse item destina-se à apresentação do livro paradidático-pedagógico que será elaborado a partir do levantamento feito acerca do patrimônio natural da cidade de Formosa-GO. O material didático abarca os sete lugares mais visitados pelos moradores da cidade e as possibilidades educativas envolvidas neles.

Durante o processo construtivo do presente relatório, a oportunidade em entrevistar e, assim, estabelecer um diálogo próximo à comunidade escolar trouxe a idealização deste livro, cuja finalidade é dar subsídios mínimos à oferta de ensino interdisciplinar, objetivando permear a educação patrimonial nas ações formais de aprendizagens.

Considerando o avanço na compreensão dos mecanismos envolvidos no processo de aprendizagem e a reflexão sobre os desafios impostos pelo mundo contemporâneo, as concepções mais sistêmicas e complexas, no que se refere à construção do conhecimento e à formação humana, determinam a necessidade de metodologias diversificadas na oferta do ensino. Nessa direção, os currículos transcenderam à mera seleção dos conteúdos a serem ensinados para instituir princípios que orientassem a intencionalidade do tratamento pedagógico e promovessem a formação de um sujeito capaz de intervir em seu meio social (BNCC, 2020).

No que se refere à intencionalidade da proposta educativa orientada pela aprendizagem significativa, é importante reiterar que ela se caracteriza pela interação entre conhecimentos prévios e novos conhecimentos e que essa interação não é literal e nem arbitrária. Nesse processo, o que se aprende adquire significado para o sujeito e o já havia sido aprendido adquire novos significados ou maior constância cognitiva (MOREIRA et al, 1982).

A consideração dos conhecimentos prévios remete a compreender o complexo aspecto formativo do indivíduo, na composição de sua subjetividade. E, em relação aos seus conhecimentos, toda a vivência que o aprendiz tem está repleta de significados que são condições para a construção de novos conhecimentos.

Quando se trata da preservação e valorização do patrimônio cultural, necessariamente é fundamental adentrar na seara da educação, pois a preservação dos bens culturais se trata de uma prática social, uma vez que as comunidades devem ser as grandes protagonistas na seleção

do que representa as suas identidades e na preservação de seus valores culturais (TOLENTINO, 2015).

Partindo do entendimento de que a composição social do indivíduo está intimamente ligada ao meio em que ele vive, o produto proposto visa abordar ferramentas capazes de imprimir o cenário ambiental dos conhecimentos prévios contidos no educando e criar situações de aprendizagens, sendo os novos significados.

Dentre essas razões, esse livro paradidático-pedagógico, intitulado *O Patrimônio Natural de Formosa-GO numa proposta de ensino interdisciplinar para além da sala de aula*, visa evidenciar o meio natural em que os alunos envolvidos na proposta de aplicação estão. Assim, visa possibilitar condições de tornar os conhecimentos prévios em aprendizagens significativas, relacionando cultura, memória e lugar, nas concepções educativas de ensino formal e na educação patrimonial com foco no patrimônio natural de Formosa.

O livro será disponibilizado no sítio eletrônico do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio, promovido pela Universidade Estadual de Goiás – PROMEP/UEG, por meio do link <http://www.promep.ueg.br/>.

### **3.1 - Apresentação e formato do produto**

A estrutura do livro visa tornar acessível a proposta de aprendizagem inserida nele, de forma a trazer linguagem simples e objetiva, dentro da aplicabilidade destinada ao ensino fundamental primeira fase, período, esse, constituído do 1º ao 5º ano. É a fase que marca a saída da educação infantil. Nessa fase, a criança participa de atividades lúdicas que favorecem o seu desenvolvimento motor, cognitivo, social, entre outros aspectos.

É importante que a intencionalidade desse livro esteja clara e precisa, embora as possibilidades do trabalho pedagógico sejam infinitas. A partir de um dado material, por exemplo, a formulação de uma atividade interdisciplinar, comum a duas ou mais disciplinas, permite que o professor trabalhe a mediação do ensino em diversos momentos da prática da sala de aula.

A apropriação cultural, bem como a compreensão sócio-histórica das referências culturais são aportes primordiais para que o sujeito se sinta pertencente às menções que o constituem enquanto indivíduo e de suas manifestações que valorizam e preservam seu patrimônio. E, para o viés da educação, a contribuição que a confecção desse livro traz está

voltada em enaltecer aos alunos que o promoveram e ao meio ambiente em que essa produção cultural está alicerçada.

**Figura 31:** Capa do livro paradidático



**Fonte:** Livro Paradidático (produto), 2022.

Quanto à intencionalidade de abordar a educação patrimonial, esse livro baseia-se no conceito sobre ela que, segundo o Iphan, constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais com foco no patrimônio cultural, visto como um recurso para a compreensão das

referências culturais em todas as suas manifestações. Tem a finalidade de colaborar para o seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considerando que os processos educativos devem primar pela construção coletiva, dialógica e democrática do conhecimento, por meio da participação das comunidades detentoras e produtoras de suas referências, onde convivem diversas concepções de patrimônio cultural (FLORÊNCIO et al, 2014).

O patrimônio natural de Formosa representa a referência cultural ambiental que a cidade tem, e isso é fortemente considerado pela comunidade formosense. Ao propor esse estudo sobre a importância ambiental e cultural desse patrimônio, veio à culminância em torná-lo ferramenta didática, ofertando novas possibilidades educativas para o trabalho pedagógico.

O papel do professor, nesse contexto, exprime a fundamental mediação dos conhecimentos, orientando o aluno entre eixos temáticos que compõem o currículo educacional e flexibiliza os instrumentos capazes de oferecer condições para o avanço das aprendizagens. Nesse conjunto, o livro paradidático é um material de cunho pedagógico. Assim como outros instrumentos escolares, como quadro, livros literários e aparelhos tecnológicos, é considerado básico e muitas vezes central para a prática docente. O material, portanto, é uma fonte de informações sobre o patrimônio natural de Formosa e para os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

Para que esse livro seja mais bem utilizado, a projeção dele em formato e-book<sup>33</sup> torna-se, assim, um instrumento que facilita a aplicabilidade de propostas de mediação interativa, mesmo que as escolas ainda não possam dispor a cada aluno a condição de acesso ao recurso midiático digital. Há a possibilidade de se trabalhar com os conteúdos disponíveis em e-book, seja de modo impresso ou retroprojetado, estimulando a busca pela aprendizagem nos alunos, a partir das pesquisas e consultas a conteúdos digitais.

Partindo desta preocupação central, a dinamização da oferta de material didático pedagógico por meio de recursos tecnológicos busca diminuir essas diferenças e distanciamentos, fazendo com que o professor seja um agente de mediação tecnológica, fomentando, assim, nos alunos os anseios pela pesquisa e uso de recursos de aprendizagens digitais.

A principal abordagem contida nesse livro é a possibilidade educativa a partir do patrimônio natural da cidade de Formosa-GO. Possibilidade, essa, que permite a mediação na prática da sala de aula, pelo professor, de conteúdos correlacionados as áreas e os componentes

---

<sup>33</sup> Termo de origem inglesa, e-book é uma abreviação para “electronic book”, ou livro eletrônico. Trata-se de uma obra com o mesmo conteúdo de uma versão impressa, podendo ser uma mídia digital.

curriculares do Ensino Fundamental primeira fase: linguagens; matemática; ciências da natureza; ciências humanas; ensino religioso, diversificando metodologias através de atividades, exposições, ações educativas, práticas de ensino e demais circunstâncias que permitam o emprego do livro, como um suporte pedagógico.

Para além da sala de aula, o livro paradidático pode apresentar conteúdos complementares ao principal tema da aula, levando os alunos a estudar fora dos muros da escola. Do mesmo modo, haverá propostas de elaboração de trabalho ou projeto, compartilhando com a comunidade as aprendizagens inerentes aos assuntos que são relacionados aos contextos sociais, na prática da autogestão dos conhecimentos.

Além de ser um instrumento mediador, o livro pode ser exemplo, também, de inventário desse patrimônio mapeado, revelando informações sobre as localidades e, no dado momento da coleta de informações, as caracterizações que se encontravam nos lugares pesquisados, por exemplo: a Mata da Bica, o Salto do Itiquira, o Lagunho do Vovô, o Lago do Abreu, a Dolina dos Maracanãs (Buraco das Araras), a Lagoa Feia e o Sítio Arqueológico do Bisnau.

O livro paradidático também versa sobre a possibilidade de os alunos, junto com o professor, realizarem um mini inventário de um desses patrimônios naturais, que tenha maior significado para eles, como proposta de atividade realizada a partir das aprendizagens apreendidas nele e que possa se transformar num projeto expositivo para a escola e para a comunidade.

Esse produto foi, então, idealizado a partir dos relatos dos professores da rede pública municipal de ensino, dialogando sobre métodos e processos de intervenções docentes na elaboração de planejamento de aulas diversificados, que tenham suporte didático necessário para promover competências socioemocionais<sup>34</sup>.

O livro é um dos recursos mais indicados, seja ele físico ou midiático. Ele é capaz de orientar o trabalho do professor, fazendo com que haja multiplicidade nas ações pedagógicas, tanto na diversificação de mediações, quanto no alcance das possibilidades visuais e cinestésicas da aprendizagem. Tendo em vista essas considerações, a composição dos currículos educacionais é pautada pelo que indica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei nº 9.394 de 1996, e pelos PCNs na obrigatoriedade de promover a oferta de educação ambiental em todos os níveis de ensino, corroborando com a ideia norteadora da elaboração desse livro paradidático-pedagógico, no âmbito do enlace da educação patrimonial.

---

<sup>34</sup> As competências socioemocionais são importantes na formação do aluno por promoverem pensamento crítico, capacidade de se comunicar, trabalhar em equipe, resolver problemas e gerir suas aprendizagens de modo autônomo.

Assim, pensar em educação patrimonial embasada em parâmetros curriculares é considerar, portanto, objetivos de construção de conhecimentos a partir de um amplo diálogo entre as pessoas envolvidas. De acordo com o que os PCNs propõem, neste sentido “a questão ambiental vem sendo considerada como cada vez mais urgente e importante para a sociedade, pois o futuro da humanidade depende da relação estabelecida entre a natureza e o uso pelo homem dos recursos naturais disponíveis” (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, MEIO AMBIENTE E SAÚDE, 2001, p. 15).

Numa correlação entre educação patrimonial e ambiental, é interessante considerar que referências culturais são o que constituem o patrimônio da comunidade, do território, do meio ambiente em que ela se insere e dos grupos que fazem parte dela, a escola também compõe esse contexto cultural, quando entende-se que:

Referências culturais são edificações e são paisagens naturais. São também as artes, os ofícios, as formas de expressão e os modos de fazer. São as festas e os lugares a que a memória e a vida social atribuem sentido diferenciado: são as consideradas mais belas, são as mais lembradas, as mais queridas. São fatos, atividades e objetos que mobilizam a gente mais próxima e que reaproximam os que estão longe, para que se reviva o sentimento de participar e de pertencer a um grupo, de possuir um lugar. Em suma, referências são objetos, práticas e lugares apropriados pela cultura na construção de sentidos de identidade, são o que popularmente se chama de raiz de uma cultura (INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS, 2000, apud FLORENCIO et al, 2016, p. 08).

O trabalho da educação ambiental deve ser desenvolvido a fim de ajudar os alunos a construir uma consciência global das questões relativas ao meio para que possam assumir posições afinadas com os valores referentes à sua proteção e melhoria. Para isso é importante que possam atribuir significado aquilo que aprendem sobre a questão ambiental (PCNs MEIO AMBIENTE E SAÚDE, 2001, p 47).

Essa mescla entre educação patrimonial e ambiental é uma abordagem transversal, podendo estar contida em diferentes momentos das práticas de ensino na sala de aula e para além dela. Também permite que seja amplo o eixo temático a ser trabalhado, o que sugere para este livro paradidático um caráter multidisciplinar.

Considerando que há necessidade de se construir mais material didático para a prática docente, este trabalho agrega a oportunidade de elaboração de um livro paradidático-pedagógico em formato e-book, visando atender ao público participante e sua faixa etária. Assim, a proposta é compreender a importância de trazer os temas abordados de maneira amplamente

compreensiva, numa linguagem mais acessível e pluralizada, corroborando com metodologias de mediação lúdica e autônoma, para alcançar diversos participantes e níveis de ensino.

Nos anexos do livro, serão apresentados exemplos de ações educativas realizadas durante o processo de desenvolvimento desse relatório. Portanto, toda essa formatação condiciona aplicações em contextos escolares, levantando, assim, o interesse em destinar essas ações para o espaço formal de educação, por meio da escola e, conseqüentemente, envolver a comunidade escolar.

Esse livro, intitulado *O Patrimônio Natural de Formosa-GO numa proposta de ensino interdisciplinar para além da sala de aula* está dividido em três partes. Na primeira parte denominada *Unidade 1 – Minha cidade e a sua história*, a temática central se refere ao estudo do município de Formosa no Estado de Goiás. O foco das discussões centra-se na pesquisa histórica da formação da cidade referindo-se às belezas naturais, abordando as atividades econômicas e a história do Distrito Bezerra.

**Figura 32:** Unidade 1 do Livro



**Fonte:** Livro Paradidático (produto), 2022, pp. 10-11.

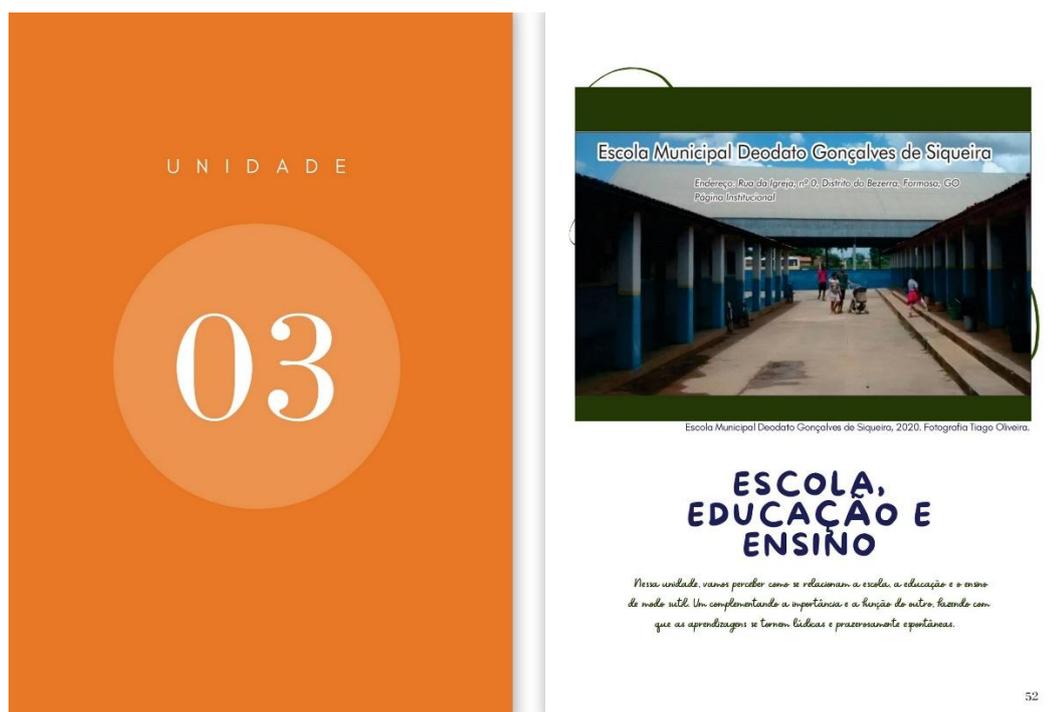
Na segunda parte, *Unidade 2 – Os Patrimônios Naturais do nosso Município*, apresenta os patrimônios naturais de Formosa-GO enquanto referências culturais e lugares de memórias formosenses.

**Figura 33:** A unidade 2 do Livro



**Fonte:** Livro Paradidático (produto), 2022, pp. 27-28.

**Figura 34:** A unidade 3 do Livro



**Fonte:** Livro Paradidático (produto), 2022, pp. 51-52.

Na terceira parte, denominada *Unidade 3 – Escola, Educação e Ensino*, percebe-se como se relacionam a escola, a educação e o ensino, um complementando a importância e a função do outro, fazendo com que as aprendizagens se tornem lúdicas e prazerosamente espontâneas. Discute-se as possibilidades de mediação pedagógica orientadas pela transversalidade interdisciplinar da Educação Patrimonial com foco no Patrimônio Natural de Formosa. Do mesmo modo, aborda às dinâmicas e metodologias para se trabalhar com o patrimônio natural na prática da sala de aula e além dela.

### **3.2 - Público-alvo**

Considerando a crescente necessidade de dinamizar o trabalho pedagógico, esta proposta oferece um recurso midiático, em formato e-book, para unir a tecnologia à educação. Assim, espera-se que seja uma ferramenta a ser utilizada no ensino-aprendizagem na rede de ensino público do município de Formosa.

Os alunos envolvidos são integrantes da turma do quarto e quinto ano do ensino fundamental primeira fase. Tal critério permitiu participação mais efetiva e prática das ações dos discentes que poderão representar por meio da escrita e da leitura alguns exemplos de patrimônios naturais a partir dos seus próprios conceitos, após uma aula previamente ministrada.

Os atores envolvidos também nesse contexto são representantes da comunidade escolar da Escola Municipal Deodato Gonçalves de Siqueira, situada no município de Formosa. A professora Alice, a diretora Marly e os alunos supracitados. Essa escola é uma escola do campo, questão, essa, bem demonstrativa da ligação proximal dos alunos ao campo, às paisagens naturais, meio ambiente natural diversificado e práticas ligadas às vivências nesse âmbito. Na imagem a seguir, apresentamos algumas das ilustrações realizadas pelos alunos durante a oficina de Educação Patrimonial.

**Figura 35:** Ilustrações realizadas pelos alunos



**Fonte:** Livro Paradidático (produto), 2022, p. 62.

Essa gama de sujeitos envolvidos ainda permite exemplificar aplicações desse livro paradidático além do quarto e quinto ano, abrindo possibilidades de mediação na educação de jovens e adultos, alunos da segunda fase do ensino fundamental, comunidade interna e externa da escola, bem como representantes da política pública relacionados às ações de proteção ambiental.

### 3.3 O impacto esperado

Espera-se que esse livro paradidático-pedagógico seja contribuinte no processo de ensino-aprendizagem, na sua forma significativa, representando as belezas naturais de Formosa que evidenciam a cidade e fazem parte de suas referências culturais. Acredita-se que o maior impacto desejado está socialmente agregado às práticas de proteção e preservação do meio ambiente, inicialmente pelo patrimônio natural e para além dele, nas ações em geral que envolvem o homem com o meio ambiente, propondo o despertar à sustentabilidade<sup>35</sup>.

Para as escolas, tendo em vista a possibilidade de promover recursos somativos à perspectiva de ensino, por meio de pluralidade de instrumentos educativos, o interesse central é dar suporte mínimo aos professores, na mediação sobre temas correlacionados ao presente estudo, assim como fazer com seja possível propor o estímulo à pesquisa, quando se pode direcionar o meio a ser pesquisado em ferramentas tecnológicas, acessando o formato digital desse livro.

Para a comunidade escolar, o livro pode ser referência na construção de projetos políticos e pedagógicos, motivação para a mediação docente, exemplificando alternativas de abordagens educacionais, diversificando metodologias e oferecendo sugestões de atividades extracurriculares.

O desafio contido nessas provocações sobre levantamento de dados e mapeamento de lugares é alcançar representantes do poder público para que sejam estabelecidas parcerias em prol dos interesses patrimoniais, em especial do patrimônio natural de Formosa, a fim de que novas possibilidades de integração sejam ressignificadas de acordo com as referências culturais permeadas a elas.

Alunos e professores muitas vezes apontam a sala de aula como um ambiente entediante, sem muitos atrativos (BENETTI, 2002). O desenvolvimento das aulas requer aportes que auxiliem no processo de ensino aprendizagem. Recursos de ensino são os materiais didáticos que são utilizados como meio auxiliar para desenvolver o ensino e a aprendizagem, isto é, são um meio e não um fim em si. São muitos os métodos que podem ser acessados no processo de desenvolvimento das aulas, sendo que ainda não há uma classificação. Comumente, eles estão distinguidos em: visuais, que se dirigem apenas para o sentido da visão; auditivos, que se

---

<sup>35</sup> O termo sustentabilidade consiste na capacidade de sustentação de um sistema.

dirigem apenas para o sentido da audição; audiovisuais, que reúnem tanto estímulos visuais quanto auditivos (GODOY, 2008).

Ao propor esses recursos, o livro paradidático abre oportunidades para que os ambientes e as possibilidades de mediação sejam diferentes, assim como o papel do indivíduo aprendiz estabelece comprometimento com a cidadania. Os reflexos positivos do ensino-aprendizagem buscam garantir melhores relações sociais e ambientais entre o homem e o meio. É importante que se pense constantemente numa sociedade mais justa e igualitária nos seus direitos e deveres, bem como é imprescindível que haja equilíbrio ambiental.

#### 4. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO PRODUTO

Falar em educação assemelha-se em muito com as discussões sobre o patrimônio, uma vez que essas abordagens trazem em si muita disputa, conflitos, interesses e intencionalidades diversas, embora sejam tratativas que deveria priorizar por interesses sociais e viabilizar medidas de justiça, igualdade, equidade e apropriação social. Diante disso, a confluência em relacionar o patrimônio cultural com a pedagogia busca, justamente, garantir direitos e deveres numa perspectiva educativa.

Para isso, a produção acadêmica dessa proposta de produto quer alcançar um público infantil, mas não limitar esse alcance, e assim tratar do patrimônio natural, campo do patrimônio cultural, do município de Formosa numa configuração que atenda aos interesses pedagógicos formais e não formais, facilitando o trabalho docente no papel de mediador do ensino, evidenciando ações crítico-reflexivas acerca da educação patrimonial.

Contemplando uma linguagem direta, clara e objetiva, o produto em formato de Livro Paradidático Pedagógico intitulado *O Patrimônio Natural de Formosa-GO numa proposta de ensino interdisciplinar para além da sala de aula* abrange o mapeamento dos bens patrimoniais eleitos socialmente como os mais importantes do município, a partir da própria comunidade formosense, a fim de colaborar com a sensibilização dos alunos para com seus patrimônios, mostrando que eles são parte da vida, da cultura e da composição socioambiental a que eles pertencem.

A proposta de aplicação desse produto prevê ações para além da sala de aula, onde o contexto interdisciplinar permite que o material seja fonte de estudos, pesquisas, desenvolvimento de atividades práticas, diretivas e construtivas, reflexivas, atemporais e, principalmente, sensibilizadoras para a cidadania exercida no desenvolvimento de ações politicamente democráticas.

Portanto, ao aplicar esse produto, seja por um profissional da educação, na figura do professor, seja pela autonomia do estudante em construir seu conhecimento, estará contemplado o anseio pela preservação, proteção e defesa do patrimônio social. Embora direcionado a especificidade natural de uma determinada região, Formosa-GO, abre oportunidades para que seja considerado o meio ambiente em quaisquer localidades, dando condições para compreender a relevância da relação vital entre o homem e a natureza.

#### 4. 1 Manual de uso do Produto

O manual de uso do produto traz recomendações quanto ao formato em E-book, abrangendo a possibilidade de maior disseminação e popularização do Livro Paradidático. É crescente o uso de recursos tecnológicos ligados aos mais diversos setores da vida humana e, para com a educação, isso não é diferente. Sendo assim, o formato digital permite unir educação e tecnologia, na perspectiva do ensino, como prioridade dessas intenções. Para Dewey (1959), a tecnologia no campo da educação democrática, como espaço consideravelmente importante da vida humana, corresponde a:

Um universo ilimitado no espaço e no tempo, sem limites aqui ou ali, nesta extremidade, por assim dizer, ou naquela, e tão infinitamente complexo na estrutura quanto na extensão. Daí, ser também o universo um mundo aberto, infinitamente variegado, mundo que, no velho sentido, a custo ser chamado de universo; tão múltiplo e extenso que não há possibilidade de o sintetizar e condensar em nenhuma fórmula (DEWEY, 1959, p. 86).

Isso implica em compreender que o acesso aos meios educativos devem ser, então, infinitos. Nessa perspectiva, para ter o acesso ao produto desse estudo é preciso apenas estar com um computador, tablet ou smartphone conectado à internet e acessar a página do PROMEP onde o livro paradidático ficará disponível.

O livro está dividido em três unidades, introduzindo assuntos e discussões acerca do município de Formosa-GO, o Patrimônio Natural e a Educação. A leitura é simples, com linguagem acessível ao público destinado e as propostas de atividades permitem que sejam realizadas no próprio material e em conjunto com o caderno de atividades do aluno.

Na primeira unidade, ***Unidade 1 – Minha cidade e a sua história***, a temática central se refere ao estudo do município de Formosa no Estado de Goiás. Focalizando em discussões que revelam o processo histórico da formação da cidade referindo-se às belezas naturais, abordando as atividades econômicas e a história do Distrito Bezerra. Na segunda parte, ***Unidade 2 – Os Patrimônios Naturais do nosso Município*** aborda os patrimônios naturais mais citados pelos moradores de Formosa-GO, enquanto referências culturais e lugares de suas memórias afetivas.

Na terceira parte, denominada ***Unidade 3 – Escola, Educação e Ensino***, a abordagem sobre a relação entre a escola, a educação e o ensino reforçam a importância e a função social que cada um contém, fazendo com que as aprendizagens se tornem significativas. Discute-se as possibilidades de mediação pedagógica orientadas pela interdisciplinaridade da Educação

Patrimonial com foco no Patrimônio Natural de Formosa. Abordando diversas metodologias para se trabalhar com o patrimônio natural na prática da sala de aula e para além dela.

**Figura 36:** Apresentação do Livro Paradidático

## APRESENTAÇÃO

Estimados estudantes e professores:

*A aprendizagem é um momento em que as possibilidades em construir novas perspectivas de vida passa a se materializar diante da realidade vivida por todos os envolvidos nesse processo. No entanto, é preciso haver, prioritariamente, a consideração do que é interessante e significativo a ser aprendido, para o sucesso dessa proposição.*

*Esse livro apresenta o município de Formosa, no estado de Goiás, enaltecendo os aspectos da formação histórica num viés do patrimônio natural, como promotor das principais características e referências culturais permeiam a composição socioespacial do território. Abordando, assim, conceitos e significados sobre o Patrimônio Cultural, elevado aos preceitos da educação, como instrumento de sensibilização social.*

*O protagonismo em tornar agente promotor dessas conquistas está nas figuras horizontalizadas do educando e o professor que exerce o papel de mediador, na atividade pedagógica estabelecida entre ambos, por meio do ensino. O que faz sentido, de fato, para a educação não é saber mais ou menos, mas a convergência entre saberes distintos que possam ser compartilhados a todo o tempo, na autoria do respeito aos direitos e deveres nas suas mais diversificadas formas e maneiras.*

*Portanto, a todos os que estiveram dispostos no percurso de idealização e realização deste livro, em que a dedicação e o amor empregados estão voltados para uma formação educadora nos anos iniciais do Ensino Fundamental que visa colaborar para o crescimento dos alunos no saber, compreender, aprender e desenvolver o senso crítico-reflexivo, meu muito obrigado.*

Ao professor, as orientações indicam complemento pedagógico para o planejamento interdisciplinar de aulas e atividades voltadas ao quarto ano do Ensino Fundamental, é um material paradidático. Podendo acrescentá-lo às práticas metodológicas em sala de aula e também como suporte didático para atividades educativas formais e não formais.

**Figura 37:** Sugestões para os professores

**SUGESTÃO:**

Professor, faça uma roda de conversa com seus alunos e explique que a atividade a seguir será elaborada por eles. Ressalte que o patrimônio mais importante é sempre aquele que parte das realidades e dos locais de vivência de cada aluno. Dentre as perguntas norteadoras para essa ação, enfatize:

- Como é o lugar em que você vive? Fale sobre suas características. Existem rios? Serras? Cachoeiras? Lagos? Como eles são?
- Professor, faça uma lista aqui no quadro com os nomes dos lugares que vocês falarem.
- Como esses lugares estão? Você vê lixo nele? Nos lagos ou rios existem peixes? O lugar é muito visitado pelas pessoas?
- Nos lugares onde há matas e cerrados ocorrem queimadas? O que acontece após esses lugares serem queimados?
- O que você faria para cuidar melhor desses lugares?
- Você sabia que esses lugares são nossos patrimônios? E por que eles são naturais?
- Quais são os lugares mais importantes que a cidade e o município têm? O que você mais gosta neles?
- Descreva como você se sente quando está nesses lugares.
- O que você faria para cuidar mais desses lugares?

Olha só na fotografia a seguir dos principais Patrimônios Naturais apresentados na Unidade 2. Os alunos da escola Municipal Deodato Gonçalves de Siqueira que participaram dessa ação ajudaram a construir essa exposição de fotos no quadro e participaram de uma conversa super interessante sobre seus patrimônios.

67

Ao aluno, a didática empregada no livro permite a autonomia do desenvolvimento da leitura e das atividades, contribuindo para o processo de letramento no que se dedica a apresentar, como conteúdo. O livro poderá ser impresso. Fazendo, assim, parte das aprendizagens, como fonte de pesquisa ou para obter informações. A leitura e os estudos dirigidos ao longo dos capítulos visam sensibilizar acerca da importância do cuidado e da preservação do meio ambiente em Formosa-GO.

**Figura 38:** Exemplo de conteúdo abordado no livro



**Fonte:** Livro Paradidático (produto), 2022, p. 33.

Além de promover maior interação ao que é abordado, as atividades ao longo do livro proporcionam uma reflexão e execução de assuntos que trazem correlação ao que se pode compreender previamente sobre tema do patrimônio natural e o desenvolvimento de competências e habilidades interdisciplinares.

**Figura 39:** Proposta de atividade presente no Livro



Laguinho do Vovô, 2020. Fotografia Tiago de Oliveira.

Vejamos nesse exemplo, da imagem acima, um Patrimônio Natural localizado no centro da cidade de Formosa, o Laguinho do Vovô.

**Hora das Atividades! Vamos trabalhar?**

Agora vamos fazer uma lista de características que podemos observar nessa imagem. Comece falando sobre a natureza do lugar, em seguida, vamos refletir: Será que esses bens estão preservados? Escreva a resposta em seu caderno.

A autora Simone Scifoni é uma referência nacional sobre estudos que tratam da natureza como patrimônio.



As atividades são para reflexão e criticidade, envolvidas ao longo de todo seu corpo e extensão e também nos anexos complementares, levando a desdobramentos em projetos, rodas de conversas, análises de opiniões, bem como exercícios operacionais que buscam a correlação entre o texto e as questões, numa proposta interpretativa e direcionada. Questões de múltipla escolha, dissertativas, analíticas, comparativas e raciocínio lógico matemático, além de caça palavras em língua portuguesa, conhecimentos históricos, habilidades em geografia, artes e cidadania.

#### **4.2 Proposta de aplicação na comunidade participante**

Para o público participante, a proposta visa expor atividades realizadas durante o desenvolvimento do projeto e do livro com a comunidade envolvida. Fragmentos textuais, falas, frases e imagens exemplificam a participação efetiva dos alunos do quarto ano da Escola Municipal Deodato Gonçalves de Siqueira e da Professora Regente da turma, Alice Pacheco. O livro será utilizado como ferramenta didático-pedagógica na oferta de ensino em história, geografia, língua portuguesa, matemática, artes e educação ambiental, envolvendo a transdisciplinaridade contextualizada na realidade da comunidade inserida.

A transdisciplinaridade na educação corresponde ao enfoque pluralista das áreas do conhecimento que tem como principal objetivo, por meio da articulação entre as diversas faces da ciência e da compreensão do mundo, alcançar a unificação do saber. Assim, o colegiado de disciplinas variadas torna possível um exercício mais amplo da cognição humana e do seu desenvolvimento global<sup>36</sup>.

Nessas propostas educacionais, é interessante compreender que a interdisciplinaridade é uma análise do que se refere ao processo de ligação existente entre duas ou mais disciplinas, ou áreas do conhecimento a partir de algo que é comum entre elas, enquanto a transdisciplinaridade engloba uma intercomunicação entre as disciplinas de tal modo que não existem fronteiras entre elas. Considerando, assim, esses conceitos, o livro paradidático *O Patrimônio Natural de Formosa-GO numa proposta de ensino interdisciplinar para além da sala de aula* tem a função de promover uma abordagem intercomunicativa entre as áreas do saber.

---

<sup>36</sup> O desenvolvimento global é um conjunto de habilidades responsável pela autonomia de um indivíduo. É importante que todas essas faculdades, presentes na vida humana, estejam de acordo em seu funcionamento.

Portanto, o livro paradidático tem a cargo a abordagem mais detalhada e aprofundada sobre alguns conteúdos possivelmente tratados de forma superficial no livro didático e apoiar a realização de atividades curriculares e extracurriculares, na mediação pedagógica. Tornando cada temática mais especialmente explicativa, ilustrativa, envolvente e consolidando a proposta da ludicidade da aprendizagem.

### **4.3 Devolutiva para a comunidade**

A devolutiva para a comunidade participante da pesquisa focaliza a apresentação do produto e das propostas planejadas, que foram desenvolvidas no processo da elaboração do livro paradidático, como instrumento mediação e intervenção pedagógica na aprendizagem. A pesquisa teve como objetivo mapear o patrimônio natural de Formosa, como fonte das referências culturais do município e da comunidade e como eles impactam positivamente no processo de valorização dos bens.

A problemática que suscitou essa devolutiva foi na observação de que a maioria dos professores e alunos se dedicam integralmente, quando estão no processo de ensino-aprendizagem, a encontrarem disponibilidade de aporte mínimo necessário para que seja concretizada a objetividade da educação.

Assim, defende-se que a apresentação do produto, junto ao seu manual de uso corrobora à aprendizagem dos educandos, ante aos desafios da preservação e proteção do patrimônio cultural para a comunidade escolar em que foi realizada a pesquisa social e a coleta de seus dados junto aos entrevistados: a professora regente da turma, Alice Pacheco, a diretora da unidade escolar municipal, Marly Monteiro e, os alunos do quarto ano vespertino da escola municipal Deodato Gonçalves de Siqueira, situada no Distrito Bezerra, em Formosa-GO. Para essa análise e interpretação, utiliza-se da categoria de dialogicidade com a turma do quarto ano, enquanto público participante, elencando, assim, os patrimônios naturais mais representativos para ela, como forma de ilustração e maiores discussões quanto ao pertencimento social patrimonial.

Os resultados encontrados apontam para uma valorização dessa devolutiva tanto para os alunos quanto para os professores pesquisados, quando acenam, do mesmo modo, para dois momentos em que se estipulou: a) a ação de educação patrimonial na escola, alicerçada em iniciativas mais democráticas e dialógicas, e, do outro lado, b) a prática do uso do livro paradidático, com a inserção maciça dessa participação, nas configurações totais do produto elaborado.

Em relação à comunidade escolar participante dessa pesquisa, a devolutiva corrobora

positivamente à aprendizagem e, ou, para registrar seus desejos em mapear e evidenciar seus patrimônios, a partir do que eles experienciam e vivenciam. Aos professores, o manifesto favoravelmente quanto à importância dessa devolutiva, contudo, consiste em que tenham mais diversificação metodológica na abordagem do patrimônio, como temática curricular e interdisciplinar. Para tanto, está previsto um retorno à Escola Deodato que sediou as oficinas e entrevistas, para que o Livro paradidático seja lançado e apresentado, após a banca de defesa do programa.

Do mesmo modo, considerando que as entrevistas realizadas com secretários municipais de governo e moradores, pessoas, essas, que foram de fundamental importância na pesquisa, propõe como devolutiva um momento presencial ou online em que os resultados da pesquisa e o livro paradidático serão apresentados.

Evidencia-se, portanto, que essa devolutiva visa como fator primordial nas suas designações, primeiramente, proporcionar um retorno àqueles que contribuíram com a realização desse estudo. Do mesmo modo, objetiva apresentar mudanças de concepção social, a partir do patrimônio cultural e de suas práticas, em vista do processo de reconhecimento do patrimônio natural de Formosa-GO e da ação educativa retratados e registrados no produto intitulado: ***O Patrimônio Natural de Formosa-GO numa proposta de ensino interdisciplinar para além da sala de aula.***

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os desdobramentos desse trabalho apontam para uma constante necessidade de evidenciar a pluralidade cultural do país, numa realidade que traga a presença humana como promotora fundamental das manifestações que legitimam as ações de uma estrutura institucional designada a abarcar o patrimônio artístico e histórico nacional, o Iphan. Apresentar uma cidade e seu município, na perspectiva do patrimônio natural, elevado a um nível de pesquisa acadêmica sobre referências culturais, faz desse relatório técnico um instrumento de representação social.

Assim, a tratativa principal desse trabalho é apresentar o Patrimônio Natural do município de Formosa, cidade localizada no leste do estado de Goiás que, desde seu processo de desenvolvimento urbano, ainda no século XVIII, já era referida pela composição das belas paisagens naturais que abriga. E, assim, tornou-se cidade atração por meio desse patrimônio, que é a maior referência cultural da cidade, ainda que o Patrimônio Natural não seja valorizado como deveria pelas políticas públicas em âmbito nacional, conseqüentemente, no âmbito municipal.

Do mesmo modo, foi realizado um mapeamento desses patrimônios naturais presentes no município e a grande relevância que imprimem na cultura local. A proposta dessa pesquisa está alicerçada na necessidade de preservação e proteção desses bens. Uma vez que há integração proximal entre o homem e o meio, a impossibilidade de dissociar ambos provoca a obrigatoriedade em estabelecer a sadia qualidade de vida e manutenção entre eles, preceito, este, previsto pela Constituição Federal do Brasil e objeto prioritário das preocupações político-sociais das comunidades, dos detentores de saberes e fazeres que fazem do patrimônio natural de Formosa suas referências culturais.

A proposta teve como foco também, trazer uma discussão sobre o patrimônio natural no viés da educação, por intermédio da Educação Patrimonial, numa perspectiva da Educação Básica, desde o Ensino Fundamental anos iniciais, para que seja evidenciada a coparticipação das práticas pedagógicas interdisciplinares como principal ferramenta para a sensibilização social à preservação e proteção desse Patrimônio Natural. Do mesmo modo, considera-se que esses bens não apenas insurgem dessa comunidade, mas que também são o núcleo das referências culturais que elas trazem intrínsecas em si e que precisam estar significativamente agregados às práxis de ensino.

O processo histórico de formação da cidade de Formosa-GO, narrados pelos próprios formosenses destaca a importância que as paisagens naturais tiveram ao longo da construção

de cada bairro, setor, ou até mesmo ruas e praças na cidade, fazendo com que nascesse em meio ao significativo cenário de patrimônio natural uma estruturação urbana que fez deles suas principais referências.

Levantada, assim, a condução prévia dos interesses em destacar e mapear esses patrimônios naturais sociais vieram, conseqüentemente, os questionamentos que incidem sobre eles, de um lado partidos pelas problemáticas do próprio autor, por outro, uma comunidade que também se preocupa com as condições de manter seus bens perenes ao tempo, de modo que seja mantida a memória dos lugares fidedigna as suas caracterizações.

Assim, aproximar o universo da educação ao cosmo do patrimônio cultural foi a avaliação mais acertada, para que houvesse, de fato, uma noção igualmente contundente na preservação do patrimônio natural de Formosa-GO. Contudo, sabendo que nessa abordagem os conflitos e interesses as vezes não assumem um papel social e coletivo e, diante de um cenário pandêmico mundial, as dificuldades no processo de pesquisa e consolidação do planejamento e roteiro de estudos foram fatores que hora impediram determinadas ações, mas não impossibilitou a realização dos interesses prioritários dessa pesquisa.

Estabelecer parcerias com os representantes do poder público local foi decisivamente uma maneira de conhecer as propostas das políticas públicas e compreender como é gerido o patrimônio natural de Formosa-GO, não apenas em planos de gestão, mas também em planos estratégicos que deem condições de proteção e preservação aos bens sociais. Unir as propostas curriculares educacionais ao valor de intencionalidade da Educação Patrimonial trouxe uma nova perspectiva da concepção do que se pode mediar em Educação Ambiental para além da produtividade agropecuária em pequena, ou larga escala, como um dos fatores preocupantes da degradação ao meio ambiente como atividade econômica.

Durante o projeto dessa pesquisa, entrevistar a comunidade foi um dos primeiros atos realizados, para que fosse, assim, mapeado o patrimônio natural de Formosa-GO. Tendo sido mencionado, por meio de questionário eletrônico do Google Forms, então, sete lugares de destaque para os formosenses, embora mais de vinte e cinco patrimônios naturais tenham sido referenciados, ou seja, a proporção do município compreende uma rica variedade de configuração de paisagens que merecem destaque, enquanto patrimônio.

Dentre os mais indicados, foram inseridos nesse relatório o Salto do Itiquira, o Parque Ecológico Mata da Bica, a Lagoa Feia, a Dolina dos Maracanãs, O Sítio do Bisnau, o Lago do Abreu e o Lagunho do Vovô. Todos estão devidamente apresentados no que confere as suas características estruturais e relação social, bem como se são de domínio público ou privado.

A partir desse mapeamento, foram então desenvolvidos dois mapas que mostram a localização do município de Formosa-GO e onde estão localizados os principais patrimônios naturais e suas semelhanças físicas envolvendo a presença hídrica, presença, essa, que faz da região um destaque no cenário do estado de Goiás como sendo a região das águas. Além disso, o mapa do turismo do estado de Goiás retrata os principais atrativos que trazem turistas à cidade e ao município, também ligados a forte presença de condições geomorfológicas muito específicas, como no caso das cavernas, área também explorada pelos estudos espeleológicos.

A questão da preservação desses lugares mapeados revelou que há grande interesse e ações por parte do poder público local em tornar esses espaços bem preservados e a comunidade também se preocupa com essas condições. São adotadas medidas de parcerias e táticas em manutenção e limpeza, bem como conservação dos bens que são de natureza pública e privada, destinando recursos através das secretarias municipais de Meio Ambiente e Turismo e Cultura para a promoção de projetos e ações que cuidem da preservação patrimonial. Essas ações ocorrem na avaliação periódica de equipes multiprofissionais que aferem os impactos e medidas reversivas deles, buscando a participação e a colaboração social nessas demandas.

O Sítio do Bisnau, a Dolina dos Maracanãs e o Salto do Itiquira contam com um serviço especializado de controle do fluxo de visitantes e turistas. Embora sejam exemplos de patrimônios naturais públicos e privados, esses lugares buscam administrar seus próprios recursos mais tarde destinados à manutenção deles, por meio da taxa de ingresso para a visitação, que varia conforme as intencionalidades e atividades, bem como há variação de valores conforme o público interessado.

No caso do Laguinho do Vovô e o Parque Mata da Bica, por exemplo, há uma força tarefa que intensifica o controle do uso desses espaços, inclusive com a presença da segurança pública municipal, o que reflete também na fiscalização das ações de vandalismos e descarte de lixo, pela população. Acredita-se que essa fiscalização aconteça mais nesses lugares porque são regiões centrais da cidade e, na crítica sociológica da política urbana excludente, as periferias são culturalmente desmerecidas de atenção e cuidados, um problema estrutural nacional vivido e percebido por quem compõe as classes sociais economicamente desfavorecidas e injustiçadas.

No decorrer do estudo e após a análise dos dados, o Lago do Abreu e a Lagoa Feia foram os lugares em que as preocupações se tornaram mais evidente. Apesar de ofertarem lazer, esses espaços públicos necessitam de melhores investimentos e maiores cuidados. Não há uma política específica para a preservação deles e, assim, acabam por estar mais vulneráveis aos

impactos degradantes e poluentes e por serem mais afastados da centralidade urbana, acabam também sendo distanciados dos devidos cuidados, dos quais necessitam.

É importante frisar que existem projetos que visam modificações nessa realidade situacional dos espaços públicos de Formosa-GO. Mas, a tramitação legal pela qual precisam passar acarreta um alongamento no prazo de ajustes e execuções, o que somatiza em problemas e maiores proporções de danos ao patrimônio. É sabido que assim como as dificuldades executivas, as esferas dos poderes legislativo e judiciário nacional também entravam a agilidade de atuações das políticas públicas, o que reflete diretamente na situação da preservação do patrimônio.

O fomento às atividades turísticas cresce desproporcionalmente aos mecanismos preservacionistas dos bens naturais em Formosa-GO. Isso também contribui para o agravamento de impactos depreciativos, mas, em contrapartida eleva a arrecadação econômica do município, gerando mais recursos que devem ser revertidos aos próprios bens. Isso é visto pela crescente campanha divulgadora da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura nas redes sociais, promovendo o turismo a região.

E, como já fora dito, apontar as necessidades inerentes ao patrimônio natural de Formosa-GO, no que refere à preservação e não trazer uma proposta que possa ser eficaz para tentar sanar essas necessidades é apenas uma crítica destrutiva. O intuito que preconiza essa pesquisa é, justamente, estabelecer um alcance que possa intervir construtivamente às precisões do patrimônio cultural natural do município.

Portanto, o elo formulado entre essas demandas preservacionistas e a construtividade crítica que norteia esse estudo, encontrou na Educação uma forte aliada para promover incentivos à defesa dos bens. Desse modo, o cuidado em tornar equivalente os objetivos da Educação Básica, da Educação Patrimonial e da Educação Ambiental foram o ápice da intencionalidade final desse percurso.

A formulação de um livro paradidático, como produto final desse trabalho, buscou agregar esses campos do conhecimento, permeando faixas etárias variadas e retratando os patrimônios naturais através do olhar social, na democratização e na dialogicidade real do que é o patrimônio. Do mesmo modo, visou simplificar terminologias, contextualizações e práticas de cuidados e de evidenciação do que se compreende por apropriação e pertencimento cultural. Além disso, a escassez de material didático-pedagógico sobre a história e o patrimônio natural local é um dos aspectos mais relevantes para a elaboração desse produto.

O destaque aos lugares mais referenciados e a representação deles pelo público participante, os alunos do quarto ano do ensino fundamental anos iniciais da Escola Municipal Deodato Gonçalves de Siqueira, trouxe uma linguagem didática e acessível às multiformes possibilidades de reconhecer e preservar o patrimônio natural. Além disso, o livro paradidático permite a oferta do ensino interdisciplinar, de acordo com os currículos educacionais locais, com vistas a facilitar a mediação docente no que se refere aos assuntos da educação patrimonial, sendo um suporte pedagógico para o professor.

Os projetos que são realizados, no âmbito da educação municipal, estão voltados para a aprendizagem sustentável da agropecuária, que é o caso do Projeto Agrinho. Embora esse projeto seja importante aliado na realidade local dos interesses ambientais, ele não se debruça sobre a perspectiva do patrimônio natural. Entende-se que o objeto de interesse desse projeto se relaciona muito proximamente ao natural, mas que em si voga pela produção de grãos e animais numa maneira que seja parceira ao meio ambiente.

Muito além dessa grande representação econômica do município, a produção agropecuária, a formação social formosense tem traços peculiares. Existem vários assentamentos e cooperativas de agricultura familiar, pequenos produtores que usam dos recursos naturais como forma de supervivência. Em suas composições familiares eles têm filhos que são alunos dessa mesma rede pública municipal de ensino. Então, abordar além da perspectiva agropecuária na oferta do ensino é, também, acolher e dar significado às suas vivências relacionadas ao patrimônio natural.

Contudo, a centralidade dessa pesquisa está justamente nessa proposta de aprendizagem significativa sobre o patrimônio cultural, em especial o patrimônio natural. Assim, as respostas obtidas ao longo desse estudo apresentaram que há uma conversação entre vários pleitos sociais que podem encontrar na educação a transformação crucial da realidade com iniquidade, além de projetar a tempos futuros os anseios em manter as referências culturais vivas, não somente na memória.

## REFERÊNCIAS

### 1 Listagem dos acervos e fontes

#### *1.1 Documentos legislativos e pedagógicos*

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. 1937

BRASIL. **Constituição Federal**. Art. 205, Capítulo III Da Educação, da Cultura e do Desporto, Seção I Da Educação. Brasília/DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília/DF: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral, 2013.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases Nº 9394/96**. Brasília-DF, 1996.

**BRASIL, Resolução CONAMA nº 369 de 28/03/2006**

CONSTITUIÇÃO FEDERAL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Seção II – Da Cultura, Art. 216 e 225. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm) Acesso em: 24/04/2021.

FORMOSA. Goiás. **A Cidade, História e Símbolos Municipais**. Disponível em: <https://www.formosa.go.gov.br/> Acesso em: 24/04/2021.

DCN. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo**. CNE/MEC, Brasília, 2002.

FORMOSA. Goiás. **Lei Ordinária nº 512** de 20 de dezembro de 2018. Formosa-GO. 2018.

FORMOSA. Goiás. **Lei Orgânica de Formosa**. 05 de abril de 1990. Formosa-GO. 2018.

FORMOSA. Goiás. **Lei nº 610/2020 Estrutura Organizacional Administrativa da Prefeitura Municipal de Formosa/GO**. 2020

FORMOSA, Goiás. **Lei Municipal n.º 168/100**, de 03 de novembro de 1958

FORMOSA. Goiás. Projeto do PMMB. **Memorial Ambiental para Projeto Básico de Paisagismo do Parque Municipal Mata da Bica - Formosa-GO**. Formosa-GO. 2020

MEC. CNE. CONSELHO PLENO. **Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais. 2001

PLANALTO, Decreto N° 2.710, DE 4 DE AGOSTO DE 1998

PLANALTO, **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC**. LEI N° 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000.

PPP. Projeto Político Pedagógico. **Escola Municipal Deodato Gonçalves de Siqueira**. Distrito Bezerra, Formosa-GO. 2021

UNESCO. **Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural**. São Paulo/SP: Nova Cultural, 1985.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural**. Paris: Unesco, 1972.

### ***1.2 Fonte Estatística***

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. Censo Demográfico 2021. Goiás-GO.

SECRETARIA ESTADUAL DE TURISMO. Observatório do Turismo do Estado de Goiás – Goiás Turismo, 2021.

#### ***1.2.1 Acervo fotográfico***

Anderson Rodrigues fotógrafo  
Brunno Passeri fotógrafo  
Câmara Municipal de Formosa/GO  
Gleicon Queiroz de Brito  
Hugo Emanuel de Almeida  
Observatório do Turismo do estado de Goiás  
Prefeitura Municipal de Formosa/GO  
Tiago de Oliveira Ferreira

### ***1.3 Fontes orais***

#### ***1.3.1 Entrevistas realizadas por conversas em aplicativos***

Francislene Melo  
Ian Moraes Thomé  
Pâmella de Castro Miranda Clemente  
Leticia Santos de Oliveira  
Mariana Gonzaga  
Riksson Victor Vieira de Souza

#### ***1.3.2 Lista de pessoas entrevistadas pessoalmente***

Bruna Ataiades dos Santos  
Inês Passeri  
Maria Clara  
Maria Luiza de Oliveira Ferreira Corrêa  
Mateus Cruz da Costa Santos

### *1.3.3 Lista de pessoas entrevistadas pelo formulário eletrônico Google Forms*

Aline Siquiera  
 Ana Lúcia de Deus  
 Andreia Campos  
 Bruna Ataides dos Santos  
 Brunno Santhyago Passeri Gontijo  
 Demisley Ferreira de Souza Girão  
 Fernando Aerre  
 Francislene Melo  
 Gabriela Cristina  
 Giovanna Passeri Alves  
 Hélia Maria da Silva Campos  
 Jaqueline Lopes Alvares  
 João Vitor Soares Gonçalves  
 Kelli Lopes Álvares  
 Leticia Santos de Oliveira  
 Manoela Batista de Siqueira  
 Márcio Vidal dos Santos  
 Maria do Socorro Costa  
 Maria Luisa Ferreira dos Santos  
 Mariana Gonzaga  
 Mariana Passeri  
 Maurita Ribeiro da Costa  
 Nilda dos Santos  
 Olivia Passeri Marinho  
 Rafaela Carvalho  
 Renan Ferreira Montalvão  
 Riksson Victor Vieira de Souza  
 Stanley Kelvin Medeiros Neves  
 Steverson Neves  
 Susany Ferreira de Almeida  
 Tauany Silva  
 Tiago Dantas Miranda  
 Vanda Spolti  
 Vanessa Pereira de Sousa Dias  
 Victor Seibel  
 Victorya Silva

## **2. Bibliográfica**

AB'SÁBER, A. **Os domínios de natureza no Brasil**. Potencialidades paisagísticas. São Paulo/SP, Ateliê Editorial, 2003.

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: texto em história oral. Rio de Janeiro/RJ. Editora FGV. 2004

- ALMEIDA, Hugo Emanuel de. **Imaginário e Experiência Turística no Sítio Arqueológico Bisnau Formosa – Goiás**: Praticando espaços e construindo lugares. Dissertação Mestrado Profissional em Turismo da Universidade de Brasília-DF. 2015
- BENETTI, Bernadete. A Temática Ambiental e os Procedimentos Didáticos: Perspectivas de Professores de Ciências. In: **VIII Encontro Perspectivas do Ensino de Biologia**. São Paulo: FEUSP, 2002, p.117-129.
- BERNARDES, D. **Sustentabilidade institucional e social de áreas protegidas em centros urbanos**. O caso do Parque ecológico Mata da Bica em Formosa-Goiás. 2005. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica de Brasília-UCB. Brasília-DF. 2005
- BITTAR, Camila de Sousa. **Análise da Gestão Ambiental Municipal por meio da Utilização da Metodologia Peir**: Um estudo de caso na Lagoa Feia em Formosa-GO nº 20/julho de 2016
- BRITO, Gleicon Queiroz de. **Capacidade de infiltração de água no solo em fitofisionomias do bioma cerrado**. Dissertação de Mestrado em Ciências Ambientais pela Universidade de Brasília-DF. 2017.
- BRITO, Gleicon Queiroz de et al. Efeitos da conversão de floresta ripária em pastagem sobre as propriedades físico-hídricas do solo. **Espaço e Geografia**, v. 22, n. 1, p. 73-89, 2017.
- CAMPOS, Yussef Daibert Salomão de. Os conceitos de lugar e território na composição do Patrimônio Cultural: Quilombos e terras indígenas na Constituição Federal brasileira. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 25, p. 99 - 114, jul./set. 2018.
- CAMPOS, Yussef Daibert Salomão de. **Percepção do Intangível**: entre genealogias e apropriações do patrimônio cultural imaterial. 2ª Edição. Belo Horizonte-MG. Arraes Editores/Goiânia-GO. IU-UFG. 2015
- CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo/SP: Estação Liberdade, 2006.
- CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, nº 34, 2012, p.149-166.
- CHUVA, Márcia. O ofício do historiador: sobre ética e patrimônio cultural. In: **Anais da I Oficina de Pesquisa: a pesquisa histórica no Iphan**. Rio de Janeiro: COPEDOC/Iphan, (Patrimônio: práticas e reflexões 2) 2009, p. 147-166.
- CRISPIN, Felipe Bueno. **Entre a geografia e o patrimônio**. Estudo das ações de preservação das paisagens paulistas pelo Condephaat (1969-1989). São Bernardo do Campo/SP: UFABC, 2016.
- CRUZ, R. C. A. **Geografia do Turismo**: de lugares a pseudo-lugares. São Paulo/SP: ROCA, 2007.
- DEMARCHI, João Lorandi. **O que é, afinal, a educação patrimonial?** Uma análise do Guia Básico de Educação Patrimonial. Rev. CPC, v.13, n.25, p.140–162, jan./set. 2018.

DEWEY, John. **Democracia e educação**: introdução à filosofia da educação. 3a . ed. São Paulo: Nacional. Tradução de Godofredo Rangel e Anísio Teixeira. 1959

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo/SP: Hucitec, 1996.

FERNANDES, R. S., PELISSARI, V. B., et al. Percepção ambiental dos alunos da Faculdade Brasileira – UNIVIX, Vitória, ES. **VII Encontro Nacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente – ENGEMA**. Fundação Getúlio Vargas e Universidade de São Paulo-SP. 2003

FLORENCIO, Sônia Regina Rampim et al. **Educação Patrimonial**: inventários participativos: manual de aplicação. Brasília/DF: IPHAN, 2016.

FLORENCIO, Sônia Regina Rampim. Educação patrimonial: algumas diretrizes conceituais. In: PINHEIRO, Adson R. S. (Org.). **Cadernos do patrimônio cultural**: Educação patrimonial. Fortaleza: Secultfor: Iphan, 2015, p.21-32.

FLORENCIO, Sônia Regina Rampim et al. **Educação patrimonial**: histórico, conceitos e processos. 2.ed. Brasília/DF: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Da modernização à participação: a política federal de preservação nos anos 70 e 80. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília/DF, nº 24, Brasília, 1996, p153-162.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo**. Rio de Janeiro/RJ: UFRJ/IPHAN, 1996

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. EGA. 1996

GODOY, Anterita Cristina. **Didática**: Procedimentos e Recursos de Ensino. Campinas/SP: Alínea, 2008.

GONÇALVES, J. R. S. Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso”. In: OLIVEIRA, L. (org) **Cidade**: História e Desafios. Rio de Janeiro/RJ: Editora FGV, 2002.

GONTIJO, Francisco Paulo Falbo. **Guia Didático da História de Formosa-GO**: entre a história e memória: releituras para o ensino da história. Dissertação de Mestrado Profissional Universidade Federal do Mato Grosso, 2018.

HALBWACHS, M. **Memória coletiva**. São Paulo/SP: Vertice, 1990.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (Orgs.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro/RJ: FGV, 2006, p. 15 – 31.

MARTINS, Felipe Saads Pereira. **A Arqueologia no Brasil – Direito e Aplicabilidade**. O Estudo de caso do Sítio Arqueológico do Bisnau. Trabalho de Conclusão de Curso de Pós-

graduação Lato Sensu em Análise Ambiental e Desenvolvimento Sustentável. Centro Universitário de Brasília. Instituto CEUB-DF, 2016.

MENESES, U. B. A psicologia social do campo do patrimônio material. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo/SP, v. 4, p. 283-290, jan.-dez. 1996.

MOREIRA, M. A.; MASINI, E. A. F. **Aprendizagem significativa**: a teoria de David Ausubel. São Paulo: Moraes, 1982.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: Unesco, 2000.

NASCIMENTO, Flávia Brito do. SCIFONI, Simone. **A paisagem cultural como novo paradigma para a proteção**: a experiência do Vale do Ribeira-SP. Revista CPC, São Paulo, n. 10, 2010, p. 29-48.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História**. A problemática dos lugares. Departamento de História. PUC/SP. São Paulo-SP. 1993

PAES, Maria Tereza Duarte. **Patrimônio Cultural – uso Público e Privatização do espaço urbano**. Universidade Estadual de Campinas (Unicamp/IG/Dgeo), São Paulo/SP: 2005.

PEREIRA, Danilo Celso. **Paisagem como patrimônio**: entre potencialidades e desafios para a implementação da Chancela da Paisagem Cultural Brasileira / Dissertação Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro/RJ – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2018a.

PEREIRA, Danilo Celso. **Patrimônio Natural**: atualizando o debate sobre identificação e reconhecimento no âmbito do Iphan. Revista CPC. São Paulo/SP: CPC-USP, n. 27 especial, 1. semestre 2018b.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro-RJ. Vol. 05. N. 10. p 200-212. 1992

RIBEIRO, R. W. **Paisagem Cultural e Patrimônio**. Rio de Janeiro/RJ: IPHAN/COPEDOC, 2007.

RODRIGUES, M. **Imagens do passado**: a instituição do patrimônio em São Paulo 1969-1987. São Paulo/SP: Editora da Unesp, 2000.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia Científica**. Guia para eficiência nos estudos. 2º. Edição. São Paulo/SP, Atlas, 1991.

SCIFONI, Simone. A natureza na preservação do patrimônio cultural paulista: a contribuição de Aziz Nacib Ab'Saber. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo/SP, Nova Série, vol. 28, 2020, p. 1-30.

SCIFONI, Simone. Desafios para uma nova Educação Patrimonial. **Revista Teias**, v.18, n. 48, 2017.

SCIFONI, Simone. Para repensar a Educação Patrimonial. In: PINHEIRO, Adson R. S. (Org.). **Cadernos do patrimônio cultural**: Educação patrimonial. Fortaleza: Secultfor: Iphan, 2015a, p. 195-206.

SCIFONI, Simone. **Cultura e problemática urbana**. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). Crise urbana. São Paulo/SP: Contexto, 2015b.

SCIFONI, Simone. Educação e patrimônio cultural: reflexões sobre o tema. In: TOLENTINO, Átila (org.). **Educação patrimonial**: reflexões e práticas. Caderno Temático 2. João Pessoa/PB: Iphan-PB, 2012.

SCIFONI, Simone. **A Construção do Patrimônio Natural**. São Paulo: FFLCH, 2008, 199p.

SOARES, Inês Virgínia Prado. **Direito ao (do) patrimônio cultural brasileiro**. Belo Horizonte/MG. Fórum. 2006

SUESS, R. C.; BEZERRA; R. G.; CARVALHO SOBRINHO, H. de. **Percepção ambiental de diferentes fatores sociais sobre o lago de Abreu em Formosa-GO**. *Holos*, v. 6, p. 241-258, 2013. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/1287/771>. Acesso em: 4 dez. 2020.

SILVA, Maria Olga Enrique. TOLENTINO, Átila. Narrativas de educação patrimonial: A experiência da Casa do Patrimônio da Paraíba In: PINHEIRO, Adson R. S. (Org.). **Cadernos do patrimônio cultural**: Educação patrimonial. Fortaleza: Secultfor: Iphan, 2015, p.61-70.

TELLES. Mário Ferreira de Pragmácio. Patrimônio cultural material e imaterial - dicotomia e reflexos na aplicação do tombamento e do registro. **Políticas Culturais Em Revista**, 3(2). <https://doi.org/10.9771/1983-3717pcr.v3i2.5014>. 2010, p. 121-137. Acesso em: 25 mai. 2021.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. 17ª ed. São Paulo/SP. Editora Cortez. 2009.

TOLENTINO, Átila B. O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. IN: TOLENTINO, Átila e BRAGA, Emanuel (Orgs.). **Educação patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas**. Caderno Temático 5. João Pessoa: Iphan-PB; Casa do Patrimônio da Paraíba, 2016, p. 39-48.

TOLENTINO, Átila. O que é Patrimônio Cultural para você? **Educação patrimonial: reflexões e práticas**. / Átila Bezerra Tolentino (Org.) – João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012. p. 44-51.: il. color. 30 cm. – (Caderno temático; 2)

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo-SP. Difel, 1980.

## **ANEXOS**

## TEMÁTICA DA PESQUISA DE CAMPO

### **O patrimônio natural do município de Formosa-GO**

**Entrevistados:** moradores, turistas, secretário do Meio Ambiente, secretária de Turismo e Cultura, Diretora e professora da Escola Municipal Deodato Gonçalves de Siqueira.

**Período das entrevistas:** de julho a dezembro de 2021.

Algumas entrevistas foram agendadas, por exemplo, os secretários e, nesses casos, os entrevistados receberam antecipadamente o roteiro com as questões norteadoras.

Quanto aos moradores e turistas, embora tenha as questões norteadoras, as conversas foram realizadas sem ficar preso ao roteiro de perguntas.

## **ROTEIRO DE QUESTÕES PARA O SECRETÁRIO DE MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE FORMOSA-GO**

**Entrevistado:** Sr. Ian de Moraes Thomé

### **Formação acadêmica**

- 1) Gostaria que o Senhor me falasse sobre sua formação acadêmica e sobre sua atuação à frente de questões ligadas ao meio ambiente em Formosa. Há quanto tempo o Senhor se dedica aos estudos e às pesquisas, bem como o motivo que o levou a direcionar-se aos assuntos e tratativas referentes ao meio ambiente?

### **Questões sobre o tema da pesquisa**

- 2) Considerando o pressuposto apontado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), em que a indicação do patrimônio cultural deve partir do reconhecimento da comunidade local, o que o Senhor considera como patrimonial natural no município de Formosa? Quais são os bens ambientais naturais do município?
- 3) Com base na perspectiva preservacionista dos bens ambientais e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Formosa, no Capítulo VI, Artigo 208 que prevê a promoção de educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente, indique: quais são as formas de oferta desse tipo de educação ambiental, promovidas pela Secretaria de Meio Ambiente? Qual a importância dessas ações educativas para a preservação dos bens ambientais em Formosa?
- 4) Quais são os principais problemas atualmente apontados pela Secretaria de Meio Ambiente, quando se avalia o estado ou estágio de conservação do patrimônio ambiental de

Formosa? Quais medidas mitigadoras, ou reparadoras estão sendo tomadas em prol da defesa desses bens?

- 5) Que exemplos de parcerias são consolidadas com empresas ou entidades de representação ambiental para trazerem soluções inovadoras de conservação e proteção do meio ambiente do município de Formosa?
- 6) Ainda em relação ao município, qual a extensão territorial dos parques municipais de proteção e preservação conservados pelo poder público municipal?
- 7) Que projetos estão sendo desenvolvidos ou estão em pauta para serem desenvolvidos, voltados à valorização e reconhecimento dos espaços ambientais como um tipo de patrimônio natural no município de Formosa-GO?
- 8) Tendo em vista dois tipos de atividades consideradas exploratórias do meio ambiente, a expansão agrícola e o crescimento urbano em Formosa, quais são as atribuições desta secretaria que estão voltadas à orientação ou recomendação de que essas atividades sejam minimamente impactantes ou degradantes ao meio ambiente do município?
- 9) Além das questões inerentes ao meio ambiente, que outras incumbências esta secretaria tem em relação às políticas públicas socioambientais na cidade?
- 10) Está prevista na Lei Orgânica do Município a responsabilidade social em manter conservado e sadio o meio ambiente, para o usufruto desta e das próximas gerações. Quais são as maiores demandas da secretaria, atualmente, em desempenhar funções que estão a cargo da sociedade, por exemplo, a coleta de resíduos sólidos dispensados

inadequadamente no meio ambiente (quando não deveriam ter sido assim dispensados)? O que a secretaria tem feito para que esses problemas diminuam?

11) Quais parcerias a Secretaria Municipal de Meio Ambiente tem ou estabelece com a Secretaria Municipal de Turismo, quanto ao fluxo de turistas que visitam os espaços naturais

do município? Quais as recomendações existentes entre essa parceria, para que o turismo seja responsável e consciente no que se refere à preservação do meio ambiente em Formosa?

12) Há projeto para tombamento de algum patrimônio natural em Formosa?

## **ROTEIRO DE QUESTÕES PARA A SECRETÁRIA DE TURISMO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE FORMOSA-GO**

**Entrevistada:** Sra. Pâmella de Castro Miranda Clemente

### **Formação acadêmica**

- 1) Gostaria que a Senhora me falasse sobre sua formação acadêmica e suas experiências profissionais que levaram à representação política, na pasta da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura de Formosa-GO. Me fale seu percurso formativo, bem como seus trabalhos realizados até aqui, que envolvam a temática do turismo e da cultura.

### **Questões sobre o tema da pesquisa**

- 2) Qual é a importância das atividades turísticas em Formosa-GO e o que elas representam na valorização da cultura para a cidade?
- 3) Quais são os principais atrativos turísticos que Formosa-GO tem?
- 4) Que perfil de turistas esses atrativos atraem?
- 5) Em relação à cultura, como poderíamos relacionar esses atrativos, para as atividades turísticas em Formosa-GO, com as referências culturais da cidade?
- 6) Como são contabilizados os turistas que visitam os principais pontos turísticos de Formosa-GO?
- 7) É possível fazer um balanço dos impactos dessas visitas em relação ao número e aos benefícios socioeconômicos que elas trazem?
- 8) Quais são os maiores desafios que a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura enfrenta para conciliar atividades turísticas e a preservação do patrimônio?

- 9)** De acordo como Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera-se, ainda, que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio da participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de patrimônio cultural. partindo desta premissa, quais ações de educação patrimonial com foco no patrimônio natural são desenvolvidas por esta secretaria? Cite alguns exemplos.
- 10)** Há lugares em Formosa-GO que oferecem condições para as atividades de Turismo Pedagógico e Turismo de Experiência? Como são feitas essas atividades?
- 11)** Existem guias de turismo com a profissão regulamentada que atuam em Formosa-GO?

## **ROTEIRO DE QUESTÕES PARA OS MORADORES E TURISTAS DE FORMOSA- GO**

**Entrevistado (a):**

### **Questões sobre o tema da pesquisa**

- 1) Em suas atividades como turista na cidade de Formosa, quais são os lugares que você costuma visitar? O que eles têm que em específico que atraem sua visita?
- 2) Quais lugares em Formosa-GO você listaria como exemplos deste patrimônio natural?
- 3) Você considera que esses bens ambientais estejam preservados? Por quê?
- 4) Em sua opinião, qual a importância em se discutir sobre os temas de preservação e proteção do patrimônio natural em Formosa?
- 5) Quem é responsável pela proteção desses lugares considerados patrimônio natural do município?
- 6) Você considera que a Educação nas escolas da cidade de Formosa possa contribuir com as aprendizagens sobre cuidados e preservação desses lugares? Por quê?

## **ROTEIRO DIRECIONADOR PARA OS DIÁLOGOS COM MORADORES DE FORMOSA-GO**

### **Mata da Bica**

- 1 - Você costuma vir ao Parque Mata da Bica? O que você mais gosta no local?
- 2 – Quais as lembranças mais significativas que têm sobre a Mata da Bica?
- 3 - Comente sobre suas as percepções quanto às mudanças ocorridas no Parque Mata da Bica.
- 4 - Quais foram os pontos positivos e negativos advindos dessa requalificação pela qual o parque passou?
- 5 - Fale sobre os animais que habitam o parque.

### **Praça do Pau Ferro**

- 1 - Conte um pouco sobre a história da Praça e do Pau Ferro.
- 2 – Qual o papel dessa árvore na vivência dos moradores do bairro?
- 3 – Quais as lembranças mais significativas que a senhora tem sobre a época em que a árvore existia na Praça?
- 4 - Do que mais a senhora sente falta, agora que a árvore não está mais na praça?

## **ROTEIRO DE QUESTÕES PARA A DIREÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL DEODATO GONÇALVES DE SIQUEIRA EM FORMOSA-GO**

**Entrevistada:** Prof(a). Marly da Cunha Monteiro – Diretora

### **Formação acadêmica**

- 1) Qual é a sua formação acadêmica? Há quanto tempo você atua na educação municipal de Formosa-GO?

### **Questões sobre o tema da pesquisa**

- 2) Como a senhora avalia a inserção temática da Meio Ambiente nas perspectivas educacionais formais, desde os anos iniciais do ensino?

- 3) De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), a “Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera-se, ainda, que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio da participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de patrimônio cultural.” (IPHAN, 2014).

Quais atividades pedagógicas podem ser geridas na escola para subsidiar a educação para o patrimônio natural de Formosa-GO?

- 4) A instrumentalização das práticas de educação patrimonial, voltadas para o meio ambiente, está contemplada na proposta do Projeto Político Pedagógico da escola em que você atua como docente? Com que outros eixos temáticos disciplinares elas se integram? Que patrimônios naturais podem ser mais evidenciados ou que estão mais próximos à comunidade escolar?
- 5) As abordagens didáticas interdisciplinares podem subsidiar a mediação pedagógica voltada à temática ambiental. Nesse sentido, que projetos de ação educativa são desenvolvidos na escola, com vistas à educação patrimonial?

- 6) Quanto ao material didático disponível na escola, eles suprem as abordagens relacionadas aos seguintes temas: a educação patrimonial, o patrimônio natural e a história do município?
  
- 7) Em sua opinião enquanto educadora e gestora escolar, quais os possíveis reflexos sociais que a educação patrimonial ambiental pode empregar na formação dos cidadãos?

## **ROTEIRO DE QUESTÕES PARA A PROFESSORA DA ESCOLA MUNICIPAL DEODATO GONÇALVES DE SIQUEIRA EM FORMOSA-GO**

**Entrevistadas:** Prof(a). Alice Pacheco

### **Formação acadêmica**

- 1) Qual é a sua formação acadêmica. Há quanto tempo você atua na educação municipal de Formosa-GO?

### **Questões sobre o tema da pesquisa**

- 1) De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), a “Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera-se, ainda, que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio da participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de patrimônio cultural.”

Quais atividades pedagógicas podem ser geridas na escola para subsidiar a educação para o patrimônio natural de Formosa-GO?

- 2) A Escola Municipal Deodato Gonçalves de Siqueira é uma escola do campo. Qual a importância da educação ambiental para contribuir com a formação das práticas sociais dos alunos inseridos nessa modalidade educacional? Como trabalhar no cotidiano escolar elementos da realidade dos alunos ligada ao campo? Como você media saberes e fazeres destinados às aprendizagens voltadas ao patrimônio natural?
- 3) As abordagens didáticas interdisciplinares podem subsidiar a mediação pedagógica voltada à temática ambiental. Nesse sentido, como você elabora seus planos de aulas que contemplem ações educativas pautadas na educação patrimonial? Quais disciplinas são envolvidas nesses planos de aula?

- 4) Em sua opinião, enquanto educadora, quais os possíveis reflexos sociais que a educação patrimonial ambiental pode empregar na formação dos cidadãos?
- 5) Existe suporte ou formação continuada específica, para apoiar a mediação da educação patrimonial formal?
- 6) Considerando o Salto do Itiquira, a Mata da Bica e o Sítio Arqueológico do Bisnau como alguns exemplos dos patrimônios naturais existentes no município de Formosa, os alunos reconhecem esses lugares como bens ambientais? Alguns deles já estiveram nesses lugares?
- 7) Quanto ao material didático disponível na escola, eles suprem as abordagens relacionadas aos seguintes temas: a educação patrimonial, o patrimônio natural e a história do município?
- 8) Há participação comunitária nos projetos desenvolvidos pela escola, quando abordam os temas ambientais?
- 9) Como a educação pode contribuir para com a preservação do patrimônio natural de Formosa?
- 10) Quais as maiores dificuldades ou necessidades que os docentes enfrentam na mediação pedagógica em sala de aula, quando é proposta abordagem ao patrimônio, em especial, o patrimônio natural?
- 11) O que poderia ser feito para sensibilizar os alunos, pais e gestores públicos, por meio da educação, sobre a importância da educação patrimonial na escola?